

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CLASSES PATRONAIS RURAIS E CONFLITOS SOCIAIS.

Um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental.

JANAÍNA TUDE SEVÁ

2008



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

***CLASSES PATRONAIS RURAIS E CONFLITOS SOCIAIS.
Um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental.***

JANAÍNA TUDE SEVÁ

Sob a orientação da Professora
Regina Ângela Landim Bruno

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**.

**Rio de Janeiro, RJ
Dezembro de 2008**

363.7
S497c
T

Sevá, Janaína Tude.

Classes patronais rurais e conflitos sociais. Um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental / Janaína Tude Sevá, **2008**. 135 f.

Orientador: Regina Ângela Landim Bruno
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 129-132.

1. Classes patronais rurais - Conflitos sociais – Questão ambiental – Teses. 2. Agronegócio – Representação política - Brasil – Teses. I. Bruno, Regina Ângela Landim. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

JANAÍNA TUDE SEVÁ

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 18/12/2008

Regina Ângela Landim Bruno (Prof^a Dr^a) - CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Leonilde Sérvolo de Medeiros (Prof^a Dr^a) - CPDA/UFRRJ

Henri Acselrad (Prof^o Dr^o) - IPPUR/UFRRJ

Ana Maria Motta Ribeiro (Prof^a Dr^a) - UFF

Agradecimentos

Gostaria de registrar aqui os meus sinceros agradecimentos,

Ao Fernando, pelo amor e carinho, companheirismo e dedicação, que tornam nossa vida mais prazerosa. Vamos juntos de mãos dadas...

Ao meu pai, minha mãe e meu irmão - Oswaldo, Ângela e Pedro - pelo amor incondicional (o meu amor também é incondicional!) e pelas preciosas leituras, críticas e traduções;

A Regina, minha orientadora, que teve a dura tarefa de me orientar e me acolheu de modo especial na sua pesquisa, o seu reconhecimento é revitalizante;

Aos professores Leonilde Medeiros, Henri Acselrad e Ana Motta, membros da banca, por acolherem o convite de participar da banca e pelas contribuições e leituras sobre o projeto e, agora, sobre a dissertação; e também as professoras Veronica Secreto e Eliane Cantarino por aceitarem fazer parte da suplência da banca;

Ao Olavo, cuja amizade foi uma grande aquisição do mestrado,
As amigas imprescindíveis, Michele, Joana e Juliana, acompanharam de perto estimulando a chegada na reta final, e Érika, Mariana e Maria Fernanda, de mais longe um pouco, mas sempre presentes;
A Ana e Roberto, pela amizade e consideração, este é um ano de superações;

Aos amigos Cláudio, Maíra, Caroline, Olavo, Sílvia e Klênio, leitores e debatedores instigantes e que compartilharam as dificuldades em diversos momentos do mestrado, e aos colegas da turma de 2006, Ana Luiza, Maryanne, Pedro, Daniel, João e a todos os demais;
A família “cpdeana”, Cleyton, Débora, Valter, Silvia e Bianca, César, Leo, os amigos que não nos deixam esquecer que a vida deve ser comemorada;
Aos amigos do Observatório Fundiário Fluminense, grandes parceiros de trabalho;

Aos professores do CPDA pelos momentos compartilhados em sala de aula e pela convivência: Regina Bruno, Leonilde Medeiros, Verônica Secreto, Eli Napoleão, Luis Flávio de Carvalho, Elisa Guaraná, John Comerford;
Aos funcionários do CPDA, que garantem o ambiente agradável e respeitoso nos espaços de estudo e trabalho da Universidade;

Ao CPDA e a UFRRJ que disponibilizaram recursos para realização de pesquisas de campo bem como para a apresentação de trabalhos relativos à pesquisa de dissertação em congressos e reuniões científicas;
Ao CNPq pela bolsa de pesquisa concedida para a realização do todo o mestrado.

Resumo

Esta dissertação de mestrado abrange as classes patronais rurais e a questão ambiental no Brasil, neste início de segundo milênio. O objetivo principal é entender como reagem e se organizam proprietários, produtores rurais e agroindustriais frente às pressões nacionais e internacionais contra a expansão do *agronegócio* na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal, questionado especificamente por seu caráter predatório sobre a natureza e as comunidades, tribos, grupamentos humanos ali estabelecidos ao longo das últimas décadas. Entrevistas realizadas junto à dirigentes da classe patronal rural do agronegócio brasileiro, nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo em 2007, e levantamento de dados em trabalhos de campo nas sedes das organizações por meio de observação, registro áudio-visual e coleta de material impresso institucional, compõem nosso universo empírico de análise, orientado pela seguinte questão: de que modo as entidades de representação de grandes proprietários rurais e de agropecuaristas vêm lidando e enfrentando as disputas políticas em torno da questão ambiental e, desta maneira, atualizando suas práticas históricas como o monopólio sobre propriedade fundiária e a exploração o trabalho e a natureza? Como meio de sua própria modernização social e econômica, e como condição da perenização de seu domínio na sociedade, as elites agrárias precisam responder a essas pressões nacionais e internacionais, e o fazem apropriando-se de uma série de argumentos políticos, científicos e jurídicos, vindos de grupos adversários ecologistas e ambientalistas e de instituições reguladoras e de financiamento.

Palavras-chave

Agronegócio
Classes patronais rurais
Conflitos sociais
Meio Ambiente

Résumé (synthèse)

Le sujet de cette dissertation s'étend sur les classes patronales rurales et la question environnementale au Brésil, dans ce début de deuxième millénaire. L'objectif principal est de comprendre comment réagissent et s'organisent les propriétaires, producteurs ruraux et agro-industriels face aux pressions nationales et internationales contre l'expansion de l'agrobusiness en Amazonie, au Cerrado et au Pantanal, mis-en-question spécifiquement par son caractère prédateur sur la nature et les communautés, tribus, et groupes humains y placés au long des dernières décennies. Comme moyen de sa propre modernisation sociale et économique, et comme condition de la pérennisation de sa domination dans la société, les élites agraires ont besoin de répondre à ces pressions nationales et internationales, et elles le font en s'appropriant d'une série d'arguments politiques, scientifiques et juridiques, issus de groupes adversaires et des institutions régulatrices et de financement. Comment elles ont affaire et font face aux disputes politiques historiques (autour de la garantie de la propriété foncière, du travail et du revenu) et en les mettant-à-jour par l'incorporation du discours environnemental (écologiste), c'est notre question repère.

Mots-clés

Agrobusiness
Classes patronales ruraux
Conflits sociales
Environnement

Siglário

I PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
ABAG - Associação Brasileira de *Agribusiness*
ACRIMAT - Associação dos Criadores de Mato Grosso
ACRISSUL - Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul
AMPA - Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão
ANCOSOL - Associação Nacional de Cooperativas de Crédito de Economia Familiar e Solidária.
APN/RJ - Associação do Patrimônio Natural do Rio de Janeiro
APR MT - Associação dos Produtores Rurais de Mato Grosso
APROSOJA - Associação dos Produtores de Soja do Estado do Mato Grosso
CNRPPN - Confederação Nacional de RPPNs
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CUT - Central Única dos Trabalhadores
FETAGRI/MS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INMETRO - Instituto Nacional Metrologia Normalização e Qualidade Industrial
ITR - Imposto Territorial Rural
MAST - Movimento dos Agricultores Sem Terra
MNP - Movimento Nacional dos Produtores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
OGM - Organismo Geneticamente Modificado
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONG - Organizações não Governamentais
PCH - Pequena Central Hidrelétrica
PEC - Projeto de Emenda Constitucional
PL - Projeto de Lei
PROALCOOL - Programa Nacional do Alcool
REBIO - Reserva Biológica
RECOPE - Programa de Recuperação Financeira das Cooperativas.
RPPN - Reserva particular do Patrimônio Natural
SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SRB - Sociedade Rural Brasileira
UC - Unidade de Conservação
UDR - União Democrática Ruralista
ÚNICA - União da Agroindústria Canavieira de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
INTRODUÇÃO	5
<i>i. O tema de pesquisa.....</i>	<i>5</i>
<i>ii. Aspectos metodológicos da pesquisa.....</i>	<i>16</i>
CAPÍTULO I - A QUESTÃO AGRÁRIA E A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL: OLHAR SOBRE AS CLASSES PATRONAIS RURAIS E AS LUTAS SOCIAIS NO CAMPO.....	21
1.1 A CLASSE PATRONAL E A QUESTÃO AGRÁRIA: CONTINUIDADES E RUPTURAS DA PRÁTICA POLÍTICA	24
1.2 LUTAS SOCIAIS NO CAMPO: A INTERSECÇÃO ENTRE AS QUESTÕES AGRÁRIA E AMBIENTAL	32
1.3 DISPUTAS POLÍTICAS E CONFLITOS SOCIAIS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	38
CAPÍTULO II - A PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PODER NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS NO CAMPO.....	44
2.1 – A PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS NO CAMPO	47
2.2 O PROPRIETÁRIO RURAL E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	56
2.2.1 <i>A violência como prática histórica.....</i>	<i>59</i>
2.3 TRADIÇÃO, VOCAÇÃO E UMA TERRA DE OPORTUNIDADES	65
CAPÍTULO III - RE-SIGNIFICANDO PRÁTICAS E DISCURSOS EM FUNÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL	73
3.1 CONJUNTURAS REGIONAIS E A ATUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA.....	74
3.2 AS CONCEPÇÕES DE MEIO AMBIENTE E A RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	79
3.3 LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS AMBIENTAIS NA FALA DOS REPRESENTANTES	88
3.4 A MODERNIZAÇÃO DA PROPRIEDADE: CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL	94
CAPÍTULO IV - DISPUTAS POLÍTICAS EM TEMPOS DE AMBIENTALISMO: ENTRE VELHOS E NOVOS DILEMAS DA REPRESENTAÇÃO PATRONAL RURAL	101
4.1. ATUAÇÃO E ESTRATÉGIAS DAS LIDERANÇAS PATRONAIS RURAIS NAS INSTÂNCIAS DO ESTADO BRASILEIRO NA ATUALIDADE	101
4.2 “REFORMA AGRÁRIA, SE FAZ NA CAMA”	108
4.3 “ESSES DO CONTRA... AGORA SÃO OS VERDES”	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
BIBLIOGRAFIA.....	129

“Despindo esse ser [o homem] assim constituído de todos os dons sobrenaturais que pode receber e de todas as faculdades artificiais que pode adquirir somente por longos progressos; considerando-o, em uma palavra, tal como deveria ter saído das mãos da natureza, vejo um animal menos forte do que uns, menos ágil do que outros, mas, afinal de contas, organizado mais vantajosamente do que todos”

J.J. Rousseau. Discurso sobre as origens e os fundamentos da desigualdade entre os homens.

Apresentação

Esta dissertação de mestrado abrange as classes patronais rurais e a questão ambiental no Brasil, neste início de segundo milênio. O objetivo principal é entender como reagem e se organizam proprietários, produtores rurais e agroindustriais frente às pressões nacionais e internacionais contra a expansão do agronegócio na Amazônia, o Cerrado e o Pantanal, questionado especificamente por seu caráter predatório sobre a natureza e as comunidades, tribos, grupamentos humanos ali estabelecidos ao longo das últimas décadas. Entrevistas realizadas junto a dirigentes da classe patronal rural do agronegócio brasileiro, nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo em 2007, e levantamento de dados em trabalhos de campo nas sedes das organizações por meio de observação, registro áudio-visual e coleta de material impresso institucional, compõem nosso universo empírico de análise, orientado pela seguinte questão: de que modo as entidades de representação de grandes proprietários rurais e de agropecuaristas vêm lidando e enfrentando as disputas políticas em torno da questão ambiental e, desta maneira, atualizando suas práticas históricas como o monopólio sobre propriedade fundiária e a exploração o trabalho e a natureza? Como meio de sua própria modernização social e econômica, e como condição da perenização de seu domínio na sociedade, as elites agrárias precisam responder a essas pressões nacionais e internacionais, e o fazem apropriando-se de uma série de argumentos políticos, científicos e jurídicos, vindos de grupos adversários ecologistas e ambientalistas e de instituições reguladoras e de financiamento.

Seguindo estas inquietações, a presente dissertação está estruturada em quatro capítulos.

O primeiro deles, “Questão agrária e ambiental: um estudo sobre as classes patronais rurais e as lutas sociais no campo”, cujos subitens pretendem enunciar o tema dentro de seu contexto histórico e acadêmico, reúne autores e bibliografias de referência sobre a questão agrária e a ação social no campo, em especial das classes patronais rurais no Brasil; delimita o que passaremos a chamar de questão ambiental e como enxergamos o cruzamento entre as questões agrária e ambiental no caso nacional.

O segundo capítulo, “A propriedade privada no Brasil contemporâneo: história, memória e poder na construção das identidades sócias no campo”, tem por objetivo reunir e sintetizar as percepções dos dirigentes sobre a propriedade privada da terra e os elementos estruturantes das identidades sociais no campo e das formas de representação, social e política, forjadas nesses processos. A idéia é percorrer continuidades e rupturas da ação política e dos eixos norteadores da representação patronal rural, como o monopólio da propriedade fundiária e o uso da violência como prática de classe que são respaldados por uma série de argumentos calcados nas noções de tradição e vocação misturadas com uma retórica que se propõe moderna, profissional e altamente tecnicizada.

No terceiro capítulo, “Re-significando práticas e discursos em função da questão ambiental”, ao entrelaçarmos estes aspectos históricos da formação do Brasil com o material empírico de que dispomos para a dissertação, nos preocupamos ainda em investigar a relação entre estas trajetórias e uma releitura de conflitos sociais, feita pelos porta-vozes das entidades estudadas, a partir dos temas e debates atuais como a questão ambiental. Apontamos também para as concepções dos representantes sobre o meio ambiente e a relação com o desenvolvimento da agricultura, bem como suas falas sobre a legislação e a política ambientais, como eixos da nossa reflexão. Encerramos este capítulo com uma análise sobre as práticas mais recentes de modernização dos proprietários e produtores rurais e agroindustriais, que seguem os preceitos de uma empresa rural “social e ambientalmente responsável”.

O capítulo quatro, “Disputas políticas em tempos de ambientalismo: entre velhos e novos dilemas da representação patronal rural”, investiga como as disputas políticas estão se travando no campo em tempos de ambientalismo e de agronegócio, mais que isso, em tempos de ambientalismo *versus* agronegócio; projetos que aparecem ora como concorrentes ora como complementares. Aqui a pergunta que nos orienta é: quais as implicações deste embate na constituição, não apenas das identidades das classes patronais em questão, mas também na delimitação de (novos e velhos) adversários políticos e de um renovado horizonte de alianças institucionais?

Introdução

i O tema de pesquisa

O presente trabalho, sobre classes dominantes no campo e a questão ambiental no Brasil no início deste século XXI, foi orientado por uma indagação original central: entender as formas recentes de ação das organizações de proprietários rurais e agroindustriais frente a questão ambiental. Envolvendo formas de regulação e uso do território, na disputa por políticas públicas e entre seus implementadores, movimentos sociais de luta pela terra (agrários, indígenas, quilombolas, dentre outros) e os interesses de classe do patronato rural, ganham destaque especial os que dizem respeito à manutenção do direito de propriedade da terra e de suas riquezas naturais. Guiada pela idéia de que a ação desses grupos é parte da história do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, as noções de que o atrasado e o moderno convivem e se combinam contraditoriamente (Bruno, 2002), permeiam nossa investigação sobre o processo de transformação e atualização da representação política patronal rural intimamente ligado e, geralmente, mobilizado por interesses históricos e tradicionais de classe.

Uma referência importante no entendimento da formação da sociedade brasileira é livro “*A revolução burguesa no Brasil*” do sociólogo Florestan Fernandes que traz a idéia de que a dominação burguesa enquanto uma situação social tem suas especificidades, mas é perene no capitalismo *periférico* ou *dependente*, por ser gestada “*numa forte dissociação pragmática entre desenvolvimento do capitalista e democracia; ou (...) uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia*” (Fernandes, 2006:340). E, dando prosseguimento ao autor, esta dominação burguesa sofre bloqueios, seleções e adaptações que delimitam:

“1) como se concretizará, histórico-socialmente, a transformação capitalista; 2) o padrão de dominação burguesa (inclusive como ela poderá compor os interesses de classe internos e externos, se for o caso - e como ela se impregnará de elementos econômicos, socioculturais e políticos extrínsecos à transformação capitalista; 3) quais são as probabilidades que tem a dominação burguesa de absorver os requisitos centrais da transformação capitalista, quais são as possibilidades que tem a transformação capitalista de acompanhar, estrutural, funcional e historicamente, as polarizações da dominação burguesa que possuam um caráter histórico e criador” (Fernandes, 2006:337-8).

Nos anos 1970, na década do “milagre econômico” a identificação de ‘modelos’¹ de desenvolvimento a serem conduzidas pelo governo militar e pelas elites nacionais, trazem duas idéias novas ou que as identificam a um determinado contexto nacional:

“i) o crescimento econômico deve ser estimulado para a ‘integração internacional’ ao mercado ‘globalizado’, por meio de exportações; ii) para que se evitem os ‘erros do passado’, mas em atendimento, de fato, às exigências das instituições de crédito internacionais, o planejamento deve ser feito com o envolvimento da sociedade no processo. Por essa via, espera-se alcançar o desenvolvimento ‘sustentável’ ” (Zhourí, 2005:11).

Acompanhando este raciocínio, temos, a partir dos anos 1990 e de forma mais acentuada dos anos 2000 aos dias atuais, o enfrentamento que o patronato rural e agroindustrial nacional vem desenvolvendo face à tensão que se estabeleceu sobre as políticas ambientais propriamente ditas, representa uma das formas de se perceber suas estratégias de reprodução social. Ao atribuir a essas políticas o sentido de “barreiras ao desenvolvimento”, na medida em que regulam e por vezes limitam as ações empresariais e industriais de vários setores incluindo os da agroindústria e do ‘agronegócio’², revelam seu posicionamento num debate decisivo sobre o re-arranjo político e institucional do capitalismo e decisivo para o domínio sobre as forças produtivas e os meios de produção. Alegam que este novo enquadramento legal e institucional compromete os ‘interesses nacionais’ de ‘desenvolvimento’ e ‘crescimento econômico’, transformando seus interesses de classe nos de toda a sociedade.

Inicialmente, determinada a dar continuidade a estudos realizados sobre conflitos agrários e ambientais no estado do Rio de Janeiro, dediquei-me a pesquisar os proprietários rurais organizados em sindicatos patronais e associações de produtores que tornaram-se

¹ Os termos ‘modelo’, ‘tipo’, ‘planos’ ou ‘projetos’, e os nomes atribuídos ao longo do tempo as suas variações e oposições, se referem a ideários. Uma ideologia não apenas como contradição entre forma e conteúdo, mas como modo de ação, elemento orgânico da realidade prática. Assim sendo, ao evocarmos esses termos, estaremos adotando a grafia das aspas simples ‘’.

² A notação gráfica diz respeito a uma tensão existente na definição e especialmente nos usos da palavra agronegócio. Além de um conceito, o agronegócio é uma categoria em disputa. É apreendido nesta dissertação a partir de uma perspectiva específica, que o encara como uma racionalidade que se impõe sobre outras e cujo uso político demarca novo contorno de alianças econômicas e institucionais (desenvolvida na pesquisa “Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo”. Convênio Redes-NEAD/MDA). Mas, não se pode negar que esta perspectiva é mais uma dentre outras, de cunho mais econômico na academia, ou mesmo de cunho mais ideológico e político no caso das organizações patronais rurais que se identificam como parte integrante deste conceito. De todo modo, não afastamo-nos da idéia que este termo em disputa, o agronegócio, corresponde a formas concretas (dinâmicas, mutáveis, instáveis e perenes ao mesmo tempo) da organização da produção agropecuária e agroindustrial no Brasil e, por que não dizer, no mundo. Esta discussão será complementada no Capítulo 1.

também proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Tal projeto dava continuidade e buscava um aprofundamento da linha de pesquisa sobre a natureza dos conflitos fundiários no Vale do São João, em que a autora vinha trabalhando desde seu curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense³ e que desencadeou na monografia de conclusão de curso.

Neste contexto duas questões chamaram minha atenção: primeiramente, os fazendeiros e os ambientalistas da Associação do Mico Leão Dourado e do IBAMA local, posicionavam-se declaradamente contra a realização de projetos de assentamento rural de reforma agrária em área da União (indevidamente ocupada por fazendeiros locais) e limítrofe a uma reserva biológica (Rebio)⁴. Em seguida, as cinco vantagens descritas em panfletos divulgando a criação das RPPN, distribuídos em reuniões da Associação do Patrimônio Natural (APN/RJ) junto a proprietários rurais da região do Vale do Rio São João, mas também presente na página eletrônica da Confederação Nacional de RPPN (CNRPPN).

“Uma das vantagens imediatas para o proprietário que constitui RPPN é a isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) relativo à área protegida, além de ter prioridade na concessão de crédito rural. Outra vantagem é de que a área assim constituída não pode ser desapropriada para reforma agrária. A RPPN tem também a possibilidade de conseguir financiamentos do poder público, via Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), ou de organizações não-governamentais (ONGs) nacionais e internacionais para desenvolver atividades de lazer, educação ou pesquisa, permitidas nestas unidades. Uma vantagem para os municípios é que podem receber dos respectivos estados, recursos referentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico⁵ em função do número de RPPNs em seu território”. (Confederação Nacional de Proprietários de RPPN, (www.cnrppn.org.br. Acesso 08/08/2007)

O intuito era compreender o que motivava novas alianças regionais recentemente estabelecidas entre grupos já tradicionalmente dominantes da economia agropecuária e da política locais e uma rede voltada para a conservação ambiental da Mata Atlântica, formada

³ Durante o ano 2002, participei da elaboração de um laudo técnico, solicitado pelo Ministério Público Federal/Niterói a UFF, sobre as formas de convivência entre assentamentos rurais e a Reserva Biológica de Poço das Antas. Desta experiência foi elaborado em 2003 o trabalho de conclusão de curso sobre o conflito fundiário e seus aspectos agrário e ambiental.

⁴ Historicamente esses grupos se opunham ao assumirem lógicas contrárias de ocupação do território, qual sejam as percepções de que para desenvolver a produção econômica é preciso ampliar a exploração dos recursos naturais disponíveis, *versus* aquelas que pregam a preservação da natureza como via imprescindível a preservação da espécie humana. (PPGSD/UFF, 2007 e Diegues, 1994).

⁵ O ICMS Ecológico é uma nova modalidade de isenção fiscal a municípios cuja sociedade e instituições fornecem “serviços ambientais”, tais como: coleta seletiva de resíduos sólidos, tratamento de esgoto e de efluentes industriais, criação de áreas de preservação ambiental, dentre outros que variam de acordo com o município.

basicamente por ONGs e instituições públicas de diversas abrangências. Remontar ao conflito em questão⁶, foi fundamental para identificar as raízes históricas daquele embate que apresentava uma nova faceta para conflitos fundiários, “*ambientalizando*”⁷ a questão, digamos assim, ou “*ecologizando*” o agrário. Outra leitura possível é que esteja havendo, em alguns casos concretos estudados, uma espécie de “*oligarquização das políticas ambientais*”, e uma mercantilização da ecologia e do ambientalismo⁸.

Aqui cabe a pergunta: estaríamos diante de mais um (e renovado) esforço das elites rurais no Brasil em garantir o monopólio, a concentração e a defesa absoluta da propriedade privada, em especial contra a reforma agrária, as ocupações de terras, a demarcação das terras indígenas e quilombolas, ou ainda a delimitação de áreas protegidas e unidades de conservação? Estas “*vantagens*”, previstas na legislação específica sobre as RPPN⁹, pareciam enunciar uma re-elaboração na legislação ambiental de privilégios históricos das elites rurais no país assegurados, dentre outros, pelo domínio privado da terra. Ao mesmo tempo em que denota as possibilidades de re-inserir os proprietários e produtores rurais num arcabouço jurídico novo, re-significando suas práticas tradicionais de classe, sobretudo aquelas relativas ao modelo produtivo agrícola que se baseia na extração de madeiras de lei e/ou na queimada para abertura de pastos e grandes monoculturas, com intensa quimificação e etc..

Esta legislação das RPPN nos faz lembrar da legislação agrária brasileira do século XIX, por legitimar o poder político dos proprietários ao reforçar, com a Lei de Terras de 1850, a terra como valor essencialmente patrimonial e eventualmente produtivo. Pelos vínculos institucionais, econômicos e políticos que a propriedade privada da terra representa - como acesso a créditos e ao perdão de dívidas, a benefícios legais e institucionais, privilégios políticos - e pela renda fundiária que dela se extrai (Ligia Osório, 1996), a propriedade privada da terra continua a perpetuar certas instituições sociais-culturais-políticas (como o já citado patrimonialismo, como os privilégios políticos aos detentores de capital econômico,

⁶ Este processo foi largamente relatado e analisado no livro “Laudo multidisciplinar em conflito sócio-ambiental. O caso da reforma agrária no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas”, bem como em monografias e outras produções acadêmicas. Para maiores informações ver PPGSD/UFF, 2007; Madeira F^o, 2002; Sevá, 2003; Serafini, 2004; Brito-Pereira, 2006; dentre outros.

⁷ Expressões retiradas de autores ou informantes e outras fontes de pesquisa, reproduzidos literalmente do original, terão doravante a grafia diferenciada pelas aspas duplas em itálico. Esta notação gráfica, “*aspas duplas*” também será utilizada no caso dos termos auto-atribuídos que os entrevistados utilizam, tais como “*setor*”, “*os produtores*”, dentre outras expressões.

⁸ Essas expressões foram retiradas de títulos de trabalhos e publicações científicas e re-afirmam a novidade do tema pela variedade de nomenclaturas utilizadas pelos autores para tratar desses processos sociais (Ver Lopes, 2004; Porto-Gonçalves, 2006; Carneiro, 2005; Humberto Miranda do Nascimento, (s/data).

⁹ Decreto N^o 5.746, de 5 de abril de 2006; Instrução Normativa N^o 62 de 11 de Março de 2005 Instrução Normativa do IBAMA N^o 24 de 2004; Lei N^o 9.985 de 2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Decreto federal N^o 1.922 de 1996.

como a exploração do trabalho sob as mais diversas formas¹⁰). Pelo cumprimento da legislação ambiental e fundiária, inclusive no polêmico tema da função social e ambiental da propriedade e dos índices de produtividade, obrigações legais, os proprietários rurais e empresários do agronegócio, defendem mais recompensas econômicas e reconhecimento político e institucional para a “*classe dos produtores*”.

Finalmente, ao ser convidada a integrar a pesquisa coordenada pela professora Regina Bruno, “*Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo*”¹¹, fui motivada a trazer as indagações sobre a questão ambiental para os estudos do processo social de construção da representação política dessas elites rurais especialmente nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, lócus privilegiado de observação do agronegócio nacional (Bruno, Carneiro e Sevá, 2008). Tendo como tema central a questão da representação patronal rural e agroindustrial no Brasil, a pesquisa era composta por três etapas, sendo: a) o mapeamento e análise do material da imprensa corporativa impressa e eletrônica identificando principais temas de embate, reivindicações e bandeiras de luta; b) o levantamento e elaboração de perfil dos deputados da bancada ruralista, suas redes de relações familiares, profissionais e políticas, culminando na construção do universo amostral da etapa seguinte da pesquisa; e c) a realização de entrevistas com lideranças e porta-vozes do patronato rural organizado em instituições sindicais, associativas, cooperativas e também na política institucional e partidária no Congresso Nacional. Esta última etapa de produção de material empírico e informações novas e adicionais relevantes sobre essas elites agrárias, foi baseada em entrevistas qualitativas, em profundidade e tinha cinco módulos temáticos de reflexão: 1) perfil e história das entidades e de seus porta-vozes; 2) redes de representação e vínculos institucionais; 3) visão de mundo/agronegócio palavra política; 4) manifestações de rua e a representação patronal no campo; e 5) questão ambiental.

Cabe aqui ressaltar algumas características do grupo patronal estudado. Representantes e dirigentes da “classe dos produtores”, são em sua maioria grandes proprietários de terras,

¹⁰ Na Constituição Federal, há o artigo que prevê que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações”, e para esta finalidade foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) com a atribuição de ser um instrumento legal de definição e preservação do “bem público” e “dos espaços protegidos” Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000. Entretanto, é sabido que tanto “bem público” quanto “espaços protegidos” tem sido cada vez mais atacados e privatizados enquanto a legislação, sua regulamentação e sua implementação são em si uma fonte de conflito permanente. Maiores informações ver Sevá, 2005.

¹¹ Coordenada pela Dr^a Regina Bruno a pesquisa foi realizada através do convênio CPDA/UFRRJ-NEAD/MDA entre os anos de 2006-2008 e contou com a participação dos assistentes de pesquisa Olavo Brandão Carneiro e Janaína Sevá.

agropecuáristas e empresários rurais, como em geral se definiram. É importante lembrar que apesar, de um discurso declarado sobre fazerem parte do agronegócio, estes diretores e presidentes de entidades de representação patronal se consideram o elo mais fraco da cadeia do agronegócio, por estarem “dentro da porteira” e estarem entre dois setores fortes da cadeia, a montante e a jusante da produção agropecuária propriamente dita. Como ressalta Bruno (1997), o agronegócio abarca toda sorte de indústria que fornece insumos e sementes e que processa os alimentos, e os distribui. Neste sentido, o patronato rural que entrevistamos apresenta suas diferenças em relação aos demais elos desta cadeia. A principal delas, a nosso ver, é justamente o fato da propriedade privada da terra e da sua centralidade, seja nas atividades produtivas, enquanto meio de produção, seja na construção de suas identidades sociais e representação política. Este é o fator que diferencia os que estão “dentro da porteira” dos demais segmentos do agronegócio e que ao mesmo tempo os iguala em relação ao conjunto e os subordina à lógica das indústrias antes e depois das atividades agropecuárias, por que ficam dependentes de suas variações de preço e de mercado. Por outro lado, é também por serem proprietários rurais que estão mais sujeitos as variações climáticas e da qualidade do solo, que influenciam diretamente no produto final e no rendimento de sua produção, e estão mais expostos a legislação ambiental e fundiária, assim como as pressões internacionais de agências de crédito ou de movimentos ambientalistas. Afinal, os demais ramos do agronegócio que não tem a terra como o meio de produção fundamental, ficam descolados das exigências de cumprimento da função social da propriedade e das acusações de devastação ambiental, relegando estas exigências que são a base da certificação de produtos no mercado internacional e o seu ônus aos proprietários rurais diretamente.

Chamou a atenção, logo de início na primeira entrevista (situação que se repetiu na demais), a inquietação trazida pelos porta-vozes do patronato agroindustrial nacional a respeito dos problemas de ordem legal e entraves econômicos que os conflitos relativos ao meio ambiente e o trabalho escravo acarretam para o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, enfim do agronegócio. Percebemos então que tal representação, embutida de uma dinâmica permanente de modernização, passa, no nosso entendimento, pela construção de um discurso político e ideológico orientado também pelas questões ambientais e conflitos delas decorrentes. A fala de um agro-pecuarista, líder sindical e deputado federal, reforça esta suposição. Aponta, na sua descrição sobre as principais demandas e eixos norteadores da ação política da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso (FAMATO), os caminhos da investigação ao trazer elementos “*arraigados*” e supostamente presentes desde “*sempre*” com as questões ambiental e social emergentes no campo da transformações

capitalistas recentes, num esforço de aproximação com os padrões de planejamento e gestão de empresarial da produção e, particularmente, da representação política¹².

“(...) via de regra, nós temos fundamentalmente três grandes demandas. Nós temos demandas fundiárias, conflito de terras, invasão de terras, que é uma coisa arraigada, do direito de propriedade. Nós temos demandas ambientais e demandas sociais, conflitos na área ambiental e na área das relações do trabalho, questão de trabalho escravo e também a questão de agressão ao meio ambiente, não respeito à reserva legal. E temos a maior demanda que é sempre a demanda pela questão de dívida, crédito, renda”. (FAMATO, 2007)

As implicações políticas também compunham as falas dos representantes recorrentemente preocupados com o desgaste da “imagem do setor” num momento histórico em que são apontados por movimentos ambientalistas e mercados consumidores internacionais¹³ como os destruidores da Floresta Amazônica, do Cerrado e do Pantanal e sendo cerceados no seu “crescimento” por imposições dos financiadores de crédito¹⁴. Esta opinião pública, segundo os dirigentes patronais geralmente formada por pessoas que vivem nas cidades e nada sabem das questões da agricultura e do meio rural, está em franco desajuste com os interesses de re-afirmação dos agroindustriais enquanto “heróis nacionais”¹⁵ (por manterem a balança comercial interna favorável com o seu ritmo acelerado de exportações de matérias primas - como o álcool e o açúcar, a soja, dentre outras).

A outra situação marcante, foi numa entrevista com o diretor da Associação de Proprietários Rurais de Mato Grosso (APR/MT), em que ao apresentarmos a equipe de

¹² Esta questão do discurso de modernização da representação política por meio das supostas “profissionalização”, “tecnificação” e “cientificização” dessas instâncias, foi aprofundada no Relatório Final de Pesquisa Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo.” (Bruno, Carneiro e Sevá, 2008). Discutiremos mais a propósito no capítulo 2.

¹³ Como a Comunidade Européia, que por vezes embarga a carne e a soja produzidas em áreas desmatadas ilegalmente.

¹⁴ Essas imposições, como veremos a seguir, resultam de uma série de acordos e convenções internacionais que produziram um consenso hegemônico sobre os termos do desenvolvimento do capitalismo no final do século XX. Um dos exemplares desse conjunto de metas a serem cumpridas para um desenvolvimento sustentável no planeta é a Agenda 21 que tem as seguintes bases: “preservação da biodiversidade, manejo dos recursos naturais, justiça econômica e social e participação dos diferentes segmentos sociais, cabendo a cada país instituir uma agenda nacional e agenda locais em estados e municípios”. Como será discutido mais a frente, veremos que estas metas, chamadas pelos dirigentes entrevistados de entraves ao desenvolvimento, foram incorporadas pelo Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, “evidenciando que a lógica é de integrar critério ecológicos à prática econômica mercantil e liberal para acelerar o desenvolvimento” (Loureiro, 2006:39).

¹⁵ Declaração feita pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva em março de 2007, ao discursar durante evento na cidade de Mineiros (GO) “Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles o atendimento ao suprimento”, afirmou o presidente, ao discursar durante evento na cidade de Mineiros (GO). Folha *Online*, 20/03/2007, página visitada em 10/11/2008. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>

pesquisa éramos recebidos com um discurso de boas vindas, pois estaríamos para ouvir deles um esclarecimento sobre um “(...) *mal entendido muito grande, essa parafernália em torno da reforma agrária, (...)*”, enquanto “*os produtores, geradores de divisas para o país*” estão sendo atacados pelas invasões de movimentos sociais, indígenas e quilombolas e além de serem acusados de devastadores do meio ambiente, de forma mais acentuada nos últimos anos. Mais adiante, ao ser perguntado se, na sua opinião, haveria uma questão ambiental no Brasil hoje, ele associou diretamente a figura do Chico Mendes e de suas lutas por terra e pelo livre acesso aos seringais na região amazônica, identificando-as à questão ambiental e caracterizando-as questões políticas, radicais e ideológicas (e por isso menos importantes). Ou seja, associa as questões ambientais no Brasil ao desencontro entre seus projetos de exploração e expansão de novas fronteiras agrícolas e as reivindicações de movimentos populares de acesso à terra e direitos sociais, corroborando uma visão dominante no discurso desenvolvimentista que orienta a política econômica nacional atual, de que “*o meio ambiente e as ONGs radicais que querem atravancar o desenvolvimento do país*” (APR/MT, 2007).

Como enfatiza Delgado, é preciso averiguar o que é “realidade e fantasia” no agronegócio que se apresenta como uma grande contradição presente na história agrária recente do país: a tendência de retomar certos princípios de desenvolvimento marcados por processos de incorporação de alta tecnologia na cadeia produtiva, porém, em detrimento da efetivação dos direitos sociais e trabalhistas, da proteção ao meio ambiente e da função social da propriedade fundiária, temas que são elaborados e empunhados por movimentos de luta por terra que envolvem hoje os trabalhadores sem terra, os índios, os quilombolas e outros povos da floresta.

“Ora, uma entidade como esta precisa ser mais bem identificada, pois, pelo que se percebe, muito poder e atributos lhes estão sendo creditados ou debitados, sem sequer se possa saber de quem se trata. (...) Sabe-se que, em nome deste mito (o agronegócio), a propaganda oficial dedica maciças mensagens de associação do agronegócio com a alta tecnologia, o desenvolvimento e, por que não dizer, em linguagem popular, ‘a salvação da lavoura’” (Delgado, 2004).

Assim, tanto discursos como arranjos institucionais estavam sendo reconsiderados para responder a outras questões postas pela sociedade que aquelas de sua preocupação central (como a defesa da propriedade, o crédito agrícola, o perdão de dívidas, a benevolência do Estado), ainda que pautadas por outros grupos sociais, em geral seus opositores políticos. Tal como o tema da reforma agrária, que lhes foi imposto em alguns momentos históricos recentes - marcadamente nos anos de 1950 e 60, culminando em 1964, quando da elaboração

do Estatuto da Terra, e no período de abertura democrática, entre os anos de 1980 e 86, momento de intensas disputas políticas e sociais que engendraram a formulação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985) - o debate sobre os usos e formas de apropriação da natureza também cria uma situação histórica de enfrentamento e disputas entre ‘modelos’ de sociedade e visões de mundo. Para além das ambições estritamente econômicas, isto torna mais complexo o processo de reprodução social das classes, bem como seus mecanismos de ação e dominação. Há a consciência da necessidade de construção de um arcabouço político e moral que ora justifique suas ações ora assegure sua posição de beneficiários das políticas públicas. Isso se dá concretamente seja pela presença dos deputados da bancada ruralista na Comissão Parlamentar de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados ou em outros espaços decisórios sobre a questão ambiental no Congresso Nacional, como o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), dentre outros; seja pelo lobby profissional¹⁶ das entidades de representação de classe, diretamente junto aos parlamentares e agentes políticos nas diversas instâncias do poder público, entenda-se o Legislativo, o Judiciário e o Executivo, em níveis municipais, estaduais e nacional.

Regina Bruno situou e analisou o perfil de atuação deste patronato rural como sendo aquele que “*entre a conciliação e o confronto*” reúne esforços, mesmo em cenários de grande adversidade interna na classe, visando a sua legitimação enquanto ator social, político e econômico imprescindível ao desenvolvimento do Brasil. Assim, mesmo reconhecendo que o Estatuto da Terra de 1964 foi resultado de grandes mobilizações e lutas sociais populares no período pré-64, é notável a força e a presença de proprietários fundiários na desarticulação de um ante-projeto que previa modernização agrícola e reforma fundiária como vias de mobilizar o Brasil em termos políticos e econômicos. Como ressalta a autora, foi neste momento em que se consolidou a categoria, então emergente, de empresa rural (*versus* latifúndio) e com ela a de empresário rural, “cujos atributos seriam a ‘racionalidade’, ‘criatividade’, e ‘espírito de iniciativa’ para gerir os negócios e fazer face às necessidades de modernização e aos imperativos de desenvolvimento da Nação” (Bruno, 1995:26).

¹⁶ A idéia de um lobby profissional ou profissionalizado desponta como um dos mecanismos lançados pelos dirigentes políticos do patronato rural no sentido de modernizar suas formas de representação. Na pesquisa coordenada por Bruno, identificamos outros elementos constitutivos deste processo “(...) a modernização do ‘setor’ que envolve inúmeros elementos, como a representação política profissionalizada, a formação técnica e política de novas lideranças, o enquadramento da propriedade e das relações sociais de produção nas noções de responsabilidade social e ambiental e a consolidação de movimentos de produtores e proprietários na defesa da propriedade” (Bruno, Carneiro e Sevá, 2008:10). Especificamente a profissionalização consiste em assessoria técnica especializada (em diversos temas) que fornece informações e orienta a elaboração de emendas constitucionais, projetos de lei, dentre outros, a serem encaminhados pelos parlamentares representantes político-partidários das classes e grupos dominantes do campo para que se posicionem nas discussões e decisões legais e institucionais.

Ao mesmo tempo buscávamos compreender como se conciliavam as noções de pioneirismo, tradição e vocação (como elementos constitutivos de uma identidade patronal) às de inovação tecnológica, profissionalização da política e da representação (Bruno, Carneiro e Sevá, 2008). Por tanto, acompanhar e entender os processos de ampliação das lutas e sua extensão a diversos atores, (considerando nosso universo de pesquisa) frente às questões ambientais hoje implicaria também em “refletir quer sobre seu poder de influir no desenho e implementação de políticas públicas, quer sobre sua capacidade de trazer novos temas a debate ou re-significar antigas questões” (Medeiros, 2002:01).

Ao me ver totalmente envolvida pelo tema e pela pesquisa¹⁷ resolvi por bem esmiuçar esta nova faceta do pensamento e das instâncias de representação patronal rural no Brasil que de diversas formas reagem e buscam incorporar e se apropriar das críticas postas pela sociedade e pelo mercado mundial. A idéia era entender esta conversa entre o chamado “agronegócio” e a crítica (de origem) ambientalista, bem como as respostas do primeiro às novas exigências legais e culturais impostas pelos ambientalistas e pelo mercado¹⁸. Essas críticas e exigências foram assimiladas e se expressam basicamente na deliberação da Conferenciada ONU para o Meio Ambiente com o termo *Agenda 21*¹⁹. Trata-se, por tanto, de analisar um momento histórico dos grupos dirigentes do empresariado rural, momento este em que todos falam em preservar o meio ambiente, ou em colapso do sistema capitalista pelo esgotamento de recursos naturais e energéticos, numa espécie de “*nebulosa ambientalista dos interesses sociais e discursos que tensionam o conceito de natureza (...)*” (Moreira, 2004:198).

Fica claro, como indica Acsehrad, que, apesar da “*complexidade da caracterização do ambiental como um campo específico de construção e manifestação de conflitos*”, ele se coloca como um renovado e mesmo inovador campo de disputas por legitimidade do conjunto das atividades próprias a cada agente. Assim,

¹⁷ A etapa da pesquisa que envolveu o levantamento de dados empíricos *in loco*, momento em que se deu início a minha participação no projeto, durou doze meses entre a construção do campo de pesquisa, a elaboração do roteiro de entrevistas, a aplicação e posterior análise das mesmas e a produção do relatório de pesquisa (de março de 2007 a fevereiro de 2008).

¹⁸ Basicamente, segundo algumas leituras, a apropriação desses constrangimentos e exigências se torna uma questão para as grandes corporações capitalistas e é denominada de “desenvolvimento sustentável” que pode brevemente ser caracterizado como uma corrente de desenvolvimento em que “a idéia de conciliação dos interesses econômicos, ecológicos e sociais ocupa papel chave” (Zhourri, 2005:12). Este aspecto da análise será retomado no capítulo 1.

¹⁹ A *Agenda 21* foi o documento que representou as deliberações da conferência prevendo conciliações entre a crítica ambiental (então reconhecida como crise ambiental) e a sociedade industrial (Zhourri, 2005:14)

“Se considerarmos o meio ambiente como terreno contestado material e simbolicamente, sua nomeação redistribui o poder sobre os recursos territorializados, pela legitimação/deslegitimação das práticas de apropriação da base material das sociedades e/ou de suas localizações. As lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais.” (Acserald, 2004:18-9)

Partimos do suposto que houve neste “*terreno*” uma adequação do meio ambiente e da sociedade ao crescimento econômico e à ideologia liberal renovada da auto-regulação do mercado conduzido no âmbito das Nações Unidas (Sachs, 2000), “*no clima de tensão representado pela OMC e o regime ambiental, somente os instrumentos compatíveis com esta ideologia, tais como a certificação de produtos “ecologicamente corretos” e o “comércio de carbono”*”²⁰. Ainda na opinião de Zhouri, em referência a Acserald, “*a adequação ambiental constitui então um verdadeiro paradigma, inserido na visão desenvolvimentista que, ao apostar na ‘modernização ecológica’, motiva ações políticas que atribuem ao mercado ‘a capacidade de resolver a degradação ambiental’*” (Zhouri, 2005:17).

Ao colocar o foco de análise nos agentes e forças sociais em presença, no processo de construção de suas identidades coletivas e na tendência ao deslocamento do terreno de luta e de formação de suas alianças, esta pesquisa considerou de fundamental importância o desafio em trabalhar com a noção de sujeitos políticos paralelamente ao processo de construção de identidades coletivas e de organização de classe. Neste sentido, direcionar a pesquisa a partir do questionamento sobre os mecanismos e processos acionados e construídos na reprodução social das classes patronais rurais, na atual conjuntura mundial, implica identificar, dentre outras, noções e representações sociais de dirigentes de organizações patronais rurais sobre: 1) natureza e meio ambiente; 2) a incorporação nas ações institucionais de constrangimentos ambientais impostos pela sociedade e pelo mercado; e 3) os conflitos ambientais e a resignificação das disputas políticas no campo.

²⁰ Inicialmente é preciso lembrar que o campo é definido em função do objeto do conhecimento ou da disputa em questão. Trata-se uma construção teórica e não corresponde necessariamente a um conjunto de práticas conscientes, a não ser que se esteja falando da própria intelectualidade. Analogamente, o campo vem a ser considerado um mercado, idéia que acompanha o raciocínio oriundo da economia política e demonstra a influência não apenas marxista, mas estruturalista do autor, em que o elemento chave é o capital simbólico em jogo (Bourdieu, 1983 e 2005).

ii. Aspectos metodológicos da pesquisa

“Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a idéia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como ‘nós’ por oposição a ‘eles’, aos ‘outros’ e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca à identidade” (Bourdieu, 2005: 124)

Transformar temas e assuntos em geral em questões de sociologia é o primeiro dos desafios do cientista social. Que as questões agrária e ambiental sejam vitais para a sociedade ocidental moderna contemporânea, disto não temos dúvida, já que compõem a pauta política regional e nacional, na imprensa, na televisão, nas empresas e repartições públicas. Para podermos chegar a uma sociologia destas questões, ou transformá-las em questões sociológicas de fato, temos que procurar entender essas questões para além daquilo que elas significam no senso comum, nos jargões dos meios de comunicação, nos jargões empresariais ou da administração pública, dos sindicatos ou ainda grupos religiosos, dentre outros.

Em seu processo de elaboração, esta dissertação atravessou por alguns universos empíricos, percorridos em experiências de pesquisa distintas vivenciadas por mim, como citado anteriormente, cada uma delas de fundamental importância na construção do objeto da pesquisa de mestrado. Ao mesmo tempo ela não representa um fim em si. Faz parte de um processo que não se encerra nela, nem teve origem no que ela se tornou hoje.

Do todo modo, é possível afirmar os estudos iniciais sobre questão agrária, me levaram a estudar a representação social e política dos sujeitos envolvidos no conflito e, ao focar nas ações e formas de organizações coletivas das elites rurais locais, como se reordenam alguns posicionamentos e arranjos políticos, em função de uma disputa pela legitimidade de ocupação daquele território e pela construção de quais são os elementos que conferem esta legitimidade. Para dar o passo inicial nesta investigação nos reportamos a Malinowski e sua reflexão sobre a representação social e sua idéia de que

“As idéias e crenças não existem apenas nas opiniões conscientes e formuladas dos membros da comunidade; estão incorporadas em instituições sociais e estampadas nas condutas dos aborígenes e deverão ser extraídas, por assim dizer, de ambas as fontes” (Malinowski, 1974).

Outros dois aspectos importantes a serem considerados ao se trabalhar com as representações sociais são a natureza do discurso que nos serve de acesso ao mundo social do

agente em questão e a própria representatividade deste agente perante seus representados e perante seus opositores políticos. Do ponto de vista da natureza do discurso e de uma qualificação destes depoimentos que serão apresentados, consideramos que são discursos que situam os sujeitos na sociedade, pois remontam a um campo discursivo de poder específico, no caso da dominação patronal. Ao mesmo tempo em que é nestes discursos que apreenderemos a percepção destes sujeitos sobre os assuntos, sobre si e sobre o mundo, e identificamos os mecanismos acionados na construção das identidades sociais e políticas decorrentes de sua perspectiva. “*Não existe palavra neutra para falar do mundo social, e a mesma palavra não significa a mesma coisa dependendo de quem fala*”, argumenta Bourdieu (1983:73). Complementando esta descrição das características do discurso objeto de nosso estudo, é que enquanto prática discursiva ou situação lingüística, as entrevistas jamais são apenas discursos e as conversas são apenas conversas. Estão situadas em um mercado lingüístico, regido de acordo com os princípios válidos em cada campo específico e, geralmente, determinado numa conjunção de racionalidades e competências científicas e políticas. Compartilhamos da observação do autor de que

“O dominante é que possui os meios de impor ao dominado que o perceba como ele quer ser percebido. Na vida política cada um é objetivista contra seus adversários. Além disso, nós sempre somos objetivistas para os outros” (Bourdieu, 1983:73)

Para tratar da representatividade do agente no “espaço social e na gênese das classes”, resgatamos aqui uma leitura de Bourdieu a respeito dos possíveis problemas em se trabalhar com porta-vozes autorizados em detrimento de suas bases, ou das contradições existentes entre os interesses coletivos ou ainda dos representados que conformam aquela posição institucional e sua visão sobre o mundo e como sua visão contribui para a formação deste mundo. Consideramos que as percepções tem em seus aspectos objetivo²¹ e subjetivo²² e revelam correlações de força específicas e relativas, como forma de conceber o trabalho de categorização decorrente do uso e hierarquização dessas percepções e de sua legitimação, como transcendente à situação lingüística porém presente nas mais diversas situações

“de existência corrente, do mundo social e da sua posição nesse mundo, da sua identidade social, por meio de todas as formas do bem dizer e do mal dizer, da benção ou da maldição e da maledicência, censura, críticas, acusações calúnias

²¹ Aquele determinado por sua condição e posição social no campo.

²² Vinculado a particularidade histórica de cada contexto e de cada momento.

etc. Não é por acaso que *kategorein* de que vem nossas categorias e nossos categoremias, significa *acusar publicamente*” (Bourdieu, 2005:142).

Bem, para então chegarmos a algumas análises sobre como o mundo social dos entrevistados é percebido, quais as divisões e quais as classificações ordenam este espaço social (que é um espaço de luta social e política), optamos por metodologias de pesquisa oriundas de perspectivas sociológicas e antropológicas da produção do conhecimento sobre a realidade observada. Tendo como instrumentos principais de pesquisa entrevistas abertas e semi-estruturadas, procuramos obter respostas extensas que nos permitissem explorar por diferentes entradas os depoimentos colhidos.

Foram entrevistados dirigentes das seguintes organizações e respectivos estados-sede:

Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), SP; Associação dos Criadores de Mato Grosso (ACRIMAT), MT, Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (ACRISUL), MS; Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA), MT; Associação de Proprietários Rurais de Mato Grosso (APR/MT), MT; Associação de Produtores de Soja (APROSOJA), MT; Confederação Nacional da Agricultura (CNA), DF; Departamento de Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (DEAGRO/FIESP), SP; Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (FAMSUL), MS; Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (AMATO), MT; Movimento Nacional de Produtores (MNO), MS; Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), DF; Sociedade Rural Brasileira (SRB), SP; e União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (ÚNICA), SP²³.

As entrevistas com representantes (presidentes e diretores) das entidades e organizações citadas ocorreram no ano de 2007 nas sedes das instituições, e foram realizadas pela equipe de três pesquisadores nos estados de SP, MT, MS, e no Distrito Federal. Elaboradas a partir de roteiros semi-estruturados e acompanhadas de fichas de coleta de informações e observações de campo, as entrevistas tinham duração de aproximadamente duas a quatro horas. As entrevistas foram marcadas com antecedência e aconteceram em meio às inúmeras atividades do cotidiano político-administrativo dos porta-vozes nas instituições, e era tida como prioritária em relação às demais.

²³ Além destas entrevistas, que foram gravadas e serviram de base central para análise da retórica e prática discursiva do patronato rural, foi realizada uma entrevista cuja gravação não foi autorizada com o presidente do Sindicato da Indústria de Frios, Carnes e Derivados, e outras que compunham o universo de pesquisa paralelo sobre as associações de proprietários de RPPN, junto a dirigentes destas associações estaduais de (MT e depois complementada no III Congresso da Confederação Nacional das RPPNs ocorrido em Ilhéus/BA em agosto de 2007, com os estados de MS, GO, SP, RJ e com o presidente da confederação).

Um olhar atento sobre as sedes e escritórios das organizações, sobre sua localização, muito nos ajudou a caracterizar e compreender sobre as entidades, suas relações institucionais e concepções acerca do espaço de trabalho de representação da classe ou dos “setores”. Muitas das entidades se situavam dentro dos centros políticos das cidades, juntamente com a administração pública, tal como em Brasília, indicando esta proximidade física o reconhecimento pelos grupos estudados da importância e centralidade para o exercício da representação a aproximação com os espaços governamentais de decisão e ação política.

Outro aspecto observado na maioria dos locais de entrevistas, geralmente as **sedes próprias** das entidades, era a valorização de uma estrutura e ambiente formal de trabalho, de uma aparência empresarial que nos remetiam a espaços de negócios sem explicitar que se tratava de uma organização de representação da classe patronal rural. Em alguns casos, como na visita a CNA e a OCB, em que as câmaras técnicas e as assessorias de imprensa e comunicação eram separadas das salas da direção política e presidência das entidades, apontamos uma diferença nas menções a símbolos do “setor”. Enquanto na CNA e na FAMASUL (por exemplo), não havia estas referências claras de se tratar do espaço profissional da representação política ligada a agricultura e pecuária nacionais, poderia ser o prédio que qualquer redação de jornal, empresa de publicidade ou escritório de consultoria ambiental; na OCB, um prédio igualmente novo e modernizado com cara de escritório de grande empresa, havia desde o saguão central imagens da agricultura, pecuária e demais atividades produtivas e serviços públicos e comunitários, tudo de forma integrada declarando o espírito cooperativista, até mostras de produtos agrícolas, material de consulta a legislação, técnicas produtivas, sistemas de crédito, ou telefones e contatos úteis ao produtor rural.

Nas ocasiões em que as entidades tinham suas **sedes em escritórios** (como no caso da APR/MT), com poucas salas, ao invés de prédios inteiros, havia também sempre uma construção de referenciais de uma cultura empresarial ou, no mínimo, profissional, nos espaços de trabalho. Percebe-se ao observar as estruturas de funcionamento das entidades que a construção de espaços profissionalizados e impessoais, para o exercício da prática política, perpassa um esforço de re-significar suas estratégias de ação a partir de elementos que renegam traços tradicionais da estrutura de classe e da forma de fazer política no Brasil, considerados até pejorativos, como o clientelismo e o paternalismo, dentre outros.

Mistura-se a este ambiente profissional valores e sentimentos que congregam o “setor” e mesmo aproximam a relação entre as bases e os dirigentes, no sentido de garantir que o produtor reconheça aquele espaço como sendo também a “sua casa” ou a “extensão de sua fazenda e produção”. Assim, percebemos que na maioria das instituições visitadas há uma

necessidade de demonstrar as inovações especialmente no campo da profissionalização destes espaços, mas mantendo e resgatando referências à tradição da agricultura e pecuária no Brasil e a sua importância na economia nacional, sua presença através dos alimentos nas mesas da família brasileira, dentre outras identidades construídas pela classe. Para tanto, as reivindicações de crédito e abatimento de dívidas, as campanhas de sanidade animal, orientações sobre legislações específicas (em geral trabalhistas e ambientais), programas de assistência técnica educacional, ou ainda as publicações e produções midiáticas da entidade e do “setor” estão sempre expostos nas recepções e entradas dos estabelecimentos, como no caso da FAMATO.

Num plano simbólico, nas ornamentações dos prédios ou escritórios mereciam destaque os diplomas do presidente, os quadros com as estruturas institucionais e organizacionais. A composição de mapas da produção agropecuária, fotografias de outros dirigentes ou colaboradores considerados importantes, pinturas e mosaicos em quadros ou painéis com imagens do campo e da produção, do homem rural, visavam uma perspectiva de integração entre homem e natureza, entre produção agrícola e desenvolvimento social, entre campo e cidade, etc.. Ao mesmo tempo, traços históricos das classes dominantes como a defesa da propriedade, o perdão da dívida e o cumprimento da lei e da ordem estabelecida e, sempre, o enaltecimento do “produtor rural” estão presentes nas entradas e fachadas de algumas entidades, entre elas a FAMATO e a SRB.

Como uma forma de distinção clara, inclusive interna à classe, chamou a nossa atenção a presença na OCB e na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, em que além das gravuras e desenhos de produção, produtos, e alimentos, havia cafeteiras com diferentes variedades de café, enaltecendo a nobreza do setor cafeeiro²⁴ um grande exportador de grãos, e, na FAMATO, bebidas a base de soja, indicando uma forma da inovação da imagem do produto, quando associado a “hábitos saudáveis de vida” e ao produto mais produzido e exportado pelo Brasil na atualidade.

²⁴ Historicamente representante do patronato rural nacional, mas que também contribuiu para a construção de uma imagem negativa sobre o “setor” calcada na idéia dos senhores ou barões da terra. A agroindústria cafeeira é um dos berços da industrialização do país, representa, por conseguinte um dos grupos se engaja na conformação da burguesia nacional, constituindo-se um pilar desta burguesia. Ao fazer concessões e distribuir terras aos colonos e incorporar rapidamente o trabalho livre na cafeicultura conseguiu reunir o controle sobre uma força de trabalho remunerada e, conseqüentemente, consumidora de produtos industriais manufaturados ou semi-manufaturados e lançando a base da infra-estrutura urbano e industrial do país. Neste sentido, são demiurgos desta nova época do país, se reconhecendo como membros decisivos da burguesia nacional, não estritamente agrária, ao contrário, essencialmente urbana e industrial, lançando a base da infra-estrutura urbano e industrial do País. (Ver Martins, 1973 e 1979; Fernandes, 2006).

Capítulo I - A Questão agrária e a questão ambiental no Brasil: olhar sobre as classes patronais rurais e as lutas sociais no campo

“(...) todo progresso na agricultura capitalista é um progresso na arte de roubar não só o trabalhador, mas o solo; todo progresso em aumentar a fertilidade do solo por um dado tempo é um progresso para arruinar as fontes de longa duração desta fertilidade.

Quanto mais um país cresce com a indústria em grande escala na base de seu desenvolvimento, como acontece nos EUA, mais rápido se torna esse processo de degradação. A produção capitalista, portanto, só desenvolve as técnicas e o grau de combinação do progresso social da produção minando, simultaneamente, as fontes originais de toda riqueza – o solo e o trabalhador.”

*(Karl Marx, O Capital, Vol III:637-8)**

Para entendermos inicialmente a questão agrária e a ambiental, partimos das inúmeras análises críticas da relação entre a agricultura e os padrões de desenvolvimento, cujo processo histórico se convencionou chamar de “modernização conservadora” (Graziano da Silva, 1982; Leite, 1995; Delgado, 1985) e que primou por “mudar para ficar como está”, se modernizou tecnologicamente, mas manteve as assimetrias nas relações sociais, re-significou práticas de dominação e reificou poderes (Martins, 1979, 1984, 1981; Bruno, 1995 e 1997).

No início dos anos 50 o impulso produtivista e a modernização da agropecuária implementada dentre outros, através do “Plano Nacional de Metas”, de 56 a 61, articulou Estado, burguesia nacional e internacional, consolidou a indústria de base no país e alavancou a industrialização dos processos de produção agrícola. Abarcando ainda, a fusão ou integração de capitais, dos anos 60 aos 70. Segundo Leite, além da adoção do padrão tecnológico, o processo de modernização calcava-se no:

“binômio mecanização/química mineral, o aumento da produção e produtividade com manutenção da estrutura fundiária, a política econômica setorial incentivando a grande produção nas regiões centro-sul, a instalação de cadeias e complexos agro-industriais, a integração de capitais agro-industrial com agrocomerciais, a especulação imobiliária” (Leite, 1995: 142)

* Cf. apud Foster, 1999:167.

Estes são os elementos que compõem o quadro da subordinação do trabalhador e da natureza ao modelo de ‘desenvolvimento’ das elites políticas nacionais na segunda metade do século XX em diante. Além das questões de ordem social e econômicas, como o desemprego e o êxodo rural, vale lembrar justamente que a agricultura, uma prática produtiva originalmente determinada por fatores naturais e de ordem climática, geográfica, hidrográfica, e por possibilidades e viabilidades específicas a cada ecossistema, transforma-se radicalmente com a adoção de um novo padrão tecnológico a partir de então.

Segundo Sérgio Pereira Leite, ainda, esboça-se um cenário composto por um modo industrial de produzir e pelo modelo empresarial de gestão da unidade econômica agrária, corroborando as teses de Graziano da Silva de que “*os projetos de colonização no Brasil sempre foram pensados politicamente como alternativa a uma reforma agrária que mudasse a estrutura da propriedade da terra nas regiões nordeste e centro-sul*” (Graziano da Silva, 1993:46). Tavares dos Santos, ao estudar os “*Colonos do Vinho*” no Sul do país, abordou o modo como isto ocorreu na sociedade do ponto de vista dos pequenos agricultores familiares classificando-a, naquele caso, como uma “*subordinação do camponês ao capital*” (Tavares dos Santos, 1978). Em outras palavras, uma remodelagem, numa perspectiva modernizante das relações de produção organizadas familiarmente, que tem por trás deste mote da modernização e racionalização do processo produtivo novos padrões tecnológicos e normativos, e que culmina na eventual desarticulação dessas unidades produtivas familiares, comprometendo sua reprodução social enquanto camponês ou agricultor familiar.

Baseada em argumentos legais, como o Estatuto da Terra, e técnicos, como o pacote agrícola tecnológico chamado Revolução Verde, esta chamada modernização é avaliada hoje como um processo histórico contraditório especialmente no que diz respeito à sua capacidade de acumulação capitalista e ao mesmo tempo de produzir miséria e a expropriação de populações rurais. Escritores como Warren Dean, propõem re-lembrar esta *démarche* do capitalismo no Brasil da perspectiva dos rastros de destruição cultural e ambiental, e salientam na formação da sociedade brasileira, uma história feita “*a ferro e fogo*”, “*o imperativo do desenvolvimento econômico não passou de uma quimera*”, significando que, além dos efeitos concentração-exclusão anteriormente referenciados,

“A reforma agrária e a titulação efetiva da terra pertencente a pequenos produtores eram evitadas pela promoção da expansão da colonização sobre faixas remanescentes da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica. Ânias por terras e a contínua exploração destrutiva da floresta enquanto recurso não-renovável provocou inevitavelmente um declínio acelerado das faixas remanescentes relativamente intactas da Mata Atlântica” (Dean, 1995:281).

Vemos que junto com a idéia de sobreposição de tempos históricos distintos proposta por José de Souza Martins como instrumento de análise sobre os conflitos agrários nas regiões de fronteira do Brasil, há a compreensão de que nesses processos altamente conflituosos é que se forjam identidades políticas que irão compor a arena das lutas sociais e políticas. Não esquecer que as múltiplas ações executadas por instâncias públicas de regularização fundiária e de colonização agrícola, empenhados nos projetos de ‘desenvolvimento nacional’ ocorreram por meio de uma combinação explosiva de modernização agrícola e industrial com concentração econômica e fundiária e desigualdade social. Este quadro, segundo o autor, caracteriza a fronteira a partir do que julga ser o elemento norteador de sua definição:

“O que há de mais relevante para caracterizar a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. (...) a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade (...). O conflito faz com que a fronteira seja, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro” (Martins, 1997:150)

Diante dos resultados obtidos pelo regime militar em âmbito nacional²⁵ - que objetivava novas mediações com as oligarquias locais, então mais enfraquecidas do que antes do golpe, porém consideradas indispensáveis para a manutenção da estabilidade política do país e não menos fortalecida para o embate sobre a questão fundiária e as retomadas propostas de reforma agrária - os anos 80 foram de esgotamento do ‘modelo desenvolvimentista’ adotado. Entrava em curso uma regulação estatal que priorizou, segundo Delgado:

“a) centralização federal da política rural; b) intocabilidade tácita dos direitos de propriedade fundiária; c) relativa ausência do Estado no âmbito da previdência social e legislação trabalhista relativa ao meio rural; d) explícita preferência à defesa da renda de segmentos patronais regionalmente selecionados; e) virtual marginalização da agricultura familiar da execução concreta da política agrícola” (Delgado, 1994:7).

Como resultado, histórico e analítico, temos uma relação direta entre este empreendimento produtivista de desenvolvimento nacional e a expansão da violência e da devastação ambiental. Assim, o que foi lido como um processo de desenvolvimento econômico e social subordinado à lógica mercantil, no que diz respeito à construção das

²⁵ “elevação do grau de concentração da propriedade e posse da terra; queda em seu grau de utilização; aumento da produção de “ exportáveis”; utilização de insumos químicos e de equipamentos mecânicos em maior escala; crescimento do emprego agrícola (sobretudo do assalariado sazonal); ganhos de produtividade da terra e do trabalho; queda na disponibilidade *per capita* de alimentos” (Kageyama e Graziano da Silva, 1983:551, in: Sérgio Leite, 1995:144).

idades, da indústria e dos espaços de trabalho e produção urbanos ou rurais, como as *plantations* no Período Colonial e os latifúndios do Império até a atual República, pode ser igualmente aplicado numa interpretação sobre a apropriação privada das riquezas naturais e de sua conseqüente destruição. Com uma diferença de que dos anos 1970 e 80 em diante, com o avanço de uma onda crítica à Revolução Verde (especialmente ao padrão agrário-agrícola adotado) o agronegócio, que se consolida como novo conceito para este processo nos anos 1990, passa a incorporar a noção de sustentabilidade e preservação ambiental, como pilares de sua definição. Em plena harmonia com relação às leis de acumulação capitalistas e incorporada à lógica do *business* (Porto-Gonçalves, 2006), transforma o que é sentido como uma restrição legal em um benefício político, o que é obrigação prevista em lei (geralmente fundiária, trabalhista e ambiental) em incentivo fiscal (como isenção de impostos, sobretudo o ITR, prioridade na análise de pedidos de crédito agrícola, anistia de multas e dívidas, dentre outros ainda em implementação por alguns municípios, como o citado ICMS Ecológico ou Verde).

Reforçando a sociologia de uma história lenta tecida por Martins, a irracionalidade básica do capitalismo no Brasil estava não apenas na vinculação da propriedade privada da terra com a renda fundiária, mas nas diversas formas que essa apropriação privada da terra assume em cada contexto apropriando-se das racionalidades não capitalistas, mesclando-se a elas. E os projetos desenvolvimentistas que tinham por diretriz a bandeira da modernização, formaram o “*tripé - pata de vaca, esteira de trator, rifle de jagunço*” - dinamizador das relações de dominação no campo e cimentando a chamada “modernização conservadora”, que se atualiza em tempos de agronegócio, conforme salientou Delgado (2004)

1.1 A classe patronal e a questão agrária: continuidades e rupturas da prática política²⁶

Fazendo uma retrospectiva mais longa percebe-se que a Lei de Terras de 1850, restringiu o acesso à terra apenas mediante pagamento em capital; o Estado imperial assumiu para si uma noção liberal de direito de propriedade que é próprio à burguesia e ao modelo capitalista. Em decorrência desta adoção legal, inúmeros conflitos deflagram-se impondo ao

²⁶ Esclareço inicialmente que meu olhar sobre a questão agrária está orientado por uma leitura sobre alguns títulos da obra de José de Souza Martins, autor que foi estudado ao longo de uma disciplina de curso e cujo trabalho final resultou numa monografia sobre a propriedade privada da terra e o poder no Brasil. Outros autores de suma importância vão se juntando ao raciocínio na elaboração de um pano de fundo para os questionamentos feitos na análise do tema de pesquisa.

próprio Estado medidas de incorporação da população rural em outros conjuntos de direitos, como forma de conter convulsões sociais. O mais importante dos direitos, a própria idéia de liberdade e igualdade, como aparato legal tornou livre o trabalhador e vinculou a exploração da mão de obra ao mercado de trabalho, numa suposta troca entre iguais. Adotando-se a análise de José de Souza Martins:

“As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho; mas apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade” (Martins, 1979:18).

Ao garantir o monopólio privado da propriedade, ao menos em tentar alcançar esta meta, o Estado ampliava o controle social, político, ideológico e econômico sobre a classe trabalhadora bem como sua exploração crescente. Caracterizando-se como um Estado burguês, trouxe para seu interior a gestão do conflito e assimilou conflitos existentes criando novos espaços de luta e representação dos sujeitos políticos, que na verdade eram pautados e se tornaram questão para o Estado pela pressão e ação organizada dos movimentos populares. O que não exclui o fato de, numa dimensão histórica, mesmo reestruturando o modelo democrático após vários períodos ditatoriais, o Estado continuar assumindo a tarefa de regular, legislar e regulamentar a renda da terra, sob domínio efetivo dos grandes proprietários de terras²⁷.

Em seu livro *“Reforma agrária, o impossível diálogo”*, Martins enfatiza que, ao implementar um ou vários projetos de modernização, o Estado no sentido político (democrático) e também no econômico (liberal), incorpora demandas populares (por exemplo a reforma agrária) *“como recurso institucional para atenuar os efeitos politicamente conservadores da propriedade da terra, que se manifesta nos problemas sociais, e para acelerar a modernização da elite fundiária e das oligarquias”* (Martins, 2000:120). Seguindo este raciocínio o Estado impõe restrições à apropriação privada (regulando formas de exploração do solo, dos recursos naturais e das relações de trabalho) no sentido de valorizar

²⁷ Devo esclarecer que não se trata de uma definição neutra ou imparcial de Estado, tal como um aparelho vazio a ser preenchido; entretanto apesar da perspectiva ora marxista ora weberiana do autor ao considerar o Estado como parte no conflito, não fica claro em sua obra uma concepção definitiva de Estado. Percebe-se, ao contrário, uma mudança de perspectiva, subentendendo-se que no século XIX o Estado assume uma posição que é própria das elites econômicas e políticas, ao passo que a partir do ano 1990 ele emerge como apenas um mediador, um Estado mínimo que pouco atua politicamente.

uma certa definição de função social da propriedade e de retomar o domínio sobre o território nacional. Segundo o autor, mesmo as políticas de reforma agrária têm servido a este objetivo maior do Estado de controle territorial e não aos objetivos específicos das camadas populares e ou progressistas da sociedade.

No âmbito das relações sociais de produção e de apropriação privada do trabalho social, estabelecidas a partir das várias formas de posse e disputas pela terra, é relevante pensar o Estado ora como mediador de conflitos, ora como parte dos conflitos. Em períodos de regimes autoritários o Estado assume de fato seu caráter centralizador, além de mediador da aliança entre velhas oligarquias, Igreja e capital internacional. Já em momentos de governos democráticos o Estado como espaço legítimo de participação social e representação política aparece como eixo dos conflitos. Então, mesmo diante de atribuições democráticas do Estado e da forte presença de organizações da sociedade civil, onde supostamente há uma reformulação no modelo de ação estatal (ele fica mais liberal e menos centralizador) permanece a questão política e histórica da concentração fundiária como fonte de riqueza e poder no Brasil. (Martins, 2000:87-131).

Tratemos agora das alianças políticas possíveis e pactos sociais estabelecidos em torno do projeto que previu a articulação entre propriedade privada da terra e o grande capital moderno. Nos termos de Martins, no Brasil o fazer história agrega duas dimensões importantes da questão fundiária: a dimensão política da propriedade da terra e a atuação política dos que se envolvem na luta pela terra. A propriedade da terra aparece como centro de um sistema político persistente, marcado pelo clientelismo, por formas de dominação tradicional de base patrimonial e que tem no conservadorismo um instrumento de perpetuação do poder.

Em outro título de 1994, Martins parafraseia Henri Lefebvre, e evoca uma sociologia da história lenta como método de análise da dinâmica de transformação social tipicamente brasileira que promove uma forte assimilação entre o pensamento conservador e inovações tecnológicas e posturas econômico-liberais. “*A sociologia da história lenta permite fazer uma leitura dos fatos e acontecimentos orientada pela necessidade de distinguir no contemporâneo a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado*” (Martins, 1994:14). E no caso do conservadorismo no Brasil, este último não é imobilista, ao contrário, o autor afirma que “*o pensamento conservador é ativo e transformador quando a sociedade tradicional foi posta em confronto com os efeitos socialmente desagregadores do progresso e da modernização*” (Martins, 1994:15).

Motta, ao analisar dentro de um conjunto de artigos sobre “*os sentimentos de república*” que estão “*do outro lado da cerca*” - como se refere ao pensamento conservador - identifica esta peculiaridade nas elites agrárias brasileiras, geralmente conservadoras para as reformas sociais e fundiária, mas não incompatíveis com a nova ordem econômica e política liberais, cuja tendência foi se acentuar a medida que a agroindústria se consolidou e se rearranjou no mercado nacional e internacional. De acordo com o autor, os portadores do pensamento conservador no Brasil acabaram historicamente se mesclando a valores liberais para se manterem enquanto partes importantes da sociedade, expressos em regimes políticos híbridos que resultaram, na implementação do modo de modernização conservadora (Motta, 2006:238). Isso não quer dizer que haja um abandono de práticas conservadoras, mas de moderado aparecimento público, elas ficam na retaguarda de alguma situação de enfrentamento mais direto, como nos casos em que a reforma agrária foi tida como uma das vias para se democratizar e modernizar o país, conforme destacado anteriormente, nos anos 1964 e 1985.

Martins²⁸, de maneira mais contundente, apreende a aliança entre o capital moderno e a propriedade da terra no Brasil como uma “*aliança do atraso*”, que teve como base um pacto social entre Estado e oligarquias rurais, por exemplo, que perdurou desde os primórdios da república até a ditadura militar, nos anos 1960 e 70. Este pacto, prossegue o sociólogo, prolonga-se nos anos seguintes da Nova República, reporta-se às relações políticas e de trabalho vigentes sob o controle desta oligarquia baseadas no paternalismo, numa indistinção ente público e privado, na cultura do favor e da dívida política, e em práticas de corrupção e violência como mediadores do poder.

Ao chamar a atenção para o “poder do atraso” (Martins, 1994) o autor lembra que quem teve a capacidade de transformar-se em força social por meio de um processo de modernização, ou renovação de suas armas políticas e ideológicas, para além da questão econômica, foi o fazendeiro. E o Estado aparece mais uma vez como mediador desta renovação, já que sempre recorreu ao particular para fazer seus investimentos e prestar serviços, sempre acessou o patrimônio privado como garantia para investimentos de infraestrutura e, por meio de favores, regalias e práticas corruptas, trocava apoio político por incentivos econômicos.

²⁸ Tendo como pressuposto a reprodução capitalista de formas não capitalistas de produção, ou ainda a combinação desigual de racionalidades e tempos históricos distintos, denominado de diversidade da contemporaneidade.

“Os políticos tradicionais e oligárquicos fazem política e se revigoram politicamente tornando-se indispensáveis através de instituições modernas. É impossível implementar qualquer programa de modernização do País sem pagar-lhes tributos políticos e econômicos (...). Os políticos modernos e modernizadores, que melhor expressam a mentalidade urbana e a idéia de vínculo político racional entre o governo e os governados, não têm acesso ao poder se não fazem amplas concessões à mentalidade clientelista do eleitorado, e ao controle que têm dos votos os que tratam o eleitorado como se fosse rebanho político” (Martins, 1994:49).

A propriedade privada da terra, entendida enquanto uma relação social que exprime as identidades e os antagonismos possíveis entre grupos, foi determinante em períodos históricos e gerador de traços culturais marcantes da sociedade brasileira. Em “Capitalismo e Tradicionalismo”, obra em que analisa a difusão das formas capitalistas de produção na sociedade brasileira, nos séculos XIX e XX, Martins aborda o desenvolvimento das formas associativas e institucionais do capital no campo, que evidenciam a relação entre economia e política na formação dos grupos de interesse e suas interfaces com a propriedade privada. Em contraposição a empreendimentos agrícolas pouco ou nada geridos pela “ação racional com relação a fins” e supostamente distantes de uma noção empresarial de produção capitalista, uma considerável parte de fazendeiros e sitiantes reuniu-se em cooperativas e associações de produtores, com intuito de controlar ou ao menos intervir política e legitimadamente na esfera da comercialização dos produtos. Ampliava-se então o controle sobre as negociações, expandindo e diversificando os espaços de intervenção política e institucional da produção para a comercialização, e atuando também nas políticas de preço. O que se fazia tanto pela criação de espaços reconhecidos em institutos existentes e fortemente vinculados ou regulados pelo Estado, como o Instituto Brasileiro do Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool; quanto “(...) indireta e não oficialmente [por] ter elementos seus em postos políticos locais (prefeitos e vereadores), relacionados com a concretização de uma infra-estrutura econômica” (Martins, 1975: 18).

Temos aí, tanto no associativismo como no cooperativismo, formas de controle social que nascem nos grupos e classes sociais dominantes com vistas a intervir nas esferas da produção e circulação de produtos, incluindo-se a própria força-de-trabalho e o mercado de terras. Na visão do autor, assim como em Bruno, o Estatuto da Terra de 1964 consolidou não apenas a propriedade privada da terra, mas, institucionalizou-a como empresa rural com base em uma racionalidade capitalista; abrindo com isso margem para o fortalecimento do associativismo empresarial que nos anos 1950, 60 e 70 atuaram intensivamente no sentido de

garantir a modernização da agricultura mesmo que subordinada a lógica da industrialização e da urbanização em escala nacional.

“Reforma agrária sim, mas sem modificação na estrutura fundiária. (...) O Estatuto [da terra] por exemplo, definiu o latifúndio com base na improdutividade e na dimensão, é certo, mas desencarnou do conceito os atributos outorgados pelo movimento camponês: o latifúndio como expressão da violência e da sujeição. A lei estabeleceu a propriedade familiar como base da reforma agrária, é verdade, mas delegou à grande empresa rural a função condutora da modernização e único exemplo eficaz do uso racional da terra” (Martins, 1995:29)

Importante destacar que apesar deste êxito nos objetivos de combater a reforma agrária via fortalecimento da empresa rural e do ‘latifúndio produtivo’, emergiram no seio das classes e grupos dominantes no campo inúmeras divergências e discordâncias sobre a representação sindical e política. Já nos anos 1970, movidos por críticas a cultura política dos “dirigentes sindicais”, que em nome de benefícios pessoais se transformavam em “meros executores” de políticas para a agricultura nos moldes de um assistencialismo repaginado por ser vinculado a um Estado mais burocratizado. (Bruno, 2002:121). Neste âmbito surgem também reações e alegações quanto à ineficácia dos representantes político-partidários na condução de seus interesses junto ao poder público, somando as forças para a renovação de lideranças e criação de novos espaços e mesma cultura de representação política.

No livro “A militarização da questão agrária” (1984), Martins retoma o modo como a política fundiária foi elaborada e implementada, e demonstra a diversidade interna e as múltiplas posições dentro dos governos militares. Mas é certo que houve um esforço no sentido de, por um lado, fortalecer a empresa agropecuária em especial na região amazônica, também com intuito de assegurar o controle territorial através da aliança entre governos militares e capital privado internacional; e, por outro, de coibir sufocar os conflitos sociais mais proeminentes e que representavam perigo à estabilidade institucional do regime.

Houve de fato uma rearticulação de forças sociais a partir do momento em que, com a centralização das políticas fundiárias, reordenou-se o poder político de oligarquias regionais e regulamentou-se uma série de relações de trabalho, de exploração do sub-solo e de acesso aos subsídios públicos. Assim, a modernização administrativa abre terreno para as alianças com as oligarquias regionais, orientadas ela também pela implementação de uma política urbano-industrial e submetida aos interesses centrais do governo militar.

Assim, o Estado tem sua conduta política orientada pelo que o autor vai chamar mais tarde de “cartorial e clientelista”. Mas esta conotação não se define apenas pela ação direta

sobre a questão agrária ou fundiária, está marcada pela ampliação da infra-estrutura econômica de regiões não urbanizadas, medida que se faz pela transferência de renda de outros setores para aqueles de base agrária (1989:79-80). Base agrária cuja reprodução social e econômica não necessariamente se encontrava na produção agropecuária, mas certamente na ação especulativa sobre a terra. Como veremos a seguir, o mesmo cabe para a temática ambiental no Brasil hoje, com suas peculiaridade e questões específicas.

Finalmente, antes de adentrar na nossa construção analítica sobre o cruzamento das questões agrária e ambiental, vamos retomar rapidamente, as transformações mais recentes nas organizações patronais rurais brasileiras identificadas por Bruno, em num contexto já retomado acima dos anos de 1980 e 90, a partir da emergência de movimentos sociais e lutas democráticas. Em seu livro *Senhores da Terra, Senhores da guerra*, a autora aponta basicamente cinco aspectos característicos da conformação de um *ethos* das classes patronais e proprietárias rurais no Brasil.

Primeiro a articulação entre o arcaico e o moderno, em que novas alianças têm intuito declarado de manutenção de velhas práticas e objetivos de classe, tais como o uso de novas tecnologias e a integração ao mercado financeiro internacional por meio do *commoditie* agrícola, que convive articuladamente com a degradação da força de trabalho e o monopólio sobre o direito de propriedade, formas de opressão sobre trabalhadores. Como no campo produtivo se re-define a relação capital-trabalho, e para responder ao aumento da pressão de trabalhadores livres e sem terra sobre a concentração dos meios de produção, nas palavras da autora trata-se de “*novos sujeitos políticos e novos sistemas de dominação e de legitimidade burguesa vão sendo construídos juntamente com velhos atores e estruturas*” (Bruno, 1997:04).

Em segundo está a identidade constituída com base no chavão “*nós, produtores e empresários rurais*”. Competentes por que são a classe dominante, dominantes por que mantêm o monopólio da propriedade fundiária modernizando-a e consolidando a contraditória instituição social formadora de nossa sociedade, o latifúndio-produtivo.

Em terceiro lugar o reconhecimento das diferenças internas da classe, externalizadas na eclosão de inúmeras associações de produtores, criadores e proprietários rurais, apontando para a necessidade de demonstração de sua união em momentos de crise financeira ou ameaças políticas e ao direito de propriedade. As novas organizações também se unem frente às iniciativas legais e institucionais de regulação pelo poder público de suas atividades produtivas e de suas propriedades ou busca pela manutenção de espaço nas estruturas de poder e pela construção de novas estruturas de poder que lhes favoreçam. Por fim, este

reconhecimento das diferenças leva ainda a integração entre diferentes capitais (agrícola, industrial e comercial) e possibilita a articulação entre interesses diversos econômicos para se tornar reconhecido nos mercados nacional e internacional, especialmente em se tratando da competição intercapitalista acentuada em tempos de globalização.

Em quarto, a noção que se complementa à segunda: a capacidade de modernização e atualização dos modos de inserção nas cadeias produtivas e na acumulação capitalista ampliada, por serem detentores de condições materiais e de capital político para tal, que alimenta a retórica da habilidade da classe. Enquanto práticas estas retóricas se confirmam no lobby político, na eleição de representantes da classe no Congresso Nacional e na formação de uma geração da representação política profissional, técnica e burocrática.

Por último, o *ethos* da propriedade, enquanto valor cultural e social, que confere prestígio, status e autoridade. Como resultado do processo histórico que articulou o capitalista e a grande propriedade fundiária, a condição de proprietário de terras no Brasil e também em toda a América Latina, fundou a máxima: “*Si tienes capital eres burguês, si tienes caballo eres Caballero, si teines tierras ers rey*”. Esta centralidade da propriedade privada como meio de produção elementar e central na reprodução capitalista também repercute na conformação da representação política que, para se manter no jogo político e econômico, abre concessões de críticas sociais e regulamentações legais e institucionais. Incorporam leis trabalhistas e se esforçam em mostrar índices de produtividade para afirmarem o cumprimento da função social da propriedade, e de modo mais recente estão declaradamente na disputa pelas políticas ambientais e, em uma busca incessante para responder a questão ambiental no Brasil hoje, fonte de tensão e pressão sobre suas terras e suas práticas produtivas.

Em resumo, nas palavras da autora,

“Essa situação favoreceu amplos setores da burguesia, que se associaram de forma predatória ao capital internacional. Uma burguesia sem nenhum compromisso com a mudança, apesar de, para se legitimar, evocar e defender, continuamente, a modernidade” (Bruno, 1997:12)

Se fizermos uma adaptação destas características levantadas nos anos 80 e 90 do século passado para os tempos atuais em que a palavra de ordem é o agronegócio, podemos perceber que ainda são parâmetros da ação de classes e grupos dominantes no campo. Diante do mais preocupante problema para os ruralistas e representantes do agronegócio, a questão ambiental aparece exatamente como a ameaça frente a qual não podem tergiversar e de alguma forma incorporar o debate como discurso de uma mudança no sentido de se tornarem

empresários social e ambientalmente responsáveis. Diante deste cenário, pegamos de empréstimo a fala da professora, para lançar um questionamento sobre nossa análise atual: “*Se antes consideravam que o país não teria condição de suportar a ‘desagregação do latifúndio’, hoje temem a desestabilização e a desorganização do agribusiness*” (Bruno, 1997:XIII).

1.2 Lutas sociais no campo: a intersecção entre as questões agrária e ambiental

Altamente incentivada pela ditadura militar, a expansão da fronteira econômica, segundo Martins “*é uma história de destruição*”. Caracterizadas justamente pela existência de situações de conflito social, as fronteiras, “*mais do que momentos e modalidades de ocupação do espaço, referem-se a modos de ser e viver no espaço novo*” (Martins, 1997). O modo como foi implementado este ‘projeto de desenvolvimento nacional’ trouxe consigo marcas indelévels tanto aos grupos sociais como sobre os territórios por eles ocupados. Do ponto de vista das estruturas de poder, a concentração fundiária é um desses indicativos de fortalecimento das elites agrárias nacionais, consentida por esta modernização conservadora.

Numa tentativa de reconstruir e reconsiderar as frentes de expansão e as frentes pioneiras, para além do caráter de fronteira econômica, Martins recupera a idéia do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, que utilizou o pressuposto metodológico da totalidade, e designou essas situações de contato, *fricção inter-étnica*, como “*momento de contradição e lugar de conflito*”.

Estas leituras podem ser corroboradas por outros autores, mas nos bastam para entendermos e relacionarmos o processo de expansão das fronteiras enquanto um modo que gerou exploração do trabalho dos que viviam na floresta ou que nela foram morar em busca de outro modo de vida, assim como gerou a degradação do próprio ambiente sobre o qual avançou. Martins reclassifica, a seu modo, a história: “*Fronteiras. A degradação do outro nos confins do humano*” (Martins, 1997).

A partir da percepção de que as relações na situação de fronteira são dialeticamente estabelecidas e que delas decorrem as identidades sociais que vão posteriormente emergir em campos de disputas políticas propriamente ditas dos conflitos sociais, podemos identificar uma convergência na luta contra a expropriação (ou na resistência contra a sobreposição da racionalidade capitalista de posse da terra e de relações de produção): a emergência tanto da luta por terra quanto da luta por acesso a recursos naturais que da terra são aproveitados para

reprodução social de comunidades tradicionais. O seringueiro Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros expressa esta existência de uma luta na outra, da posse da terra e dos direitos de usá-la a partir de suas formas produtivas, culturais e sociais.

Importante percebermos que este movimento iniciado por seringueiros, e também por atingidos por barragens e grandes obras como a construção de estradas e pólos industriais e siderúrgicos na Amazônia, confere uma unidade das lutas por terra e formas de resistência a expansão e expropriação dos trabalhadores pelo capital, não apenas pela proximidade das reivindicações e bandeiras de luta desses movimentos, mas também pela reação - pode-se dizer generalizada - que tiveram alguns entrevistados ao tocar na questão ambiental e se referirem a sua “verdadeira” história sobre o caso do assassinato de Chico Mendes²⁹.

Consideramos que ao estabelecerem um inimigo comum (mesmo que inconscientemente) demonstram também que os seus interesses, na defesa do monopólio da propriedade privada da terra e no livre arbítrio sobre as mesmas e suas riquezas naturais, confrontam-se diretamente com os projetos políticos empunhados por movimentos sociais de reforma agrária e ambientalistas. Junta-se a esta afirmação, o fato de que outros adversários históricos das classes e grupos dominantes no Brasil, como os indígenas e o movimento indigenista e mais recentemente os quilombolas e suas organizações sociais, vem se fortalecendo seja na arena política da reforma agrária seja na defesa do meio ambiente, integrando um pólo de forças progressistas, digamos assim, frente ao agronegócio enquanto modo de produção e de dominação.

Entremeado a esta contradição básica, estabelecida na luta cotidiana pela apropriação do território e da natureza, é preciso ressaltar a presença do Estado como um dos agentes deste processo, como vimos até aqui, conflituoso. Um dos princípios de ocupação do território das fronteiras, a expansão e consolidação da empresa capitalista no campo, foi gestada por um Governo Militar numa fina articulação entre interesses das elites rurais nacionais, dos militares no poder e o capital internacional. Esta articulação se sobrepôs em grande medida às outras formas de ocupação distintas e “julgadas” por seus implementadores como “impróprias para o ‘desenvolvimento nacional’”.

Tanto este caráter autoritário das políticas públicas como seu aspecto predatório sobre a natureza, foram ressaltados no artigo elaborado por Garcia e Palmeira sobre as

²⁹ Na verdade, a fala dos representantes que identificam Chico Mendes e sua luta à questão agrária ambiental demonstra que ambas reúnem argumentos semelhantes na crítica ao latifúndio e ao agronegócio e isto às identifica como uma luta mais ameaçadora à concentração e monopólio fundiários e seus modos de dominação e poder.

transformações sociais na sociedade brasileira a partir da questão agrária. Neste sentido, referindo-se à Amazônia, Garcia e Palmeira concluem:

“Isto é revelador do caráter sistematicamente anti-popular das políticas públicas durante os regimes militares; as terras públicas foram utilizadas, sobremaneira, para favorecer a acumulação de grandes grupos empresariais, assim como para reconversão de grandes proprietários de regiões de antiga colonização. O desmatamento em larga escala da Amazônia é ainda outro feito do destino dado pelas autoridades militares ao patrimônio público em áreas de floresta primária.” (Garcia e Palmeira, 2002:68)

Análise esta que se aplica, por exemplo, ao caso citado no Vale do São João (RJ)³⁰, ou às regiões Amazônica e Pantaneira, ou ainda no Planalto Central e no Cerrado brasileiros, numa história que parece se repetir em várias partes do país: a expansão da empresa rural e de formas degradantes de apropriação do trabalho social e da natureza. Mesmo considerando o movimento generalizado de declínio das lavouras comerciais no sudeste brasileiro (nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, responsáveis em grande medida pelas produções cafeeiras, alcooleiras e açucareiras do país, ainda na primeira metade dos século XX), as áreas de mata e florestas tropicais eram tidas como garantia de investimentos e da reprodução ampliada dos capitais investidos nas lavouras. Apropriando-se da leitura de Monbeig e Rangel sobre os fundamentos de crescimento e valorização econômica das lavouras comerciais no Brasil, analisam os elementos que contribuíram de uma só vez para a consolidação da agricultura comercial no Brasil e para ocupação utilitária de áreas remanescentes de mata e floresta.

“Os fundamentos da tendência constante à sobreoferta das lavouras comerciais [davam-se sobre]: as áreas de mata atlântica ou regiões inexploradas pelos colonizadores [que] serviram, até meados do século XX, de fronteiras agrícolas a ser exploradas através da implantação de novas *plantations* (P. Monbeig, 1952; I. Rangel, 1962); a fertilidade superior dos novos terrenos cultivados permitia um sobretudo a todo fazendeiro que se deslocasse para as áreas novas, principalmente porque os novos meios de transporte, como ferrovias desde o final do século XIX e as rodovias desde o final Segunda Grande Guerra, barateavam o custo da comercialização” (Garcia e Palmeira, *ibid*:59)

Assim, os anos da ‘revolução’ dão mostra de uma “benevolência” do Estado para com a classe dos grandes proprietários rurais, trazendo crédito fácil, avanço tecnológico, garantia

³⁰ Para análises sobre o processo histórico das disputas econômicas e lutas sociais decorrentes no Vale do Rio São João, ver Bisztock, 1998; UFF, 2007 e Brito, 2007.

de propriedade e, o mais interessante, uma roupagem guardiões da confiança do poder público e do patrimônio nacional. Criava-se assim, um grupo de zeladores do patrimônio natural que, fortificando-se enquanto homens de bem e homens da lei com auxílio do dinheiro, das armas e outras formas de violência, acabaram privatizando-o com total anuência do Estado. Isso somado a legitimação de sua lida utilitarista pelo padrão produtivista e pretensamente controlador da natureza, assim como sobre as demais forças produtivas, a força-de-trabalho, as máquinas e o capital.

Longe de se tratar de um processo unilateral, como ressaltamos anteriormente, a expansão das fronteiras trouxe muitos elementos enriquecedores para se compreender os processos de resistência e revoltas levantados por camponeses, seringueiros, populações indígenas, ribeirinhas e muitas outras. Afinal, não foram apenas grandes empresários e latifundiários os protagonistas da ocupação deste “novo” Brasil. Estavam nas linhas de frente, além do exército e dos jagunços a serviço do Estado e da propriedade fundiária, contingentes populacionais, outrora expropriados e então abandonados em programas controversos de colonização³¹.

Os conflitos oriundos das diversas formas de contato estabelecidas, gerados pela presença de populações e resultando na expulsão de outras, obrigou os grupos sociais subalternos a uma re-organização e a um “*novo relacionamento com a natureza, freqüentemente envolvendo perda cultural, realidades novas que impõem redefinição de costumes e tradições*” (Garcia e Palmeira, *ibid*: 64). Podemos, por tanto, concluir com o auxílio de Martins que esta é também “*uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança*” (Martins, 1997).

Como foi visto, houve no Brasil um Plano Nacional de Desenvolvimento, que afirmava que “*O Brasil defende seu patrimônio de recursos naturais sistemática e pragmaticamente. A sua conservação faz parte do desenvolvimento*” (Barreto Fº, 2001). Assim, para cada pólo agropecuário e mineral na Amazônia e nas demais regiões do país,

³¹ Importante lembrar que inúmeras são as críticas voltadas para as políticas públicas de ocupação territorial e especialmente os de colonização e reforma agrária. Destacamos que aquelas específicas sobre os projetos de assentamentos humanos e vilas agrícolas recebem crítica tanto de grupos dominantes como de classes trabalhadoras por não garantirem as condições básicas de infra-estrutura e nem as necessidades relativas a agricultura como crédito, insumos e assistência técnica para viabilizar a produção agrícola e reprodução social e econômica dessas populações. Mas isto não quer dizer que as críticas dos grupos dominantes, muitas vezes apropriadas das camadas populares, não tirem de foco a realização de seus interesses estritamente econômicos pela legitimação e manutenção do monopólio da grande propriedade fundiária no Brasil. Pelo contrário, se do ponto de vista da crítica, as posições parecem aproximar-se, do ponto de vista da proposição e formulação de alternativas práticas para o enfrentamento dos conflitos, as posições delineiam-se claramente como diferentes e até opostas.

deveria se considerar a designação de terras para Reservas Biológicas e Florestais, Parques Nacionais e Reservas Indígenas.

Ainda seguindo este raciocínio, a reflexão de Warren Dean (particularmente focada no estado do Rio de Janeiro), nos ajuda a compreender que do ponto de vista das iniciativas de preservação, houve também nas políticas públicas específicas uma predominância de visões urbano-industrial e a criação de áreas preservadas seguem uma lógica em que o homem não faz parte da natureza e de que ela aí está para ser contemplada ou utilizada como área de lazer, o que libera estoques de terra férteis. Assim, o que poderia ser considerado como uma preocupação voltada para a conservação da natureza e das florestas brasileiras no início do século passado, enquanto política de Estado, o Serviço Florestal Federal (criado em 1925), nas suas décadas iniciais serviu mais de fornecedor de mudas para a ornamentação das ruas e cidades, já sofrendo com a falta de recursos para a implementação de serviços e de áreas públicas a proteger - as quais haviam retornado ao Estado -, anos mais tarde “conseguiu administrar as florestas que protegiam o suprimento de água da cidade do Rio de Janeiro” (Dean, 1996:272).

Deste modo, entre os anos 1974 e 1984 expandiu-se a criação de Unidades de Conservação no país, como vimos vinculada a uma ideologia desenvolvimentista, originando por sua vez processos de expulsão e deslocamento compulsório de populações tradicionais, comunidades indígenas, seringueiros, camponeses, posseiros, trabalhadores rurais de toda sorte. Por outro lado, emergiu como significativo que nas esparsas medidas tomadas para implantação ou de criação projetos de colonização e reforma agrária (ou mesmo no caso das UCs) o Estado tenha indenizado grandes proprietários rurais e fazendeiros.

Assim, os rastros de destruição evocados por Dean desde os primórdios de nossa colonização, perpetuam-se nos regimes militares e posteriormente na Nova Republica, por estarem guiados pela lógica da acumulação capitalista. As décadas de 70 e 80 do século XX, o “milagre econômico”, por exemplo, seguida pela re-abertura democrática, experimentaram segundo Binsztok (para o caso do Vale do São João e para os demais empreendimentos capitalistas similares), o cercamento autoritário de muitas terras para a agricultura familiar e trabalhadores do campo.

“A ‘aliança’ do grande capital com os burocratas de estado e oligarquias locais dirigiu o ‘fechamento’ do Vale, excluindo forças produtivas do agrofluminense, atestando a presença do monopólio comercial e industrial e da variante autoritária, que preside o desenvolvimento capitalista no espaço agrário brasileiro. (...) Tendo em vista o não desenvolvimento de técnicas adequadas no manejo do solo (...),

vários lotes foram abandonados (...) com substanciais perdas na colheita e irreparáveis danos ao meio ambiente” (Binsztok, 1998: 239-240)

Notamos que as contradições do próprio ‘modelo de desenvolvimento’ residem em considerar que o meio ambiente enquanto recurso natural gratuito e disponível - sobre a qual se pode produzir lucro, através da sua exploração e do trabalho de outrem - imprimiram nele suas marcas caracterizando-a como mercadoria; ao passo que populações tradicionais, povos indígenas, quilombolas, seringueiros e os demais grupos sociais, de moradores, e movimentos sociais populares mobilizados pela defesa da floresta e dos seus modos de vida nela, deixam também suas marcas, constituem um território próprio com base numa relação que seria de subsistência – ou que, ao menos, não apresentam as mesmas características de uso intensivo das fontes de energia e das riquezas da natureza, extinguindo-os aleatoriamente, para alcançar o objetivo imediato do lucro.

Warren Dean resumiu, desolado, este processo:

“A primeira metade do século XX testemunhara o cerco final à Mata Atlântica. A expropriação privada do território estava concluída. Povos tribais e sertanejos que haviam vivido, senão exatamente como protetores da floresta, pelo menos em equilíbrio com ela, estavam reduzidos a trabalhar para aqueles cuja intenção era eliminá-la. A civilização urbana-industrial havia triunfado – seus tentáculos se espalharam por toda parte, sua ânsia por combustível, madeira e outros recursos florestais se estendia por toda a Mata Atlântica. A floresta, ainda que reduzida a faixas cada vez menores, aumentava de valor à medida que essas demandas se tornavam mais insistentes. Os críticos efetivos ao desperdício e dos desmandos reduziram-se em grande parte à elite tecnocrática e científica. Quase todos eram servidores do Estado, um Estado que não demonstrava mais que um leve interesse em seus conselhos em favor da exploração racional das florestas. Ao contrário, o Estado, ainda submetido aos mesmos interesses que haviam usurpado as terras da floresta, deixava os cientistas amargurados e o público prejudicado” (Dean, 1997:278-9).

Pode-se, então, dizer que a configuração da estrutura agrária sempre exerceu forte pressão sobre as terras e o trabalhador. Sendo assim, as possíveis alternativas para as crises emergentes das contradições capitalistas, como se propõem o ‘desenvolvimento sustentável’ ou o ‘agronegócio’ imbuído do primeiro, representam uma reformulação de projetos econômicos que não optam necessariamente por atividades produtivas, aderindo a procedimentos patrimonialistas e vinculados a mecanismos de apropriação da renda da terra tais como: a utilização de incentivos fiscais, o acesso ao crédito rural e a dedução de

impostos, e a transformação de prejuízos em lucro encobrendo grandes operações de sonegação fiscal (Binsztok, 1998).

Segundo John Foster, Marx já apontava para uma natureza comum da exploração agrícola em larga escala e da produção industrial sob a égide do capitalismo, na sua opinião “*ambos contribuem para a arruinar o trabalhador agrícola e levar a exaustão a fertilidade do solo*” (Foster, 1999:168). Nas palavras de Marx,

“A moral da história é que o sistema capitalista trabalha contra a agricultura racional, ou que a agricultura racional é incompatível com o sistema capitalista (embora este último nela promova melhoramentos técnicos) e precisa da mão do pequeno fazendeiro que vive de seu próprio trabalho ou do controle de produtores associados” (Marx, O Capital, Vol III: 821-3)³².

1.3 Disputas políticas e conflitos sociais em tempos de globalização

A problemática das transformações sociais no campo, assim como das ações coletivas no meio rural, vem sendo abordadas pela academia brasileira sob vários aspectos. Neste cenário, nos interessam as abordagens voltadas aos estudos dos movimentos sociais no campo e a constituição dos sujeitos políticos, dos processos de disputa entre diferentes bandeiras de luta, direitos e poder (Bruno, 1997; Palmeira e Leite, 1998; Medeiros, 2002; Grynszpan, 1998). O nosso problema é entender como um movimento social rural patronal, que carrega suas bandeiras de luta e reivindicações históricas (como o direito absoluto de propriedade, pedidos de créditos e de perdões de dívidas, entre outros), as mantém e ao mesmo tempo re-significam, ora por um discurso competente, “técnica” e “cientificamente” falando, ora pelo embate ideológico direto com seus adversários políticos e de classe; ora atua corporativamente pela necessidade de sobrevivência na competição inter-capitalista (ainda mais acentuada no agronegócio mundial³³) e, para isso, mantém os lobistas profissionais, funcionários - altos executivos de mercado, como se auto-denominam - das entidades de

³² Cf. apud Foster, 1999:168.

³³ Pode-se perceber na pesquisa coordenada por Bruno, realizada em 2007, que no debate sobre o agronegócio e a sua representatividade política, a polêmica girava em torno de discordâncias, às vezes era bons para uns e não para outros. Geralmente, os proprietários rurais, agropecuaristas estabeleciam uma diferenciação em relação aos setores a montante e a jusante da produção “*de dentro da porteira*” como se caracterizavam, sempre em relação mais frágil perante ambos por dependerem mais de fatores naturais de clima e solo e por estarem mais sujeitos as oscilações dos preços das *commodities* agrícolas, e desprotegidos contra os subsídios que produtores de outros países recebem de seus governos. Para maiores detalhes, ver Relatório Final de Pesquisa, capítulo 3 “Agronegócio categoria em disputa”. (Bruno, Carneiro e Sevá, 2008).

representação de classe, como a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG), dentre outras.

Se nos anos 1980 era patente um re-arranjo nas organizações e retóricas patronais (conforme apontado no item 1.1) e as instituições citadas acima já demonstravam uma abertura para a incorporação dos temas como ecologia em suas discussões institucionais, podemos perceber, hoje, que esta questão ganhou terreno não apenas no campo das atividades produtivas, mas também no campo da representação política.

Em sua análise sobre o *agribusiness* e a reforma agrária, Regina Bruno indica o aparecimento destas teses.

“Na visão da ABAG, o *agribusiness* encontra-se plenamente legitimado para aperfeiçoar suas potencialidades em benefício da sociedade e contribuir na solução dos grandes desafios estruturais do país, como, por exemplo: o desenvolvimento sustentado; uma maior integração à economia internacional; melhoria na distribuição de renda e eliminação dos bolsões de miséria; e a preservação do meio ambiente” (Bruno, 1997:30)

Assim como no princípio dos anos 1980, no período de redemocratização, a temática da participação social estava na pauta das elites políticas nacionais, indicando uma necessidade de reconhecer a legitimidade das demandas expressas por movimentos sociais (inclui-se aí o I PNRA), podemos apontar a temática ambiental como uma das novas portas de entrada e participação de setores populares já na virada para os anos 1990, tendo como indicativo não apenas a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, mas das atividades e fóruns paralelos. Marcadamente nos anos 1990, como aponta Maria da Glória Gohn em seu estudo sobre a teoria dos movimentos sociais (2006), houve um recrudescimento das lutas sociais no campo, resultado não apenas da intensificação das ações encampadas pelos principais atores políticos, na figura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de suas ocupações de terras devolutas, griladas e ou improdutivas, mas decorrente destas re-ações políticas mais representativas como a re-fundação de uma das maiores organizações civis de proprietários rurais, a União Democrática Ruralista (UDR), desativada desde os anos 1992.

O que veremos nesta dissertação é como este tema, que mobilizou grupos sociais para ações coletivas e politicamente organizadas, foi recebido pelos demais grupos e classes sociais em presença, em particular as elites do agronegócio brasileiro.

Neste contexto, a última década do século XX pautou-se pelo deslocamento do terreno das lutas e das tensões sociais no campo que passaram a ser tomadas como questão não apenas de repressão, mas também de ocupação de posições privilegiadas na formulação e elaboração de políticas públicas, nas orientações do Banco Mundial e na “opinião pública” nacional e internacional. Os conflitos sociais passam a ser então incorporados e tratados dentro da esfera pública, dentro do Estado, e isto impõe aos diversos atores em presença uma adequação a estes novos moldes de participação social, inclusive dos grupos e classes sociais dominantes. Como aponta Bruno,

“a UDR mostrou que tem força para fazer prevalecer seus interesses frente às novas condições de desenvolvimento. E o faz tanto resgatando e recriando seus instrumentos tradicionais de dominação, como, por exemplo, a reconstrução de redes de lealdades, como se apossando do novo. A simbiose entre as práticas modernas e tradicionais é, na realidade, a estratégia política da dominação”. (Bruno, 1997: 63).

Assim, um dos traços que norteia a atual proposta (no sentido de compreender a constituição dos sujeitos políticos e de suas organizações classistas em função de seus projetos e interesses constitutivos e/ou estruturantes, mas também em função de conjunturas específicas), é o modo como se estabelecem as relações políticas visando o fortalecimento da propriedade privada e a manutenção do *status quo* através da incorporação por parte dos grandes proprietários da região, de práticas e discursos de tipo ambientalista.

Estamos num momento decisivo de consolidação de um debate que gira em torno da constância do crescimento econômico diante do imperativo do esgotamento dos recursos naturais, em sua maioria fontes primárias da produção industrial. Seja no campo seja na cidade, trava-se o embate entre diversos setores da sociedade sobre os modelos de apropriação e exploração da natureza e das formas de dominação entre os homens. De fato, trata-se do processo de transformação capitalista do campo, da formação da sociedade brasileira e do Estado brasileiro, muito recapitulados, descritos e analisados por autores como José de Souza Martins, Moacir Palmeira, entre os mais significativos.

O que se poderia apontar como o diferencial deste momento atual, a partir da idéia de renda da natureza proposta por Moreira, seria uma nova roupagem da competição intercapitalista pela apropriação do conhecimento sobre a natureza, e do “*capitalista*” agrário como uma fração de classe dominante do capitalismo. Ao re-significar a figura do proprietário fundiário identifica nos processos de apropriação de saberes científicos e tecnológicos o eixo das inovações desses elementos-chave da dinâmica social, econômica e cultural da contemporaneidade (Moreira, 1995). O autor recupera a idéia de que esse processo está

permeado pela presença de elementos renovadores, ou modernizantes, instituindo uma “dominação cultural não fixa, capaz de mudar permanecendo”. Assim, como este proprietário é beneficiário de inúmeros investimentos públicos e privados que são realizados fora de sua propriedade, por que a valorizam, a propriedade continua a ser o instrumento de apropriação privada do trabalho social e da natureza. A noção de que são a fertilidade e a localização que estão determinando a renda da terra a cada tempo histórico e sociedade distintos, demonstra que ao apropriar-se privadamente dela o proprietário está tendo “*ganhos gratuitos sobre o conjunto da sociedade*”, mas ao mesmo tempo se apropria destes ganhos para o seu posicionamento perante os demais ramos da economia, como de transporte e infraestrutura na competição intercapitalista, determinando o espaço e o alcance de seu exercício de poder. Hoje, com a ênfase na riqueza natural e na preservação da biodiversidade, estas aparecem como um deslocamento no valor de uso da própria terra (privada ou não) em que, além dos elementos retidos acima, são (re)definidores da valorização da terra e da renda da terra como da posição e do poder políticos que exercem os dirigentes do processo produtivo.

“No contexto contemporâneo, a questão ecológica vai imprimindo novos significados à questão da propriedade da terra, redimensionando-a como valorização e apropriação da natureza. (...) A questão das florestas tropicais e a agricultura na Amazônia ganham um novo sentido na competição intercapitalista. A sustentabilidade, associada a estas discussões, parece apontar para a questão de uma nova adequação tecnológica e, não, para um questionamento da ordem social no interior desses países” (Moreira, 1995:110)

Moreira coloca então a dialética deste processo social como eixo da reflexão sobre a relação entre o campesinato e a ecologia, tornando visível a necessidade de se reinterpretar o significado do monopólio de classe sobre a biodiversidade e não apenas sobre da terra, cujas características nacionais da apropriação privada são marcadas pelo patrimonialismo, em um capitalismo que foi “obrigado” a incorporar em seus cálculos uma série de novos “constrangimentos ambientais” ou ainda uma “modernização ecológica”. O autor lembra que mesmo aquela “*nebulosa ambiental*” que permite o reconhecimento de uma questão ambiental e de preocupações ecológicas em quase todas as partes e mentes da sociedade por que reúnem interesses sociais e discursos os mais diversos que tensionam o conceito de natureza da modernidade,

“(..) não questionam a propriedade privada capitalista, resultando apenas em gerenciamentos de seus usos, agora ampliados para além da produção de

alimentos. O que temos em processo é a incorporação dos constrangimentos ambientalistas à acumulação capitalista (...)" (Moreira, 2004:198).

Pelo contrário, mesmo diante do horizonte posto pela ciência da ecologia e dos ecossistemas, pela biotecnologia e pelos movimentos ambientalistas ao mesmo tempo em que “tendem a levar a uma revalorização da natureza e dos direitos de propriedade a ela associada” pode também “colocar novos limites ao uso privado da natureza”, mas estes limites (considerados pelo autor como uma valorização de técnicas e saberes sobre a natureza e a agricultura a partir da experiência produtiva camponesa ou familiar), só serão incorporados na atitude do grande proprietário se significarem de alguma forma um ganho na esfera da acumulação capitalista. As observações de Acsehrad complementam a visão sobre o processo.

“A incorporação de preocupações ecológicas pela valorização das capacidades adaptativas da técnica e da eficiência industrial, constitutiva das estratégias da chamada ‘modernização ecológica’, pode ser vista também como um modo de reação discursiva que preserva a distribuição de poder sobre recursos ambientais em disputa” (Acsehrad, 2004:21)

Acompanhando este raciocínio, temos a tensão que se estabeleceu sobre as políticas ambientais propriamente ditas, atribuindo-lhes o papel de “barreiras ao desenvolvimento” na medida em que estas regulam e por vezes limitam as ações empresariais e industriais de vários setores, a começar pelos setores da agroindústria e do agronegócio tidos como “responsáveis pelo desenvolvimento nacional” (Zhourri, 2005).

No nosso entendimento este processo está vinculado a uma dinâmica da globalização neoliberal que incorpora “negando” as demandas de movimentos sociais postas em suas lutas. Assim, o que se poderia chamar de uma globalização da consciência ambiental no meio empresarial e nos agentes do próprio Estado, não passa de um efeito mitigador das tensões sociais e disputas políticas travadas na sociedade. Porto-Gonçalves aponta a relação entre as lutas sociais e a problemática ambiental como o terreno do qual emergem as características atuais da globalização.

“A globalização neoliberal se inscreve como parte dessas lutas sociais. Na verdade, procura assimilar, negando, grande parte das demandas postas pelos diferentes movimentos sociais e suas lutas naqueles anos. Assim, independentemente do que se entenda por globalização, todo esse processo de transformações porque vem passando o mundo desde os anos de 1970 parece

ganhar mais clareza quando se vê à luz dos conflitos sociais que se desencadearam entre 1956 e 1968-69” (Porto-Gonçalves, 2006:18-9)

Compartilhamos desta perspectiva para delinear em nossa análise sobre as lutas sociais este cruzamento entre questões agrárias e ambientais. Conseqüentemente, ao olharmos para o agronegócio como uma das formas importantes da globalização, vemos que suas expressões políticas e institucionais estão sendo pautadas pelos conflitos fundiários e ambientais e suas práticas sociais orientadas pelo imperativo econômico de adequar-se à cartilha do ‘desenvolvimento sustentável’³⁴. E, por conseguinte, este integra um conjunto de intervenções empresariais que têm em conta os principais elementos da conjuntura atual: o enquadramento normativo e de regulação institucional, e as conquistas sociais relativas à função social da propriedade, a regulamentação do trabalho agroindustrial no campo e a democratização das políticas públicas.

Se esta já foi na sua origem uma crítica ao modelo agroindustrial de territorialização do capital no meio rural brasileiro, emanada de movimentos sociais populares ou mesmo anti-capitalistas (Silva, 2001), hoje aparece junto aos nossos entrevistados como o que Loureiro identificou de ambientalismo empresarial³⁵, em que “*empresários vinculam sua produção a certos critérios da sustentabilidade ambiental, destacadamente ao conceito de qualidade total e às normas ISO*”. (Loureiro, 2006:18).

Neste contexto, a questão ambiental no discurso de diversos grupos aparece como campo de possibilidades alternativas ao modelo atual de desenvolvimento. Se, em alguns espaços midiáticos e institucionais pode-se supor a produção de um consenso sobre os caminhos de um desenvolvimento que se preocupe com a preservação da natureza, é na ação social e política de organizações de classe e outras formas de associativismo civil, assim como nos conflitos e tensões sociais que estas ações engendram que podemos pensar num campo de disputa em torno deste termo.

³⁴ Segundo Godelier, o desenvolvimento sustentável pode ser explicado como um modo de adequação a um consenso entre os ambientalistas e ecologistas que propunham mudanças radicais na agenda produtiva capitalista e os representantes dos sistemas hegemônicos de produção e desenvolvimento do capitalismo. É, na verdade “um novo recurso retórico, largamente aceito, está a disposição de todo tipo de atores seja nos jogos existentes em que eles já interagem, seja na nova cena que a temática do desenvolvimento sustentável faz surgir” (Godard, 1997:127).

³⁵ Loureiro aponta mesmo a emergência de alguns tipos de ambientalismo norteadores inclusive desta re-inserção de diversos agentes sociais na arena política pautada pela questão ambiental. São eles: *Ambientalismo stricto sensu*; *Ambientalismo governamental*; *Socioambientalismo*; *Ambientalismo científico*; *Ambientalismo empresarial*; *Ambientalismo político-profissional*; *Ambientalismo religioso* e *Ambientalismo de educadores* (Loureiro, 2006: 19). Mais a frente abordaremos algumas destas classificações que são de nosso interesse, especialmente o ambientalismo empresarial.

Capítulo II - A propriedade privada no Brasil contemporâneo: História, Memória e Poder na construção de identidades sociais no campo

Como sabemos, no Brasil, a propriedade da terra se consolidou e vem se mantendo enquanto instrumento de riqueza, que outorga poder político e status privilegiado aos seus detentores e fundamenta a dominação e a exploração do trabalho, entenda-se sobre o outro. Inúmeros foram os autores de desenrolaram este novelo das relações intrínsecas estabelecidas ao longo da história nacional em que o domínio privado da terra está na raiz da dominação política e econômica entre homens e grupos sociais. Fiquemos nesta seção inicial com as leituras de Martins e Bruno para então elencarmos quais os eixos norteadores de nossa reflexão sobre as particularidades do nosso momento histórico, em que a propriedade da terra, sua função social e sua concentração em mãos de tão poucos vêm sendo altamente questionados tanto do ponto de vista político, por movimentos sociais de luta por terra (a exemplo de MST, CONTAG e outros), quanto dos modelos produtivos eleitos como a “salvação da lavoura”, e que tem na monocultura em larga escala para exportação, nos transgênicos e no trabalho degradante suas figurações mais emblemáticas. Desde os escritos iniciais de Martins, quando aborda a história da formação da sociedade brasileira sob os moldes de um projeto de Nação e quando remonta à Lei de Terras de 1850 e à Abolição da Escravidão em 1888, nota-se uma preocupação central na compreensão das peculiaridades e contradições do processo de desenvolvimento caracterizado como desigual da sociedade brasileira, uma sociedade eminentemente agrária e em vias de urbanização. Em “A Imigração e a Crise no Brasil Agrário” Martins identifica o Brasil como uma sociedade diversificada socialmente em que “(...) mesmo as sobrevivências, como as dos antigos sitiantes e posseiros caipiras, são re-equacionadas historicamente, determinando-se através de uma nova mediação: a da propriedade capitalista da terra ” (Martins, 1973:16).

A idéia de desenvolvimento desigual, vinculada à de capitalismo periférico e pautada nas noções de expropriação do excedente, economia do excedente, exclusão integrativa e tradicionalização, foi desenvolvida no conjunto de artigos publicados em 1975, sob o título de “Capitalismo e Tradicionalismo. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil”. Isso para explicar como a modernização da agricultura, um dos primeiros passos nos

anos 1970 ao desenvolvimento nacional e à sua própria verticalização, teve como alicerce, dentre outros, o “agrarismo rústico e o caipira”. “É, pois, o estabelecimento tradicional que se constitui num dos pontos de apoio da efetivação do mundo capitalista e urbano no país” (Martins, 1975: 13).

É no processo de instituição da propriedade privada que a dialética das relações capitalistas de produção na sua feição brasileira é vista por Martins em análise sobre o movimento pendular de transferência de recursos e poder entre os setores agrícola e industrial: ação através da qual o Estado garantia um equilíbrio das forças políticas, equilíbrio que se distribui mais especificamente entre elites agrárias e urbanas. É fundamentalmente na institucionalização da propriedade privada da terra que o autor radica o código para entender o desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil, a partir de seus referenciais teóricos como Trotski, Marx e, principalmente, Henri Lefebvre.

“As grandes inquietações no campo, os conflitos cada vez mais numerosos são determinados pelo processo de expropriação da terra. A exploração do trabalho é um problema que aparece num segundo pano, embutida na propriedade e por ela escamoteada” (Martins, 1980: 12).

Neste sentido, analisa o autor, o desenvolvimento do capitalismo no campo veio onerar e subordinar o trabalhador rural e o migrante ao capital, seja na forma do assalariamento, seja na forma do arrendamento. Assim, mesmo diante da ação estatal pela ampliação dos direitos trabalhistas e a regulamentação do direito de propriedade - ambas partes internas do arsenal jurídico e administrativo do Estado burguês - a consolidação desse novo mercado acelerou o processo de empobrecimento de posseiros, colonos e demais categorias de trabalhadores do campo, sobretudo, pela institucionalização da propriedade privada da terra como mediadora das relações de trabalho. Terra para negócio e não para trabalho, diria José de Souza Martins, “fonte de pobreza e não de riqueza” (Martins, 1973). Ou melhor, justamente por representar fonte de riquezas para uns, é que representa pobreza para outros.

Reafirma-se a partir de então o conflito entre as distintas noções e práticas de acesso à terra, já que a nova lei trazia consigo fortes restrições às formas existentes (posseção, terras comuns, territórios indígenas, morgadio, etc.) e submetia o acesso à terra ao pagamento seja da própria terra e benfeitorias, seja do seu uso produtivo caracterizando-a portanto, como mercadoria.

“Na verdade, o que caracteriza a penetração do capitalismo no campo não é a instauração de relações sociais de produção típicas formuladas em termos de compra e venda de força de trabalho por dinheiro. O que a caracteriza é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade” (Martins, 1975:49-50).

A luta entre essas distintas formas de apropriação da terra trouxe à tona as diferentes racionalidades, culturas e, conseqüentemente, noções de propriedade que mais cedo ou mais tarde se deparariam com uma sistemática própria ao capitalismo: normatização e burocratização das relações sociais, deveres e direitos do proprietário e do não proprietário, mediadores políticos, dentre outros. A expansão das formas capitalistas, no entanto, como ressaltou ao longo de quase toda sua obra, foi (e ainda é) extremamente capaz de adequar e reapropriar formas não capitalistas de produção³⁶, assim como a propriedade privada teve um valor conceitual, ao trazer a noção de um processo social (o desenvolvimento capitalista) cujo resultado mais evidente é a expropriação dos produtores de suas terras, mediante outro processo que, dialeticamente, legitima a forma capitalista de apropriação da terra e do trabalho (Martins, 1975, 1979 e 1980).

Em Bruno, destaca-se que justamente as concepções que estão por trás do direito de propriedade - próprios à sociedade capitalista e à declaração dos direitos universais do homem, desde a Revolução Francesa de 1789 - são as que permitem uma indefinição ou ao menos uma grande dificuldade e uma intensa disputa nas discussões sobre a função social da terra e seu caráter difuso, portanto, não estritamente mercadológico. Assim, ao reivindicar que as questões relativas à propriedade da terra permaneçam no campo constitucional dos direitos individuais, e não no Estatuto da Terra de 1964, os grandes proprietários rurais e agroindustriais garantem o adiamento de uma outra questão. Esta, amplamente entendida, a não transferência de renda para outros grupos sociais por meio da distribuição da terra.

“No Brasil, floresceu uma determinada concepção de propriedade imaginada como direito absoluto, realimentador e realimentado pela própria estrutura da propriedade, da economia e da sociedade. Direito absolutos, sem peias, sem limites, sem amarras, no sentido de conceder o direito à terra como algo situado acima das regras socialmente instituídas” (Bruno, 2006:437).

³⁶ Vale ressaltar que estou utilizando o termo “relações/formas não capitalistas de produção” tal como o autor sugere. Reconheço, entretanto, que um enorme debate acerca da utilização destas noções foi travado entre uma série inumerável de autores, ao longo de duas ou três gerações da produção intelectual sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Entendo aqui por relações não capitalistas aquelas não regulamentadas e enquadradas na legislação trabalhista ou que não tem como fim principal a obtenção do lucro, mas a reprodução de um modo de vida específico. O meu interesse neste termo não está na sua definição e classificação, mas sim no entendimento de como podem coexistir diferentes formas de reprodução social num mesmo modelo de desenvolvimento do capital, sempre no caso brasileiro.

Vejamos a seguir como a propriedade privada da terra no Brasil, é concebida enquanto uma instituição social por ser reguladora de relações sociais próprias e nas quais se forjam identidades sociais e políticas históricas, com ênfase especial aqui atribuída à representação patronal rural: o desbravamento das terras e o pioneirismo, por um lado, e, por outro, o proprietário - sujeito social e politicamente reconhecido e respeitado por suas posses - que se recompõe na figura de empresário, atualizando, assim, o monopólio da propriedade e a concentração fundiária, agora sob duplo registro da produtividade e da proteção ambiental. Trataremos neste capítulo dados colhidos em campo que ilustram e sistematizam o processo de elaboração permanente dessas identidades e mecanismos de legitimação política e social da classe patronal.

2.1 – A propriedade privada no Brasil contemporâneo e a construção de identidades sociais no campo

A propriedade da terra aparece inúmeras vezes, nas entrevistas, com diversos usos e significações mantendo, entretanto, a característica comum de serem questões levantadas pela maioria dos entrevistados e não por nós. Em algumas mais, em outras menos presentes, questões relacionadas à conjuntura e ao debate político sobre a política fundiária no Brasil do Governo Lula (2003-2008), a atuação dos movimentos sociais de luta pela terra, incluindo populações indígenas e quilombolas, suas relações com ONGs, eram carregadas de tensão e agressividade, misturados com a lamentação de uma classe abandonada pelo Estado.

Em alguns casos, é a propriedade da terra o ponto de partida e sua defesa incondicional, o elemento fundante dos movimentos patronais (como no caso da APR/MT e do MNP); em outros, sua modernização tecnológica e científica e sua vinculação às exigências sociais e mercadológicas da preservação ambiental, é a via de inserção do setor em um empresariado “social e ambientalmente responsável”. É o caso das entidades sindicais, ainda de forma incipiente, e das associações por produto e multiproduto, da OCB, da ABAG e da ÚNICA, que incorporam tal discurso de maneira mais explícita, inclusive através criação de instituições próprias para tratar, exclusivamente, do tema.

Na fala dos representantes patronais entrevistados (políticos, *experts* e assessorias técnicas) o direito de propriedade aparece como elo forte de união do grupo, superando, até mesmo, as diferenças internas que se interpõem, como por exemplo, entre agricultores e pecuaristas. E nesse sentido, a vinculação da propriedade com as identidades tanto de

“produtores rurais” como de “proprietários fundiários” é variável; porém, está sempre presente como elemento de legitimação dos “produtores rurais e do agronegócio”, perante à sociedade em geral, aos governos e aos seus opositores e adversários políticos.

De um modo geral, nota-se que as narrativas dos que evocam a propriedade da terra e sua defesa passam pela demarcação daquilo que referencia seus opositores políticos e econômicos, isto é, pela ‘construção’ política dos adversários. Estes são identificados basicamente pela crítica e a contestação ao direito absoluto da propriedade e à concentração fundiária, assim como pela justa exigência de respeito (ou observância) à sua função social; delinea-se assim aqueles que são a favor ou contra e baliza-se, por conseguinte, o campo de alianças políticas possíveis. Neste sentido, entidades e movimentos populares que defendem a quebra do monopólio da propriedade privada, o cumprimento das leis trabalhistas no campo e o uso “sustentado” dos recursos naturais aparecem, nas falas dos entrevistados, como sendo os oponentes privilegiados dos grupos dirigentes das forças produtivas no campo; isso, justamente porque através de suas críticas trazem para o debate nacional os elementos centrais da ação institucional de representação patronal, tradicional; antagonizando, portanto, com os movimentos sociais, por pautarem uma agenda de reivindicações que interfere, em última instância, diretamente, nos esquemas políticos e econômicos de exploração do trabalho e de apropriação da natureza.

Assim, ainda que não fossem diretamente questionados, os representantes patronais entrevistados colocam em destaque (naturalmente) os temas que mais os incomodam, tanto no âmbito das políticas públicas voltadas para a reforma agrária quanto naquele de ação dos movimentos sociais rurais organizados. Como reação colocam no centro da atenção a necessidade de se responder às pressões oriundas da sociedade, dos mercados, agentes e agências de governo, classificando-as, muitas vezes, como “equivocadas do ponto de vista técnico”, e “inadequadas do ponto de vista político e ideológico”. Criticam as normas e regulamentações jurídicas e legais, que limitam a “liberdade” do proprietário, em relação aos usos que fará da terra e da “viabilidade econômica” da fazenda, da empresa e do produtor rural.

Destacamos dois aspectos recorrentes nesses depoimentos em que a caracterização dos adversários políticos passa pela mediação da propriedade privada (o fato de ser ou não proprietário e seus respectivos desdobramentos) e, principalmente, pela antagonização de interesses internos na disputa pela propriedade e a direção econômica dos meios de produção:

1) a respeito da “ineficácia”³⁷ do modelo de reforma agrária como via de modernização para o campo, alegando que o governo deve investir, de fato, no agronegócio que “gera riqueza”; e não estimular, em sentido inverso, a dependência frente aos programas governamentais que provê cotizações monetárias e outros serviços básicos às populações assentadas;

2) questionam abertamente a legislação ambiental e as exigências internacionais de preservação da Amazônia, assim como a obrigação de preservação, dentro de suas propriedades e em áreas produtivas, alegando ser imprescindível a ajuda financeira dos setores que querem a preservação para os setores que tem as terras; ao mesmo tempo, culpabilizam³⁸ o Estado, atribuindo (como de habitual) a responsabilidade dos problemas, erros e falhas próprias às ações do outro. Na mesma direção, interpelam a regulamentação da legislação trabalhista em regiões inóspitas, deduzindo que esta vai de encontro aos costumes dos trabalhadores e às características regionais de clima, relevo e tipo de atividade econômica; e, por conseguinte, até mesmo inviabilizariam a contribuição dos patrões na melhoria das condições de vida e trabalho, já que isso acarretaria o aumento da massa salarial do trabalho em carteira. Aspecto, dentre outros, que abordaremos a seguir.

No atual contexto de reafirmação nacional de um projeto político e econômico para o país, as elites rurais e agroindustriais reúnem-se sob a *bandeira unificada* de um *unico partido*, como diria A. Gramsci: o agronegócio como carro chefe da geração de riqueza no Brasil, valorizando seu papel na acumulação internacional do capital e seu papel portador da vocação agrícola nacional, cuja realização prática conduzirá, conservadoramente, ao

³⁷ Bruno identificou este aspecto como componente de uma nova retórica patronal rural, em que o sucesso de qualquer empreendimento agrícola e social está diretamente vinculado ao modelo agrícola por eles capitaneados e que vislumbram do desenvolvimento nacional vinculado a suas atividades produtivas e ao seu parâmetro de crescimento econômico. Por isso, qualquer proposta de reforma agrária ou colonização baseado na agricultura familiar e no suprimento de um mercado interno de alimentos, é considerada atrasada, defasada, e incompatível com os anseios e preceitos do agronegócio, este sim competente, hábil e moderno (Bruno, 2002). Veremos mais adiante em outros termos como esta alegação da ineficácia e da incompetência são carregados de preconceito e tem um teor desqualificador em relação ao outro, seja ele trabalhador rural ou agente do Estado.

³⁸ Este é um outro elemento constituinte da representação social que os entrevistados corroboram com outros porta-vozes da classe patronal. Ao atribuírem “a culpa” ao Estado ou a outros grupos sociais pelos problemas e mazelas da sociedade em especial da agricultura, reclamam também serem incompreendidos pela sociedade em geral, perseguidos e maltratados pela mídia, reificando o reconhecimento de uma opção do Estado por um desenvolvimento encabeçado pelas classes dominantes urbanas e industriais e a conseqüente posição de subordinação em relação a este projeto. Por outro lado, estas alegações servem de pano de fundo para voltar ao recurso da desqualificação dos que não conhecem a realidade da agricultura, da vida no meio rural, do trabalho no campo, dentre outras, deslegitimando assim qualquer crítica que venha “de fora” (Bruno, Carneiro e Sevá, 2008).

progresso e ao crescimento econômico. Nesta aura de “empreendedores do país do futuro” e de “zeladores da moral, dos bons costumes e da ordem social”, as classes patronais rurais brasileiras carregam na sua conformação a lida e a luta com e pelo novo, porém, tendo em vista sempre a manutenção do controle político da situação: entenda-se, bem, das hierarquias de poder baseadas na era colonial em sistemas oligárquicos, em esquemas coronelísticos já no Império e, finalmente, em interesses latifundiários na República e nos regimes militares que lhe atravessaram.

Essencialmente conservadoras as elites da sociedade brasileira carregam esta peculiaridade em combinar seu conservadorismo de valores e das estruturas de poder, com posturas liberais no âmbito das atividades econômicas e de modernização política, sobretudo no atual governo do Partido dos Trabalhadores. Do ponto de vista do monopólio da propriedade fundiária, a questão pode ser encarada a partir deste prisma.

A fala de um representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso³⁹ que enfrenta uma das mais severas críticas contra a expansão da monocultura de soja como da pecuária no Cerrado e na Floresta Amazônica, o qual é, por sua vez, também um dos maiores críticos da definição jurídica da Amazônia Lega⁴⁰ e da legislação ambiental vigente, explicita bem a presença combinada de elementos “arraigados” e tradicionais, podemos dizer, com outros mais novos, politicamente reconhecidos no campo da ação empresarial moderna que se abre para as questões “sociais”, ao definir quais as principais demandas da classe que a instituição deve responder.

“As principais demandas que nós temos aqui na Entidade, via de regra, nós temos fundamentalmente três grandes demandas. Nós temos demandas fundiárias, conflito de terras, invasão de terras, que é uma coisa arraigada, do direito de propriedade. Nós temos demandas ambientais e demandas sociais, conflitos na área ambiental e na área das relações do trabalho, questão de trabalho escravo e também a questão de agressão ao meio ambiente, não respeito à reserva legal. E temos a maior demanda que é sempre a demanda pela questão de dívida, crédito, renda” (FAMATO).

Iniciemos pela “*coisa arraigada*”, a defesa do direito de propriedade, como uma das continuidades no processo de representação política do patronato rural em questão. Nesta entidade, ao chegarmos para fazer a entrevista, avistamos a sede: um prédio de arquitetura contemporânea, com fachada de vidro de ares empresariais, localizado no centro político da

³⁹ Nota-maior estado produtor de soja e “depositário” do maior rebanho bovino do mundo.

⁴⁰ Veremos mais adiante que a área decretada como Amazônia Legal (ver número e data do decreto) é uma das grandes disputas políticas, jurídicas e legislativas da classe e de sua bancada ruralista no Congresso Nacional.

capital Cuiabá. Além de um grande letreiro identificando a FAMATO e sua filiação à CNA, fomos recebidos na porta blindada da entrada principal com um adesivo com as seguintes inscrições: “*FAMATO. Em defesa da propriedade. Pelo cumprimento da Lei. Sindicatos Rurais*”. A descrição demonstra, por si só, a ambivalência aparente nas instâncias formais da representação política. Nesta mesma sede se localizava a Associação dos Produtores de Soja (APROSOJA), local onde o então presidente nos concedeu entrevista, atestando assim a aproximação entre a forma mais tradicional de representação -a sindical - com aquela forma associativa mais recente, voltada ao trato de interesses mais específicos, ou estratégicos, dos produtores de soja.

Nos chamou a atenção, quanto ao importante contencioso dos conflitos fundiários e à recorrência do discurso em defesa da propriedade, a articulação destas duas entidades criadas especialmente para combater as “invasões de terras”. Este combate se dá através de diversos tipos interdependentes de ação: uma **ação discursiva**, como foi possível averiguar em nossas entrevistas e no material impresso publicado pelas instituições, além de seus sítios eletrônicos; e a outra, uma **ação política e institucional**, no encaminhamento das vistorias, fiscalizações e multas, mediante assessoria jurídica e assistência técnica visando a adequação da propriedade à normatização de sua função social e ambiental; e, inversamente, no confronto direto com as populações que ocupem suas fazendas, empresas e terras em situação de disputa pelo território com indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros e outros povos tradicionais. Neste sentido não há apenas o reconhecimento da questão da propriedade como elo vital para a organização e a unificação cultural da classe patronal rural; mas, sobretudo, o reconhecimento de que as formas e aparências que a disputa em torno dela assume são das mais variadas, exigindo uma união da classe *acima* das diferenças regionais, produtivas e de cada instância (respectiva) de sua representação.

Empiricamente, o agrupamento que mais representa esta (re)união de interesses distintos na luta pela defesa ao direito de propriedade é o Movimento Nacional de Produtores (MNP). A partir da aglutinação da CNA, da ABCZ, da OCB e da SRB criou-se o MNP em 1997, “*durante a exposição havia uma revolta de produtores, pressionando esses Presidentes de entidades para que se fizesse alguma coisa, diante das invasões.*” (MNP). Ao mesmo tempo em que o discurso de unificação das mais representativas entidades de classe pró fundação do MNP se redobra do reconhecimento de uma pressão das bases, como motivadora deste processo. Esta aparente contradição nos demonstra uma tensão que é clássica ao se pensar os movimentos sociais em geral e suas entidades de representação que é a relação entre as bases e as lideranças. E neste caso, é notável a força dos conflitos fundiários na construção

desta representação patronal, mesmo que as lideranças e os porta-vozes assumam postura mais “inovadora” e aparentemente menos vinculada à propriedade e aos conflitos gerados por sua disputa.

A aglutinação de entidades sindicais e não sindicais em torno da questão fundiária e do combate jurídico e ideológico aos adversários políticos chama a atenção por comportar uma diversidade de propósitos institucionais na defesa do patrimônio territorial e da condição social e política que dele decorre (Silva, 1996). Outro argumento que adensa e ao mesmo tempo delimita posições políticas no interior do debate fundiário é a afirmativa do presidente do MNP de que, mesmo de forma velada, “*onde tem MNP não tem UDR*” e vice-versa. Isto nos permite perceber, concomitantemente, um esforço de distanciamento e diferenciação em relação à tradicional e radical UDR, além de uma identificação com valores originais relativos ao direito absoluto de propriedade e de sua defesa incondicional. Ou seja, em que pese o esforço necessário em se diferenciar de uma alcunha associada à violência e ao atraso, há certamente uma também necessária aproximação que se confirma, ao definirem sua liderança como condição necessária para a defesa da propriedade privada. E ainda que haja indicativos de que a forma de lidar com o problema fundiário mudou, já que atua-se técnica e juridicamente (e não mais pela violência direta), a lógica conservadora que os informa é ainda tangível, pois quaisquer que sejam essas ações elas tem uma certa finalidade: o fortalecimento do monopólio e do direito absoluto da propriedade. Dentre as ações “bem sucedidas” do Movimento, seu presidente destaca duas: uma, ligada a uma estratégia de conhecer melhor o adversário e mapear seus instrumentos políticos e ideológicos (uma espécie de serviço de inteligência); e a outra, ligada a uma atuação cada vez mais freqüente no enfrentamento dos adversários mediante a judicialização dos conflitos e a criminalização dos movimentos sociais de luta por terra:

“O MNP acompanha e acompanhou cursos de formação de militantes de base, como eles chamam – um nome pomposo e bonito – na realidade é um curso de guerrilha, promovido pelo MST nos estabelecimentos da Igreja católica no nosso estado. Conseguimos por duas oportunidades, fazer infiltrações nesses cursos e conseguir até filmes – o Stédile falando de Che Guevara, aquela palhaçada toda – e o conteúdo dos cursos”.

“O MNP provocou – através de um abaixo-assinado que nós fizemos em todos os estados que existiam o MNP – nós provocamos a criação de uma Lei que hoje beneficia todos os produtores rurais do país, que é a Lei que diz que uma área invadida, não será sequer vistoriada, por 2 anos. Isso saiu daqui; idéia nossa, da nossa Diretoria.” (MNP)

Nas palavras de seu presidente, as entidades nacionais concernidas se reuniram para combater a ação do MST, de outros movimentos de ocupação de terras (como a CONTAG, a CUT e o MAST) e do movimento dos povos indígenas ... “mas de forma legal e institucionalizada”. Quando perguntados sobre composição dos associados ao MNP, o representante informa que na organização do movimento as particularidades regionais ou de cada estado é que definem e caracterizam as ações políticas, reafirmando uma margem de “autonomia” na relação entre os estados que compõem o MNP. Assim os mecanismos e estratégias de ação estão intimamente vinculados e poderíamos dizer que respondem, diretamente, às diferentes correlações de forças sustentadas pela diversidade e organicidade das práticas e formas de contestação das entidades locais de trabalhadores, indígenas e ambientalistas.

“Os problemas são muito regionais; o tipo... por exemplo, aqui invasão de terra é muito mais FETAG⁴¹ e CUT⁴² do que MST⁴³; São Paulo, por exemplo, é mais MAST – Movimento dos Agricultores Sem-Terra – tem lugar que é CUT; tem lugar que é MST, entendeu?” (MNP).

Esta regionalização dos conflitos e das formas políticas de ação e representação é reforçada também pela fala de um representante da ACRISSUL, ao situar a questão ambiental no contexto da atual ordem mundial, cujos arranjos institucionais e disputas econômicas funcionariam aqui de modo similar; isto é, permitindo-lhes pontuar a relação entre as tensões e demandas da Associação e a questão indígena, como um problema ligado aos interesses estrangeiros na Amazônia e no Pantanal, especialmente, os que são mediados aqui no Brasil por ONG's e outras instituições religiosas européias. Acrescente-se aí a observação segundo a qual o governo brasileiro e, sobretudo, a Justiça Federal por serem “*excessivamente paternalistas*” com os índios não intervém nos conflitos com os fazendeiros deixando a porta aberta para a ingerência de interesses estrangeiros no Brasil. Nas entrelinhas a evocação de um espírito nacionalista de defesa do território e das instituições nacionais, traz também um olhar mais agressivo sobre a questão indígena, entre nós, o que, em alguma medida, corrobora com o diagnóstico de extinção das populações indígenas no Brasil, por meio da apropriação de suas terras (Cf. Dean, 1996 e Linhares, 1999).

⁴¹ Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Nota do digitador. (Fonte: Internet).

⁴² Central Única dos Trabalhadores. Nota do digitador. (Fonte: Internet).

⁴³ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Nota do digitador. (Fonte: Internet).

“ACRISSUL: Na medida em que um país fica mais rico uma parte importante da sociedade fica ociosa. Tem dinheiro e é ociosa. Quer dizer, nós temos, por exemplo, o problema dos índios, maior incentivador desse problema dos índios aqui é a igreja católica.

Pesquisador: E a igreja católica é forte?

ACRISSUL: Ela é forte pra influir. Ela adora índio suicidado, índio morto, o índio pra igreja católica vale milhões de reais, infelizmente. Filma, documenta, leva pra Europa e faz um carnaval dos pobres coitados dos índios, e os alemães enchem a igreja de Todos não, mas principalmente o alemão morre de dó dos índios e manda um mundo de dinheiro que é uma das principais fontes de renda da igreja católica hoje.

Pesquisador: E por que a Alemanha?

ACRISUL: Eu não sei por quê. Mas o alemão não pode ver um índio pendurado numa cordinha que ele manda o dinheiro”(ACRISUL).

Há uma menção freqüente em alguns depoimentos – em geral mais presente nas falas dos representantes das organizações da região Centro-Oeste – feita ao discurso militar que serviu de justificativa para a ocupação da Amazônia e do Cerrado, baseada, dentre outros argumentos naquele “... *da internacionalização da Amazônia*”, conduzindo a um esforço de classificação (das forças sociais em presença) e de re-significação dos “*inimigos*” da nação e do projeto nacional - desenvolvimentista⁴⁴. E, assim como veremos no Capítulo 3, há uma série de discursos e práticas que vêm sendo re-apropriadas e re-significadas, num momento em que se acentua a visibilidade do interesse estrangeiro pela Amazônia e o Pantanal; momento, em que as lutas sociais de todo tipo eclodem, em grande medida, vinculadas aos conflitos por terra, água, outros produtos e riquezas da natureza, colocando em litígio sua utilização e apropriação.

Um exemplo de argumento usado para negar desqualificando os adversários - pensamento tipicamente conservador (Motta, 2006)- aparece na fala do diretor da APR/MT ao comentar que “*em algumas reservas indígenas ... onde não se fala o português ... ao invés de serem terras e reservas protegidas pelo Estado brasileiro e suas forças armadas, servem de entreposto de contrabando de madeira, minérios, armas e drogas, além de furarem as barreiras sanitárias das fronteiras com os demais países latino-americanos*”(sic).

Tipo de consideração também tecida sobre os assentamentos de reforma agrária estabelecidos em regiões fronteiriças, pelo representante do MNP. Já este, quando questionado sobre qual instância pública seria de relevância política para a entidade, salientou o “*ministério*” da reforma agrária e a FUNAI como órgãos estratégicos em termos de “*segurança econômica*”. Fazendo-se solidário aos fazendeiros que se dizem proprietários de

⁴⁴ Andréia Zhouri em comentários feitos em Grupo de Trabalho Conflitos Ambientais, Identidades sociais e Território da ANPOCS, 2008.

terras nas áreas da Reserva Indígena Raposa Terra do Sol em Roraima, ressalta que no seu estado (MS), ocorrem situações de insegurança devido a falta de fiscalização do poder público sobre áreas de assentamentos, reservas indígenas e quilombolas:

“Bom eu falo por segurança econômica; por respeito ao direito a propriedade, por tudo isso que nós já falamos de reforma agrária. Em termos de nação aqui está um questionamento aí de proibição de criação de reservas indígenas e de assentamentos nas áreas de fronteira. Mato Grosso do Sul, vocês devem saber, nós estamos enfrentando um problema seriíssimo desde outubro de 2005, com relação à febre aftosa. Isso abalou a economia do Estado de uma maneira avassaladora. Bom, eu ando bastante aqui e fora daqui do nosso estado; eu posso te garantir que na divisa do nosso Estado nenhum um assentamento rural e nenhuma reserva indígena, o IAGRO⁴⁵ foi vistoriar se tinha aftosa lá dentro. [...] A FUNAI não permite que o IAGRO entre lá pra vistoriar; a FUNAI não permite que o homem branco entre dentro de uma reserva indígena, lá em Roraima, lá não sei aonde, vocês acabaram de ver um monte de gente que morre lá dentro, de garimpo e tal. É aquele negócio que nós falamos de garimpo, de madeira...”. (MNP)

Assim em sua percepção do campo adversário da luta política encontram-se tanto interesses internacionais e de ONG's estrangeiras, como os antagonismos nacionais, conforme vimos anteriormente. Da mesma forma, a questão indígena no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul é histórica, e foi marcada institucionalmente pela delimitação do Parque Nacional do Xingu; por sua vez, os quilombolas também aparecem em certas falas somente em alguns desses estados. Porém, tanto aí quanto em São Paulo, o embate mais aberto e declarado é contra a reforma agrária; enquanto que a contestação às políticas fundiárias e redistributivistas, à legislação trabalhista e à fiscalização contra o trabalho escravo pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), constitui presença constante em período mais recente, como testemunham a retaliação e o enfrentamento direto contra os movimentos sociais e instituições públicas ligadas às temáticas ambientais e sócio-ambientais.

A estrutura de representação simbólica é também construída em uma relação de alteridade que pode ser percebida, por exemplo, nos acervos documentais e audio-visuais mantidos pelas entidades patronais; e, ainda, nas suas linhas estratégicas de ação conduzidas por comissões e câmaras técnicas específicas. Em sua maioria estas são organizadas segundo temas como assuntos fundiários, meio ambiente, legislação ambiental, movimento e ações dos sem-terra; direito de propriedade, reforma agrária e assentamentos rurais; terras indígenas, dentre tantos outros registros temáticos como os grupos missionários e ecumênicos ligados à Igreja Católica e outras ONG's. Considerando que há um afrontamento que se trava em torno

⁴⁵ Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal. Nota do Digitador. (Fonte: Internet).

das classificações como parte das disputas simbólicas (no interior da luta de classes), são perceptíveis ao analista as divisões aqui estabelecidas pelas entidades de representação, as quais podem espelhar, em larga medida, como estes enxergam seus opositores e como acham que seus opositores (e outros grupos sociais) os enxergam. Para tanto, disponibilizamos ao leitor uma listagem sumária em anexo com as divisões internas das instituições por temas, destacando aqueles de nosso interesse aqui⁴⁶.

Importante destacar que faz parte desta visão sobre os adversários, o terreno de luta e as alianças políticas, uma tendência à desqualificação do argumento do outro com uma forte inclinação em cobrar-lhe a ilegitimidade, a ineficiência e a ideologização. Como um traço dos grupos patronais que se atualizam, a deslegitimação do discurso do outro aparece aqui permeada pelo que trataremos como cientificização do discurso⁴⁷, dado que a atuação no campo político é, ela própria, uma luta simbólica.

“ABAG: Então, a nossa massa crítica estava muito fraca. Ela estava campesina; ela estava extremamente ideológica; só ideológica. E o que é pior; pessoas da elite do pensamento, estava inclinado a isso. Hoje você tem pessoas contra os transgênicos, mas existe uma elite do pensamento que é a favor dos transgênicos. [...] E existe uma elite do pensamento, que vê que não é com a reforma agrária, que você vai gerar renda e riqueza, em 2007.” (ABAG)

Para Bourdieu, este é o espaço privilegiado de atuação dos profissionais da representação, pois é nele que se opõe *vis à vis* do outro, onde constrói suas percepções sobre si e o mundo social em que vive (2005:151). A partir deste momento, e das condições de sua inserção no campo, inicia-se então a disputa em torno dos conceitos e categorias socialmente reconhecidos.

2.2 O proprietário rural e a representação política

“É por meio dessa instituição [propriedade privada da terra] que a economia colonial cria e redefine diversas categorias sociais, fazendo com que se revistam de formas e conteúdos congruentes com as necessidades de reprodução do capitalismo periférico” (Martins, 1973)

⁴⁶ Ver Anexo.

⁴⁷ Conforme abordaremos no Capítulo 4.

A relação que se estabelece entre representação e a propriedade da terra, presente nos discursos dos representantes patronais enquanto proprietários rurais, perpassa as noções de capital político e econômico (Bourdieu, 2006) e entrelaça o direito de propriedade e seu monopólio pelos mesmos atores políticos locais. Suas percepções estão permeadas e orientadas pela construção de uma representação de si, designada a partir de sua posição social, de sua condição de classe (proprietário de terras ou produtor rural) e de qual significado eles consideram que isso tem para a sociedade. E nestas falas e posturas há uma idéia clara de que os produtores rurais, pelo simples fato da sua posição geográfica e pela distribuição de suas unidades produtivas distarem entre si, encontram-se em relativa desvantagem frente aos trabalhadores urbanos e industriais concentrados nos canteiros e fábricas, onde estes se reúnem as dezenas e centenas. Argumento, que na experiência imediata de um de nossos interlocutores patronais, é assim comentado:

“O que acontece é isso, o ser humano é complexo, ele tem dificuldade de se relacionar e no setor um pouquinho mais. Por que o setor tem uma individualidade muito forte. O produtor, por cultura, ele é isolado. Se vc pega um trabalhador, dentro de uma sala vc tem duzentos trabalhadores. Para vc pegar num espaço territorial duzentos produtores capaz de você ter que andar um município inteiro pra achar. Isso já é histórico, feudal, cada um é o rei do seu espaço territorial, e hoje, a distância” (FAMASUL)

“Que a nossa classe realmente, ela é muito desunida, tá? Eu te digo isso pelo seguinte: as pessoas se unem pelo amor ou pela dor, tá? E hoje o quê que está acontecendo? Nós estamos tendo aí, nos unindo aos trancos e barrancos – você tá entendendo? – mais pelas dificuldades.[...] Isso vem... tanto o agricultor quanto o produtor rural – tá certo? – ele é desunido por quê? Porque é uma cultura. Ele sempre foi individualista; ele sempre procurou vender – você tá entendendo? – quer dizer, ele nunca procurou vender através de cooperativas, através de associações, tá certo? Então, quer dizer, ele sempre teve a sua vida própria” (ACRIMAT)

Esta imagem “*individualizada*” e auto-centrada que o produtor cria de si próprio, também reflete na estrutura e no funcionamento das entidades de representação, atuando como elementos de atualização de velhos traços da ação política do patronato rural no Brasil. Alega-se, então, que é difícil a união do patronato rural por motivos territoriais e geográficos, “*pois as fazendas não são como fábricas em que você junta os trabalhadores na entrada, elas são distantes*”; ou ainda que o “*ciúme de homem*” seja empecilho para uma efetiva união, ou sequer uma união mais harmônica internamente ao grupo, já que baseia-se na concepção de que todo proprietário é auto-suficiente.

“APR/MT 1: Todo o proprietário rural – todo, sem exceção da regra – ele é um reizinho dentro da propriedade dele. Ele é padre, ele é delegado, ele é médico; ele é tudo. Toda a palavra é dele. [...] Então o quê que é? Por exemplo, amanhã... o - como nós falamos aqui – ele vem cagar regra para mim, eu falo ‘ora, deixa de ser bobo rapaz. Não vem botar cabresto em mim, não; vai botar cabresto nas tuas nega, uai.’ (risos) Você está entendendo? Então essa que é a grande realidade.
APR/MT 2: Mas hoje já está mudando essa cabeça. Que eu acho que esse entrosamento, essa troca de informações, já está ocorrendo em alguns grupo de pecuaristas.
Pesquisador: E como explicar essa mudança?
APR/MT 1: É a mentalidade nova..
APR/MT 2: Mentalidade nova e a necessidade de mercado. Mercado novo, uma abertura nova.” (APR/MT)

Importante destacar que esta característica vem sendo criticada pelas instancias de representação, que ensejam a renovação dos princípios morais e culturais na formação de novos lideranças, tendo em vista a necessidade de comunicação maior (e melhor), com sua base sindical, e de interlocução mais intensa e flexível com outros setores da sociedade, conforme veremos a seguir.

Identificamos nas entrevistas um elemento constituinte, segundo os depoimentos coletados, da identidade do proprietário rural enquanto uma classe que se percebe “*desunida*” mas que “*sempre atua conjuntamente*” quando se trata de rechaçar as “*invasões de terra*”.

“Não é uma classe unida. A AIDS só dá na mulher dos outros – eu uso muito essa expressão com os meus companheiros – todo mundo..
Pesquisador: O quê você quer dizer com isso?
MNP: eles acham que a AIDS só dá na mulher dos outros. Ai quando dá no dele, eu sou obrigado a ver uma pessoa com 60, com 70 anos sentar na minha frente e chorar, porque estão invadindo a fazenda deles. O quê que ele vai fazer porque é a única coisa que ele tem e ele não sabe fazer outra coisa. Mas, quando era na fazenda do outro, ele não correu aqui para ajudar. Isso é uma realidade. [...]”

Já quando se trata das especificidades de cada ramo produtivo, quando abordam as diferenças postas até pelo acirramento da concorrência interna à classe (como foi o caso da multiplicação de associações de criadores de cada tipo de bovino, equino, caprino, suíno, etc, ou ainda de associações por produto e multiproduto), é possível concluir que as formas e instâncias de representação atuam em separado; i. é, mantêm uma certa autonomia relativa *vis à vis* um do outro.

“É uma coisa meio do negócio em si. Cada propriedade rural tem um tipo de animal... por exemplo, na pecuária: cria um tipo de animal, de uma raça, de uma idade, não sei o que. Tem um determinado padrão de terra, tem ou não tem água,

tem um determinado qualidade de capim. [...] Essas diferenças vão fazendo as pessoas se trancar muito, se fecharem muito e fazer ‘Bom, o meu negócio eu é que sei conduzir. Tem que ser assim, tem que ser assado.’ E ele vai vivendo daquela maneira e não consegue trabalhar em equipe e ele não consegue. Tudo ele acha que o negócio dele é diferente dos outros. Não deixa de ter razão – no caso da pecuária e tal – mas não é diferente dos outros quando vai haver uma invasão ou coisa desse tipo.” (MNP)

O que parece estar em questão aqui é a relação entre a propriedade privada (rural) e a individualização / personalização das relações de produção no campo: é o que explica o individualismo, a resistência à mudanças via modernização e o estreitamento dos limites do mundo em torno de sua experiência imediata.

Fica patente, portanto, que a posição social de proprietário de terras é ainda, e talvez assim siga sendo, um elemento decisivo na construção da identidade e das instâncias de representação política dos produtores rurais e agroindustriais no país. A permanência deste traço na constituição do *ethos* patronal rural é percebida por nós dentro de processos mais amplos de transformação social, na sociedade em geral e nas classes dirigentes, e constitui-se num determinante da dinâmica de significação permanente do mundo e da produção rural, por nossos entrevistados. Assim, quando a propriedade da terra não é o elemento motivador da criação de uma entidade de representação da classe (como nos casos do MNP e da APR/MT), ou de suas mobilizações e estratégias de ação coletiva, ela aparece como objeto empírico da renovação e modernização do setor agropecuário, característica essa garantidora da inserção econômica e social nos critérios de responsabilidade social e ambiental muito difundidos no seio do empresariado nacional e internacional.

2.2.1 A violência como prática histórica

Abre-se aqui uma brecha para falar de uma forma de mediação entre a propriedade privada da terra e as representações sociais e políticas que é marca de um *habitus* de classe, o uso da violência. As identidades regionais incluem ainda diferentes percepções sobre quais os modos legítimos de explorar a terra e seus recursos naturais, ao mesmo tempo consolidam a noção de direito absoluto sobre a propriedade da terra, este adquirido historicamente. Seguindo este raciocínio, os depoimentos expressam a necessidade de justificar o recurso à violência como forma legítima de defender “o que é seu”. Aqui a violência aparece como forma extrema da mediação das relações sociais nas regiões de fronteira, e como elemento

intrínseco ao desenvolvimento destas mesmas regiões. Por outro lado, a violência aparece atrelada a dois outros elementos, as relações de trabalho e as relações entre as classes e grupos sociais em conflito, e a defesa incondicional do direito de propriedade.

Nem todos os entrevistados evocam o uso da violência como princípio, mas reivindicam como uma espécie de legítima defesa. É perceptível que, por não serem as entidades diretamente vinculadas à gestão dos conflitos fundiários, criada para defender a propriedade, como o MNP e a APR/MT, tanto os setores sindicalizados como as associações de produtores procuram desvincular suas práticas políticas de ações violentas ou que não estejam dentro da legalidade. Mas também deve-se registrar que, apesar de não terem a defesa da propriedade como a motivação principal das entidades de representação, a questão compõe a pauta das principais demandas dos filiados.

A tal propósito, vale lembrar que o uso da violência, apesar de constituir presença constante na experiência desta categoria patronal, deve ser analisado conforme a diversidade de situações concretas em que aparece, aceitando determinações múltiplas que variam segundo regiões, épocas ou conjunturas políticas específicas.

No caso das entidades APR/MT e MNP, a percepção quanto aos conflitos em áreas de fronteira e às respectivas formas de defesa da propriedade favorece o uso de meios próprios de “*liquidar o assunto*”, levando a uma naturalização da violência rural. Argumentam, não raras ocasiões, que toda fronteira é assim mesmo...

“[...] toda a região aqui de pecuária forte e tudo, ela não tem violência; tem uma violência normal; normal do mundo. Agora, quando você ouvir falar do Norte do Mato Grosso, o quê que é? O bandido foi para lá porque é uma região nova. Tinha muita madeira e muita fazenda completamente vedada; sem abertura nenhuma. Grandes propriedades, que nego de São Paulo, do Rio, de Curitiba, do Rio Grande do Sul comprou e deixou lá, para valorizar. Quando chegou o progresso, o nego ia lá, para roubar madeira; ele só queria roubar madeira; mais nada. E com isso, por exemplo, você bota segurança para coisar e dar tiro nos negos; mata e por exemplo, quem vai para lá é bandido... o sertão funciona dessa forma: você começa a abrir...” (APR/MT)

No bojo dessas narrativas, a disputa pela universalidade das versões da história e das leis produz, ao mesmo tempo que ofusca, os argumentos que atribuem legitimidade aos gestos autoritários e violentos, seja nos casos de “*invasão*” de terras seja em caso de oposição política aberta. Um dos entrevistados faz questão de contar “*a outra parte da história que*

vocês não conhecem”⁴⁸ sobre Chico Mendes, que foi morto por perseguir e denunciar “...o passado de um pistoleiro que foi explorar terras e os seringueiros no Pará.”

“Eu vou voltar um pouco... talvez muita coisa que vocês não sabem. Por exemplo: todo mundo fala em Chico Mendes; Nós da Amazônia conhecemos. Sabemos de toda a sacanagem que ele fazia por trás dessa parafernália que eles endeusaram ele. Você sabe porquê que aquele cara matou o Chico Mendes? – não sou a favor, de jeito nenhum, porque ele estava errado. Esse cara matou gente nas Minas Gerais e foi para o Paraná – gente no Paraná – e foi para o Acre. Comprou uma fazenda em Xapuri – e no Acre era costume... por exemplo: os seringais... o seringueiro vem sangrar a seringa – não sei se dava alguma percentagem para o fazendeiro, ou não dava – ai,.. ele tinha tanto prestígio em Xapuri, que ele candidatou a vereador, e não ganhou... Ele candidatou a vereador e não ganhou. Não foi eleito.... E o Chico Mendes começou a levantar processo desse cara que matou, mandou matar ele. O cara ‘O Chico; pára com isso. Pára de me perseguir através da igreja católica’. Os padres – que têm influência muito grande. E tinha uma parte da fazenda desse Darli, que ele propôs para os seringueiros pagar para ele, uma determinada quantia, uma determinada renda. ‘Não! Aqui nós não damos não’ O quê que ele fez? Ele derrubou essa parte do seringal e plantou capim. Ele falou ‘ah, vocês não querem me dar? Vocês estão usando a minha terra e vocês não querem me dar renda nenhuma? Tudo bem’. Ele mandou derrubar tudo e plantou, botou fogo e plantou capim. Fez pasto nessa região. E ai começou o Chico Mendes, ferrenhamente, a persegui-lo. Perseguir assim: através da igreja, levantar aquelas prisões... decretadas prisões preventivas... chegou num ponto, que ele mandou matar ele. Porque ele não agüentava mais a perseguição que ele fazia em cima dele” (APR/MT)

Já do ponto de vista das relações de trabalho e das relações (de dominação e subordinação) entre classes sociais, muitas vezes os representantes partem em defesa dos produtores frente aos casos de trabalhos escravo ou servil, relativizando o problema desde o ponto de vista cultural, assim como aquele das condições de trabalho na mata até as formas de contratação dos trabalhadores em “cadeia de aviamento de mão de obra”, a qual eles não controlam diretamente. Este, conhecido tradicionalmente, em toda a região amazônica secularmente, como modo de endividamento perpétuo do trabalhador⁴⁹, constituindo-se em relação de trabalho muito antiga, além de perversa, que se renova sob a figura da sub-contratação (generalizada) de turmas de trabalhadores por ‘gatos’ e empreiteiros de mão de obra. Interessante ainda perceber, numa das entrevistas, com dois representantes de gerações

⁴⁸ Destacamos aqui a referência constante dos entrevistados em relação aos entrevistadores de que estes não sabem da realidade daquela região, ou desconhecem a história e por isso tem opiniões equivocadas dos setores produtivos. Este desconhecimento é alegado também como a fonte da ignorância que leva a produção de imagens segundo eles erradas dos produtores rurais no país. No caso da mídia há uma junção de ignorância e preconceito para com o produtor e sua realidade.

⁴⁹ Cf. K. Marx, O Capital, L.III e Tude de Souza, 1983.

diferentes, em que um contava a história e o outro atualizava os termos “*pejorativos*” ou em desuso colocados pelo colega.

“Entrevistador: Não é trabalho escravo, mas quais as condições de trabalho?
Representante1: Não é lá essa Brastemp, mas também não é o trabalho escravo. Por exemplo, eu vou derrubar um mato; eu preciso de 100 homens com machado, moto-serra, foice. A gente chama, o que nós chamamos, gato. Gato é o empreiteiro, o que vai comandar.
Representante2: É. Ele contrata essas pessoas e...
Representante1: Então, por exemplo, eu chego assim e falo ‘Fulano, eu tenho que derrubar... eu quero derrubar 100 alqueires. Você tem homens?’ ‘Tenho.’ ‘O quê que você quer por alqueire?’ ‘R\$ 2.000,00.’ ‘Tá, beleza. R\$ 2.000,00.’ ‘Eu preciso de um adiantamento, que eu preciso comprar comida, tal e tal.’ ‘Tá, quanto você precisa?’ ‘Tanto.’ ‘Tá. Tá aqui.’ Ele pegou e levou os homens dele lá para o mato. Chegou, tal, armou as barracas, vai fazer o trabalho. Agora, esse povo tem comida, esse povo tem bebida, esse povo tem tudo lá. Agora, não tem água encanada, eles não têm banheiro para eles fazerem as necessidades, não tem. Por quê? É mato! Você não tem nem tempo hábil para fazer isso, está entendendo? Agora, acabou o serviço deles, eles vão receber o dinheiro deles... porque até nós fazemos questão de... ‘acabou o serviço?’ ‘Acabou.’ ‘junta seu povo, que eu vou te pagar para você pagar os negos, senão você pode dar um trambique nos negos.’ Então, você fica perto, para os negos pagarem os caboclos que trabalharam lá. Então o sujeito recebe. Agora, só que peão é sem-vergonha. Tem peão bom aí – nada que eu falo é generalizado; nada. Sempre tem as exceções da regra - Tem peão que é vagabundo. Ele pega o seu dinheiro adiantado e foge – nós falamos ‘engole a lua.’ – para isso você tem que ter os guaxebeba, para vigiar o nego, não fugir – porque pegou o seu dinheiro adiantado e vai vivendo assim.
Entrevistador: Guaxebeba?
Representante1: O guaxebeba são os capangas.
Representante2: Ele seria o fiscal.
Representante1: É. Guaxebeba é do Paraguai. [...] porque geralmente a gente contrata os guaxebebas paraguaios, porque é de outro país, e aí se der uma m... também... Eles não têm identidade, eles não tem nada. [...] O dia que a senhora ouvir, guaxebeba, capanga é a mesma coisa... segurança... é a mesma coisa.”(APR).

Por fim, reitera-se aqui, uma vez mais, a forte ligação entre violência e defesa do direito de propriedade. É nestes momentos em que o uso da violência como recurso e prática de classe se torna patente. Cabe aqui refletir acerca das visões que se têm sobre a propriedade e quais os direitos relativos ao cidadão, proprietário. Assim, analisando as entrevistas, podemos reconhecer a tensão que se estabelece também em torno das noções de lei, direito e propriedade. Destacamos os depoimentos de representantes institucionais em que a vinculação com a proposta política da UDR é declarada, todavia em tom de renovação, moderação e de legalidade.

“A UDR entende uma outra coisa; ela é muito baseado no artigo 5º sei lá o que, da Constituição, que você tem o direito de defender a tua propriedade; o cara entra dentro da tua casa, você dá um tiro na cara dele e acabou; pronto. E que não deve ter propriedade quem não defende. Eu também acho que quem não defende a sua propriedade, não deve ter. Propriedade que eu digo, é uma casa, uma loja, um automóvel. Você não pode ter, você não tem direito de ter uma propriedade, se você não vai brigar por ela. Agora, a maneira de brigar é que a gente entende diferente” (MNP).

Nota-se, ainda, que falas há uma forte vinculação do direito de propriedade à idéia de um direito adquirido preteritamente, o qual se afirma por sua natureza “histórica”, por ser fruto de uma “conquista”, de um ato de bravura de “abrir” e “formar” a propriedade. Os termos “abrir” e “formar” a propriedade chamaram atenção por haverem sido utilizados pela maioria dos entrevistados na Região Centro-Oeste, e que compraram terras ainda em mata fechada. Ambos se auto-referem como membros de gerações de “desbravadores” e “aventureiros” que levaram a civilização para a fronteira. O que serve para mostrar como aquilo que na origem era totalmente questionável – o uso da violência - hoje, sob um modo de exposição (de narrativa) pode aparecer como elemento legitimador do padrão antidemocrático, repressor e obscurantista pelo qual se fez a ocupação dessas regiões e terras de fronteira.

Assim, as leis e regulamentações mais atuais caem em descrédito e são quebradas em sua própria legitimidade dadas as trajetórias de seus proprietários e respectivos modos de vida e civilização.

“Porque nós nunca admitimos invasão de fazenda. Queira ou não queira... por exemplo: como foi adquirida – isso não é o caso – mas alguém sofreu para fazer isso. Você imagina o que era isso aqui, há 40 anos atrás. O quê que era esse Mato Grosso. O nego vinha pra aqui há 40 anos, a 50 anos. Avô, pai, o tanto que ele sofreu. Agora, se a terra ele ganhou... isso não valia nada. Porquê que agora ele vai ser invadido, vai ser agredido? (...) Você tem as leis, você tem que cumprir as leis; agora, ninguém admite o sujeito cortar a cerca dele e invadir a propriedade dele. É inadmissível um trem desse. (...) E é o que nós sempre exigimos: o direito de propriedade. Agora, a reação que você vai ter, se o sujeito cortar a sua cerca e entrar, ninguém sabe; isso é na hora. Cada um tem uma reação diferente. (...) Se a Lei não vai ser cumprida, então a Lei de uma maneira ou de outra, ela tem que ser cumprida.”.(APR/MT)

Interessante perceber ainda como os atores sociais do grupo estudado se esforçam para atualizar os valores e as normas que acompanham tais processos, num embate direto com

Estado (e poder público de um modo geral) e com outros grupos da sociedade civil que lhes fazem oposição e questionamentos políticos.

“Eu acho que não adianta nada – eu fui até testemunha disso ai, por ser meio do sangue quente, assim popularmente dizendo – eu nunca fui chamado pela minha família quando houve uma invasão de terra; eu não ficava nem sabendo; eles não me contavam. [...] Depois que passou é que eles falavam ‘Ah, no mês passado, aconteceu e tal.’ Porque achavam que podia ter algum tipo de reação na época, mais agressiva da minha parte e nunca resolveu, porque demorou muito, eu tive que ficar careca, ficar de cabeça branca, ter neto para entender que é uma coisa da preservação da raça, da preservação do ser humano, você não dar um tiro numa mulher grávida. Porque não existe um Rainha ai, invadindo fazenda; nunca existiu; ele nunca invadiu uma fazenda. Ele é tão covarde, que ele põe mulher e criança na frente. E não são duas, três, dez invadindo; são trezentas, quatrocentas, quinhentas. E só vem na frente mulheres e crianças e os homens vêm atrás. Então é uma coisa instintiva: um homem não consegue - por mais bandido que ele seja - ele não vai dar um tiro numa mulher grávida” (MNP:05).

A partir de entrevistas realizadas com representantes de entidades sindicais patronais, e com associações de produtores rurais, foi possível identificar em algumas falas o tema da renovação dessas formas de representação dos interesses das classes, clarificando a diferença de práticas e discursos entre novas e antigas lideranças. Nessas ocasiões, sindicatos e associações civis aparecem como objeto empírico de um processo aparentemente contraditório, que é, porém, constituinte da renovação das instituições sociais e morais do patronato, com base na manutenção de elementos de tradição conservadora.

Além de novas demandas desses e de outros grupos organizados da sociedade a serem incorporadas e respondidas é preciso, também, construir uma representatividade política profissional⁵⁰, bem como um gerenciamento jurídico desses embates, apto à articular anseios do grupo com os mecanismos de ação política e social. O aspecto cultural da ação de representar também é enfatizado na maioria das entrevistas realizadas entre março e maio de 2007; nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo. É visível, e mesmo em se tratando de rupturas, não abre mão da representatividade política tradicional, seja no sistema sindical, na entidades e sociedades de classes, nos clubes Lyons e Rotary ou ainda nos partidos políticos e no governo, sempre.

Assim como as instâncias tradicionais de representação sempre são um ponto de retorno e reforço aos valores e princípios da ação dos setores, certos temas (como já foi dito

⁵⁰ A idéia de uma representação profissional destes grupos está presente em alguns documentos que tratam da sucessão de presidentes de uma entidade representativa do setor da cana-de-açúcar, além de compor a fala de alguns representantes no sentido de se ter uma ação política profissional, tal como na análise weberiana, mas calcada por uma noção administrativa e gerencial-empresarial.

anteriormente) estão pautados em suas falas e parecem ser eixos norteadores de discursos e ações de classe na construção de uma identidade para si e na re-elaboração e atualização da representação para a sociedade, como as lutas por terra e demais formas de pressão sobre a estrutura fundiária, de índios e trabalhadores rurais organizados; os direitos humanos e a construção de leis mais rígidas no controle sobre as relações de trabalho e justiça social; o debate sobre a preservação da Amazônia e da Natureza em geral, sobre o qual se tem um posicionamento e visão claros e definidos em contraposição a modelos específicos de preservação; dentre outros. Há indícios que, em certos momentos, novos e antigos setores patronais, estejam articulados por certas bandeiras políticas estruturante do pensamento conservador e esta renovação de práticas se insira neste universo de oposições identitárias e políticas (Bruno, R., Carneiro, O. e Sevá, J., 2008)

2.3 Tradição, vocação e uma terra de oportunidades

É importante lembrar que o exercício de poder, a sua legitimação e sua autoridade passam -como vimos em alguns autores sobre o caso brasileiro (Martins, Bruno, Linhares, Palmeira)- por uma série de elementos que caracterizam não apenas o campo mas também as hierarquias sociais que o caracterizam. Está incutido no exercício do poder (ou da dominação) o fato de indicar de onde emana esta fonte de poder (de que relações) e quem (qual grupo ou classe sociais) arbitra sobre estas estruturas e suas dinâmicas específicas. Ou seja, desde o poder de nomear, classificar, até o poder de lembrar e re-memorar a história - a partir de determinados pontos de vista - estão em jogo quando se trata de ações políticas e lutas simbólicas como mediações das relações de dominação (Bourdieu, 2005).

No nosso estudo, esta questão ficou bem evidente e foi possível dar uma unidade às enunciações proferidas pelos entrevistados, destacando a lógica que orienta não apenas a fala e o discurso, mas também, as posturas e a reprodução das relações de dominação com base na construção de um passado, comum, (supostamente) igual para todos, que acomoda as posições sociais dos agentes perante a história; e, mais que isso, redefine pelo resgate da sua história, pessoal ou familiar, o que é a região, quais suas vocações e suas questões cruciais.

Segundo Bourdieu, este exercício é ilusório. Remontar aos princípios da história da formação de uma região e de um processo -ou seja, o de seguir um método teleológico que levaria a um início, esconde exatamente a realidade de que o início e o fim sempre cabe ao indivíduo e seu grupo social determiná-los- faria parte da tentativa de fazer pesar sobre outras

versões a sua, e de legitimar-se no campo seja pelos aspectos históricos do passado, seja pela re-definição de quais são os aspectos históricos a serem considerados numa conjuntura atual para se re-significar práticas e alinhar um hábitus mais coerente com os anseios da sociedade contemporânea. Ou seja, o hábitus patronal passa por uma reformulação pela incorporação, ao menos aparente, como imagem a ser projetada para o outro, de novos capitais simbólicos e políticos, em disputa no campo.

“A verdade é que sua relação com o objeto determina ainda amiúde sua visão sobre o objeto. (...), por que as tomadas de posição sobre o passado radicam freqüentemente em tomadas de posição latentes sobre o presente, ou mais exatamente contra os adversários intelectuais do presente”(Bourdieu, 2005:78)

Ainda segundo Bourdieu, através deste mecanismo de reconstrução mental da história, o falante “censura ou louva, condena e re-habilita, imputando vontades benéficas e malignas as propriedades aprovadas ou reprovadas do passado”, e se reposiciona no campo dando a palavra final e ajustando o encadeamento dos fatos, conjunturas e condições sociais e econômicas decorrentes, ao seu idealismo ou objetivo (desejo), ele também dialeticamente construído na ação / reação de luta e disputa com (contra) o desejo do outro, neste mesmo campo.

Caracterizados como parte de uma região de fronteira agrícola e econômica, os estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, são identificados pelos entrevistados com as noções de desenvolvimento, de riqueza, sendo vistas como “*terra de oportunidades*”. Na construção das narrativas sobre o processo histórico de ocupação das terras na Região Centro-Oeste, e depois no Norte do Brasil, é perceptível o uso recorrente de termos como “*desbravadores*”, “*aventureiros*”, “*pioneiros*”, todos entrelaçados à idéia de “*vocação*” seja da família seja da região ou mesmo do país para a agricultura e a pecuária.

“De bom, é aquela oportunidade que eu te disse, de oferecer oportunidades de crescimento, que você talvez não teria em outros estados; concorrência menor e essa coisa toda. De ruim, nós estamos longe dos centros consumidores, nós somos servidos aí, apenas por rodovias; nós precisamos desenvolver... que chegue a ferrovia aqui, hidrovias para baratear o nosso transporte de grãos. Essa é a parte ruim. A parte boa é a quantidade de terras produtivas e férteis que o estado tem, o clima propício que o estado tem para isso” (ACRIMAT)

Também é significativo o fato de serem esses produtores, em sua maioria, migrantes de um mesmo período entre os anos 1960 e 1980, mobilizados pelas perspectivas lançadas pelos representantes patronais quanto à abertura das fronteiras no Centro-Oeste brasileiro,

ainda no período da ditadura militar (em especial a partir dos anos 70). São em grande parte oriundos de famílias de agricultores e pecuaristas (arrendatários, parceiros, pequenos proprietários, cooperativados, etc.) das regiões Sul e Sudeste, em especial do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, vindos para adquirir terras mais baratas comparativamente aos seus estados de origem, num processo mais amplo de ocupação desta parcela do território nacional (Martins, 1984; Leite, 1995; Dean, 1996); e o fizeram, por via da integração rodoviária dos pontos extremos do país, da urbanização de algumas localidades e da expansão/intensificação de atividades agropecuárias e a conseqüente consolidação de pólos de extrativismo vegetal e mineral⁵¹.

“Eu estou te dizendo que o Mato Grosso é um estado que até hoje ele proporciona negócios e oportunidades como em nenhum outro estado da federação proporciona. Meu pai veio para o Mato Grosso há 45 anos atrás. Meu pai - a família do meu pai - tinha um pequeno frigorífico de suínos, em Uberlândia - Minas Gerais [...] ele começou os negócios - sucedeu os negócios do meu avô - e passou para os dois irmãos e começou a abrir fronteiras aqui no Mato Grosso...” (ACRIMAT)

À parte considerações afetivas, essas idealizações construídas sobre a então nova “*terra de oportunidades*”, incentivaram várias gerações a darem continuidade a este movimento migratório, conduzido com amplo apoio dado pelo Estado à programas de colonização e “*modernização*” da agricultura no interior do Brasil. A *ideologia da segurança nacional* que via nestes empreendimentos agropecuários a possibilidade de ocupação do território em contraposição às eventuais ameaças ao regime militar -como a guerrilha cubana que se embrenhava na América Latina e tinha na selva amazônica sua porta de entrada mais evidente (Linhares, 1999:182-195)- além do já citado processo de internacionalização da Amazônia, que volta a aparecer em inúmeros depoimentos colhidos ao longo da pesquisa.

“(...) junto com dois associados da cooperativa, irmãos, nós resolvemos nos aventurar em Mato Grosso, descobrir as oportunidades, já se falava muito em soja no Cerrado e tal, e aí nós viemos em 1980, em 79, conhecer Mato Grosso, Município de Alto Taquari e se encantamos lá pela Região e com a colheita que nós fizemos lá da safra, lá no Paraná, nós compramos 726 hectares de terra aqui no Mato Grosso, em quatro sócios, eu e o meu sócio original, e os outros dois irmãos”⁵² (FAMATO)

⁵¹ José de Souza Martins, dentre outros, denominou este processo de penetração do capitalismo no campo. “O que caracteriza a penetração do capitalismo no campo é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade” (Martins, 1975:49-50).

⁵² Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO). Entrevista realizada em 16/03/2007, Cuiabá/MT.

A vocação, enquanto uma das propriedades deste campo de poder, por sua vez, embasaria a legitimidade dos processos de ocupação regional, e as críticas às transformações sociais em curso, sobretudo àquelas que já se tornaram leis ou estão em fase de regulamentação pelo Estado. Neste sentido permanece a idéia de herança (de uma tradição) familiar que se transmite por gerações e é resgatada pelos entrevistados como elemento de naturalização das atividades econômicas, práticas políticas, e, enfim, das relações sociais, acarretando uma apreensão linear da História; a qual é entendida aqui como um atributo pertencente à definição da região e do *hábitus* dos produtores locais como algo intrínseco ao processo histórico regional (Bourdieu, 2005).

“Eu nasci em Campo Grande, Mato Grosso do Sul; o meu pai tinha propriedade rural lá, apesar de ser cirurgião dentista, ele trabalhava com pecuária. E eu desde criança, vamos dizer assim, eu já gostava da atividade de pecuária. É uma cidade que a gente viu crescer [...] Meus avós – vamos lá de trás – meus avós também foram pecuaristas – dos dois lados: do lado da minha mãe e do lado do meu pai – então eu gostava desde de criança da área rural” (APROSOJA).

Evoca-se aqui também a noção de “*destino social*”, tal como formulada por Bourdieu em “*História Reificada e Incorporada*”, em que se conta a história a partir dos objetivos que se pretende atingir hoje, de acordo com o projeto social que se tem para o futuro a partir da conjuntura atual. Neste sentido de uma visão político-teleológica, a opção pelo agronegócio reordena fatos e fatores decisivos na constituição não apenas da vocação agrícola de uma determinada região ou país, mas também na conformação das estruturas sociais e de poder vigentes e assim legitimadas.

“Eu sou natural de Presidente Prudente (lá em Pontal de São Paulo), sou de 1953 e produtor rural a 3, 4 gerações. Eu me casei e fui morar numa fazenda em São Paulo que a gente tinha. E acabou que depois – por circunstância de herança e tal – a gente tinha uma outra propriedade aqui e eu acabei dividindo a propriedade com meus irmãos, vendi lá para eles e comprei aqui e vim para cá. A vinda para o Mato Grosso do Sul foi uma opção minha de negociação com meus irmãos, de ficar com maior quantidade de área, que na época valia bem menos do que São Paulo, mas também era tudo mato; tinha que formar tudo ainda, entendeu? Lá eles tinham pronto” (MNP).

Ao contarem as trajetórias individuais e familiares misturam a história do desenvolvimento regional e constroem justificativas e a legitimidade dos processos de ocupação e, por tanto, para a reprodução social e econômica dos proprietários daquelas terras

e de sua concentração nas mãos de alguns grupos familiares locais e outros migrantes gaúchos e paulistas.

“Minha família comprou propriedade aqui no Mato Grosso – e eu vim para cá, em 1986. Me formei em 85; em 1986 eu vim para cá. Era uma pequena cidade também – Campo Novo do Parecis hoje está com 27 mil habitantes; quando a gente veio não era nem município ainda [...]; depois é que veio a emancipação – a gente participou de todo esse processo, vendo uma cidade crescer, vendo uma cidade aparecer e logicamente a gente tinha muitos problemas, do ponto de vista rural mesmo. Precisávamos de estradas – inclusive persiste até hoje os mesmos problemas – e daí então se teve a idéia na época, de fundar um Sindicato Rural lá em Campo Novo” (APROSOJA).

A construção de um protagonismo na história regional também alimenta as imagens refletidas na formação “natural” dos líderes políticos locais, decorrente de suas inserções enquanto proprietários de terras. A idéia de pioneirismo representa um modo particular de participação no processo social que expressa o “*progresso*” enquanto atributo da classe. Dean argumenta que este ímpeto pioneiro remonta a um re-arranjo de forças no período de instauração da I República (1889-1930) e com ela o lema nacional “Ordem e Progresso”, em que a expansão sobre as terras e matas por meio da pecuária e da agricultura “modernas” integradas à indústria eram norteadores da prática comum e incentivada como meio de urbanizar e sanear as regiões inóspitas.

“Não se tratava de um gesto vazio: as duas divisas foram deliberadamente adotadas, em consonância com a concepção da elite republicana de seus melhores interesses próprios. A ‘ordem’ era tomada no sentido da disciplina em nome da hierarquia social e dos direitos de propriedade. ‘Progresso’ significava a aplicação insensata de tecnologia importada em seu nome. A rápida eliminação da vegetação não lucrativa era a marca definidora de ambos os termos” (Dean, 1995:229).

Visão esta que se perpetua mesmo em tempos de Nova República (1980-1986), transfigurada pelas palavras de um diretor da Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG).

Se, de acordo com os autores referenciados acima, é verdade que a expansão da sociedade urbano-industrial e os modelos de desenvolvimentos e de colonização na ditadura militar resultaram de uma maior centralização do poder estatal e de uma re-configuração das redes e fontes de poder em níveis local e regional; como consequência na virada dos anos de 1980, as elites proprietárias de terras, tão logo puderam, se re-articularam em prol de seus interesses específicos. Deduz-se, portanto, da descrição do porta-voz do agronegócio sobre o

período do Pró-Álcool⁵³ a atuação de uma forte concorrência entre unidades federativas e ramos da atividade produtiva, além de uma evidente pressuposição quanto a superioridade econômica, técnica e ideológica de seu projeto *vis à vis* dos demais produtores rurais.

“E aí nesse período surgiu o pró-álcool; grande parte do pró-álcool – dos projetos - foi a gente que fez e foi o estado de São Paulo o estado pioneiro. O Oeste paulista, não é? E havia toda aquela crítica; o estado de São Paulo era um pasto e você estava entrando com cana. Um conceito de energia, o pessoal era contra, sabe? Você num pasto... em cada 3, 4 hectares você tinha um boi; quer dizer, você não gerava riqueza; você não gerava um cluster, uma rede em torno desses projetos, não é?”(ABAG:03)

Interessante notar que também a construção da representatividade política e institucional do patronato rural local é entendida como um feito desta geração de produtores. Geração esta em fase de crise e renovação, que acompanhou a criação de inúmeros municípios, sindicatos patronais rurais e associações de produtores e proprietários rurais.

“Então, a gente cai em questões administrativas elementares. Que o empresário do campo, que tem milhões de dólares, desconhece! Ele não é um empresário do campo, ainda. Ele, até certo sentido, ele é muito aventureiro. E cada vez mais... por que o Brasil você foi caindo na auto-escala, em alta tecnologia, em tremendo investimento de capital. Você foi conquistando o Cerrado, você foi fazendo o plantio direto, foi fazendo a integração lavoura/pecuária – são as 3 maiores revoluções tropicais – e ao mesmo tempo, você está exposto a risco de câmbio, a risco de crédito e de custo, que é o mais caro que existe” (ABAG).

Como se eles fossem os novos sujeitos que apareceram com o agronegócio e representam melhor o que é o empresário do agronegócio brasileiro, com todas as suas contradições. Todo este período de mudanças institucionais e políticas, e de forte anseio social (reprimido pela ditadura) por espaços democráticos de participação e decisão política possibilitou a emergência e a explicitação de diferenças e mesmo divergências políticas significativas nas estruturas existentes de representação patronal.

“[...] E você pode notar que esse novo modelo de representação, eu diria que ele está nascendo no Mato Grosso. Por que no Mato Grosso? – eu tenho uma interpretação minha – justamente pelas pessoas que vieram de fora – as pessoas mais novas – a minha geração que veio de fora, que acompanhou vamos dizer

⁵³ Programa Nacional do Álcool foi um programa de substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool, financiado pelo governo do Brasil a partir de 1975 devido a crise do petróleo em 1973 e mais agravante depois da crise de 1979.

assim, a trajetória de lá para cá e sentiu a necessidade aqui, de se integrar... daquela propriedade rural, se integrar na sociedade brasileira” (APROSOJA:28).

Em “*Capitalismo e Tradicionalismo*” Martins aborda o desenvolvimento das formas associativas e institucionais do capital no campo, que evidenciam a relação entre economia e política, sobretudo, na formação dos grupos de interesse e suas interfaces com a propriedade privada. Em contraposição a empreendimentos agrícolas, pouco ou nada afeitos à ação racional com relação a fins, e, supostamente, distantes de uma noção empresarial de produção capitalista, uma considerável parte de fazendeiros e sitiantes reuniu-se em cooperativas e associações de produtores com intuito de controlar ou ao menos intervir política e legitimamente na esfera da comercialização dos produtos. Ampliava-se, desse modo, o controle sobre as negociações, expandindo e diversificando os espaços de intervenção política e institucional, da produção para a comercialização e também atuando na política de preços, que se fazia tanto pela criação de espaços reconhecidos em institutos já atuantes e fortemente vinculados ao Estado, como o Instituto Brasileiro do Café ou outras associações de caráter classista. Assim “... *indireta e não oficialmente [por] ter elementos seus em postos políticos locais (prefeitos e vereadores), relacionados com a concretização de uma infra-estrutura econômica*” (1975: 18). Temos aí, tanto no associativismo civil como no corporativismo, formas de controle social que nascem nos grupos e classes sociais dominantes com vistas a intervir nas esferas da produção e circulação de produtos, incluindo-se a própria força-de-trabalho e o mercado de terras.

“A gente veio, meu pai sempre entendeu e passou esse conceito pra nós, que para defendermos os interesses do setor, nós tínhamos que participar efetivamente dessa construção de um sistema sindical patronal com uma outra vertente. Na época dele, o sistema sindical era muito assistencialista (...)” (FAMASUL)

Assim, acompanhados de uma trajetória familiar tradicional e vocacional para a agricultura, os representantes sindicais entrevistados também reivindicam para si o protagonismo político na construção e renovação do sistema de representação institucional. Chamam a atenção as afirmativas de que são estados *juvenis* (MT e MS), usadas para justificar tanto a grande capacidade produtiva e de crescimento econômico regional como a modernização e a atualização das instâncias representativas.

“(...) Mas o meu pai, naquele período [1980] já contestava esse modelo e mostrava que havia uma necessidade de que o setor se organizasse com uma representação

política e administrativa mais forte. [...] E eu me formei e aqui no estado fui o presidente de sindicato mais jovem, na trajetória do sistema no MS. A gente fez acho que um trabalho e aquilo acabou sendo um sinalizador, por que eu acabei virando referência dentro do setor, por que nós começamos a criar, primeiro, um sindicato com prestação de serviços específicos ao produtor?” (FAMASUL)

E isso, em boa parte, dada a emergência de formas de conflito reguladas por legislação específica e por todo o edifício institucional do Estado de direitos.

Capítulo III - Re-significando práticas e discursos em função da questão ambiental

Abordaremos aqui o processo de adequação e re-significação das práticas e discursos patronais *vis a vis* da questão ambiental. Na medida em que os representantes patronais entrevistados produzem um discurso que demonstra conhecimento e reconhecimento da história do lugar, emergem e consolidam-se representações de si e do outro, (re)definindo ou (re)alimentando os processos identitários.

Por outro lado, a necessidade de construção de uma imagem “*nós, os hábeis*” foi identificada como uma das facetas da retórica patronal na Nova República (Bruno, 2002) e que podemos dizer permanece ainda hoje no centro da relação que este patronato estabelece com os demais grupos sociais. Isto porque ao se modernizarem, compreendem que também se inscrevem de modo mais concreto na acumulação internacional do capital, além de se fortalecer politicamente. Há um reconhecimento de que o patronato rural tem esta habilidade em incorporar novos hábitos políticos, como o *lobby* e a eleição de representantes diretos para atuação no Congresso Nacional, mesmo sem abandonar práticas de classe, como a violência e a opressão sobre os trabalhadores. Importante frisar que esta incorporação ou transformação de hábitos e discursos passa necessariamente por uma elitização dos argumentos. Esta elitização significa acima de tudo tomar distância do que eles alegam ser argumentos ideológicos e se pretende mais próximo do saber técnico-científico e, melhor ainda, quando se refere ao burocrático.

A partir destes mecanismos que atuaram no jogo político é que trilharemos os meandros da narrativa dos entrevistados no sentido de enfrentar a questão ambiental como uma faceta importante e inegável da luta simbólica atual. Num primeiro eixo trataremos das conjunturas regionais e das re-leituras propostas pelos agentes a partir dos debates postos; o entrave ao desenvolvimento pelo meio ambiente; O segundo eixo abordará as concepções de meio ambiente que informam os representantes e a medida em que se refletem nos esquemas de sua representação social e política. O terceiro eixo é composto de uma análise sobre a idéia de modernização da propriedade (a qual reaparece freqüentemente na retórica patronal, como

podemos ver anteriormente) veiculada pelos entrevistados como uma das formas de incorporação das demandas ambientais legais, e desvendada aqui como uma apropriação e inversão do que é *constrangimento ambiental* em incentivo à propriedade, ao produtor e a produção agrícola.

3.1 Conjunturas regionais e a atualização da história

“O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente (...), quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas quanto simbólicas; ou se prefere a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais e simbólicos ligados às manifestações simbólicas da identidade social. Nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida a sua identidade social que está em jogo” (Bourdieu, 2005: 124)

Numa releitura dos processos históricos a partir de categorias atualmente utilizadas como o *agronegócio*, a perspectiva de crescimento social e econômico está sempre vinculada ao modelo produtivo dos setores patronais no campo. Assim, utiliza da amplamente conhecida estratégia dos grupos dominantes de transformar em projeto nacional aquele que é formatado no seio de sua classe.

“Olha, a economia do estado [MS] está alicerçada em dois pilares, é a pecuária e a agricultura e agora a gente colocou um terceiro pilar que é a bioenergia. (...) Tudo que afeta economicamente esses setores faz com que a gente tenha prioridades. Por exemplo: houve uma queda violentíssima [no preço da] arroba⁵⁴ que afeta toda a economia do estado. Isso afeta padaria, o mercado, escola particular, o posto de gasolina, por que você não tem um parque industrial, não tem outros setores que equilibrem.(...) Então tem uma crise, ela sai do campo e começa a ser uma crise também da sociedade” (FAMASUL)

Assim, histórias pessoais e regionais se misturam nos depoimentos dando a entender que cidades e famílias se desenvolveram naturalmente, numa amarração entre aspectos

⁵⁴ Unidade de medida de peso a partir do qual se calcula o preço do boi. Uma arroba = 15 kg.

tradicionais e modernos, morais e técnicos, materializando modelos de exploração econômica para a região. Próprio dos representantes das unidades federativas de MT e MS, está arraigada à idéia de fronteira e de exploração da fronteira (ou ainda da expansão da fronteira agrícola) a identidade do *pioneirismo* e do *empreendedorismo* em sua face mais renovada (Martins, 1997 e Bruno, 2002).

“Vamos falar do estado de Mato Grosso: todas, todas; em 100% das cidades que nasceram de regiões produtivas, ou de agricultura ou de pecuária, elas progrediram muito. São boas cidades, com condições de vida muito boa, com infra-estrutura muito boa. Agora, já as outras, que já eram bem mais antigas, elas ficaram do mesmo tamanho; não houve desenvolvimento. Porquê? [...] Foram cidades que nasceram de garimpo, cidades que nasceram por qualquer uma outra atividade, sem ser atividade do agronegócio. A diferença é gritante. [...] No Brasil inteiro. A senhora vê o seguinte: toda a nova fronteira agrícola, ela gera riqueza” (APR/MT)

“E nós como empreendedores, nós acreditamos naquilo que nós fazemos; nós nos entregamos; nós amamos esse trabalho. E esse estado – em particular o Mato Grosso – é constituído de uma geração... o Governador Blairo Maggi, e uma porção de pessoas que têm essa filosofia; foram criados, educados trabalhando; os pais não tinham aquele capital. Muitos deles não tinham nada!” (AMPA)

Pautados nestas versões da história do desenvolvimento regional, o sentimento de pertencimento ao local, bem como de que o local lhes pertence, evoca críticas e posicionamentos acirrados sobre as políticas públicas voltadas para outro modelo de desenvolvimento, como assentamentos rurais e agricultura familiar, e sobre as leis que regulam o uso deste espaço, ou seja, que intercedem sobre as relações sociais estabelecidas por “eles” ou a partir de seus referências de poder.

“Olha você sabe que existe uma migração, eu não sou matogrossense; eu sou mineiro. Mas meu pai veio para o Mato Grosso há... meu pai veio para o Mato Grosso há 45 anos atrás, tá? Há 45 anos atrás e, depois nós viemos; passou um tempo e a família acompanhou ele pra cá. E hoje por exemplo, eu sou muito mais matogrossense do que muito matogrossense existente aqui; gosto muito deste Estado. Se me oferecer o dobro do que eu tenho para voltar para Minas Gerais, eu prefiro perder a metade e mudar para frente dentro do Mato Grosso mesmo” (ACRIMAT)

Do mesmo modo, o pioneirismo de algumas famílias aparece como fundamento para questionar novas regulamentações sobre o uso da terra e das propriedades, em detrimento de uma suposta vocação agrícola do Mato Grosso. Assim o mesmo elemento que serve para negar aquilo que se lhe opõe, serve, num outro momento do discurso, para legitimar-se diante

das novas condicionantes do jogo. Neste sentido, ao destacar o empreendedorismo do indivíduo que foi “*abrir propriedades*” na região Norte do Brasil, justifica que este não deve ser culpado por uma lógica que era antiga ou se inadequada foi proposta pelo Estado.

“Agora eu quero perguntar para você o seguinte: uma pessoa, como o meu pai ou como eu, que fui chamado para vir para o Mato Grosso para ocupar esse estado aqui, como chamaram para ir para o Acre, para ir para o Pará, para ir para esses lugares ai, e que quando nós viemos nós tínhamos Leis estabelecidas, do que nós podíamos fazer. Ou seja, nós podíamos abrir até 50%, em Cerrado até 80% e tal; Lei! Eu tenho uma propriedade que a minha escritura diz o seguinte: eu posso abrir 50%; 50% já é registrada em nome... são áreas de reserva. Ai depois vem uma Medida Provisória mudando uma Lei que eu tenho na minha escritura” (ACRIMAT).

Perpetua-se aqui a reificação de histórias e de versões sobre a História de uma região, como instrumento de auto-identificação com um contexto que legitima a sua participação nesta história. Mais que isso, essa participação, uma vez legitimada, reconhecida, fortalece a sua existência para a sociedade a partir do olhar de quem descreve e classifica a região. Na leitura das entrevistas identificamos a presença de um conflito pela caracterização do bioma da região e conseqüentemente pela adequação da legislação que irá vigorar no Mato Grosso em função das necessidades do setor produtivo de alimentos. Esta disputa travada em torno da vocação produtiva ou vocação agrícola da região, retorna em várias entrevistas também num tom de crítica e desqualificação da atuação de órgãos ambientais do poder público, da legislação ambiental e de movimentos sociais e ONGs ligadas às questões ambientais⁵⁵.

Ao responder sobre a diversidade do agronegócio, se refere ao desenvolvimento econômico no Brasil como um processo diretamente vinculado aos produtos alimentares e primários produzidos no meio rural. Assim não apenas atribui um destino social ao Brasil e da sociedade brasileira, como ao tentar definir a realidade o faz partindo de um pressuposto de que existe uma verdade, uma História a ser contada e resgatada. O Brasil é o país do futuro, e o agronegócio e as regiões que são consideradas periféricas, são centrais para o triunfo nacional.

“Então se a gente for analisar o poder de multiplicação que tem um produto rural, é muito grande. Eu digo, eles falam que 42% das exportações brasileiras são de produtos rurais, 30% dos empregos são de produtos rurais, mas se agente levar esse conceito que estou botando as raias mais radicais, a gente vai ver que

⁵⁵ Como veremos no item a seguir, o meio ambiente atravessa grande parte das preocupações políticas do setor, tanto em termos da atuação das entidades junto ao poder público e perante a sociedade, como na construção da representação política.

praticamente o Brasil vive do agronegócio. Nós temos muito pouca coisa que não esteja ligada ao nosso emprego caso nosso aqui do estado, é praticamente tudo porque até o turismo que nós temos é o turismo rural.” (ACRISSUL)

Junto à argumentação de que na história do pantanal, que “*é o bioma mais preservado do mundo*”, as características naturais se mantiveram em conjunto com as atividades agropecuárias existe o esforço em responder ao estigma de que vem sendo depositário os estado do MT e MS por degradarem suas riquezas naturais (Amazônia, Cerrado e Pantanal), construindo então uma outra imagem-identitária para as regiões. Nesse contexto, a memória sobre a degradação ambiental na região é evocada como argumento para rebater as críticas dos ecologistas e as ações do Ministério Público, empenhadas na preservação ambiental no Pantanal.

“Eu acho que o único problema de meio ambiente mais serio que nós temos é o rio Taquari que, diferentemente do que muito do que os ecologistas falam, que foi o desmatamento que acabou como rio Taquari, mas, o rio Taquari era um rio que nunca, até onde eu saiba, teve mata ciliar, ele sempre foi um rio que correu no campo, e graças à ocupação realmente ele foi muito assoreado. Então nós só não conseguimos recuperar o rio Taquari, porque os ecologistas não deixam. Cada idéia que aparece, aparecem 200 contra, inclusive o Ministério Público, cada um com sua idéia, e nós temos hoje tecnologia suficiente e nós já perdemos dinheiro do BIRD a fundo perdido, pra recuperar o rio Taquari, e não fizemos pelas brigas que os ecologistas criaram aqui dentro, criaram tanta discussão que não tem solução.”(ACRISSUL)

Destacamos por fim o forte sentimento de protagonismo do desenvolvimento econômico e tecnológico de algumas regiões, como São Paulo, e do Brasil, enquanto produtor de alimentos, que é constantemente atualizado no discurso dos representantes patronais visando reforçar os aspectos positivos dessas atividades produtivas dirigidas sob a batuta desses grupos.

“Então, são consumidores novos que estão se inserindo. E o Brasil tem esse desafio. Porque o meu avô lá trás e o avô, o pai do ministro Roberto Rodrigues, por exemplo, são pessoas que sempre falaram: o Brasil é um país de vocação rural, o Brasil é fornecedor de comida. Mas isso não acontecia. Aconteceu. Começou acontecer agora, com essa explosão de desenvolvimento que existe no mundo!” (ABAG)

Podemos deduzir então a idéia de que nas terras onde estão instalados esses grupos econômicos sempre há oportunidades e riquezas a serem apropriadas, e isso acompanha a identidades desta classe.

“Porque você pega hoje São Paulo, é um cluster energético. Tudo aqui! Você quer fazer uma coluna de destilaria, você produz aqui, sabe? Todo o serviço é aqui; toda a tecnologia é aqui. Então, nesse passo, o alimento é de fato... ele não tem a nobreza da energia. E o alimento, a concepção que a gente tinha de alimento – de arroz, de feijão – é muito diferente; hoje é nutrição. Você não fala mais em comida, não é? Então, são todas essas mudanças que a gente teve na segurança alimentar.” (ABAG)

Identidade, esta, que segue a tendência histórica das necessidades de organização e reconstrução da imagem dos produtores e empresários rurais diante dos principais embates e conflitos que são inerentes ao processo de territorialização do capital no campo (Delgado, 1985; Leite, 1997), conforme podemos identificar num atualíssimo discurso do Departamento de Agronegócio da FIESP, indicando ainda uma reconfiguração da representação política do agronegócio no Brasil, incorporado à maior instância de representação dos setores industriais nacionais (Bruno, Carneiro e Sevá, 2008).

“Então quer dizer, era passar para a população uma visão – eu não sei se menos distorcida – mas falar um pouquinho do que o agronegócio representa para a região, em termos de geração de emprego, em termos de responsabilidade social, ambiental”. (DEAGRO/FIESP)

Aqui se esboça a necessidade de fazer se aceitar em outros espaços sociais e culturais, para além do empresariado e dos mercados internacionais. Mas demonstra também que as lutas simbólicas locais são mais difíceis de serem vencidas, já que estão em disputa agentes que têm posições diferentes na mesma história, região ou processo político⁵⁶. A criação de um departamento de agronegócio dentro da FIESP, que tem na ponta da língua um discurso próprio do marketing de classe, indica concretamente que além das antigas demandas em relação ao Estado, por um Estado que proteja a agricultura nacional, que dê mais crédito e subsídios a agroindústria e que garanta maior competitividade dos agentes brasileiros do agronegócio no mercado internacional; a incorporação do que já foi crítica ao empresariado e ao modelo de acumulação, que gera muita desigualdade social apesar de gerar também muita riqueza, é visível tanto no discurso quanto nas práticas institucionais.

⁵⁶ No caso acima, estava em jogo a reconstrução da imagem do agronegócio da cana para os moradores das cidades de Ribeirão Preto e vizinhas, voltado especialmente para as mães, que muito sofriam com as crises respiratórias dos filhos e com a sujeira gerada pela fuligem produzida na queima da cana.

3.2 As concepções de meio ambiente e a relação com o desenvolvimento da agropecuária

“Nada há de menos inocente do que a questão de saber se devem incluir no sistema dos critérios pertinentes não só às propriedades ditas ‘objetivas’ (como a ascendência, o território, a língua, a religião, a atividade econômica, etc.), mas também as propriedades ditas ‘subjetivas’ (como sentimento de pertencimento, etc.), quer dizer as representações que os agentes tem das divisões da realidade e que contribuem para a realidade das divisões” (Bourdieu, 2005:120)

Partindo da premissa de que o meio ambiente não se reduz aos seus atributos físicos e materiais, entenderemos e trataremos a categoria de meio ambiente como algo que “*é atravessado por sentidos sócio-culturais e interesses diferenciados*” (Acselrad, 2005:7). Assim sendo, como veremos adiante, ao falar de questão ambiental, em várias regiões do Brasil, estamos necessariamente falando de projetos políticos em disputa, conflitos sociais e relações de poder (Binsztock,1998; Madeira Filho,W., Ribeiro,A.M.M. et all, 2007).

Warren Dean, interpreta a história da destruição da Mata Atlântica, sob o prisma do povoamento desordenado e o crescimento urbano e industrial, mas sobretudo da exploração máxima e degradação quase que completa da natureza e de sua fauna, flora e seus habitantes “protetores”, como chamava aos índios. A ambição e avidez por riquezas, de fácil acesso, o descompromisso com gerações vindouras, fazia com que a disputa por terra fosse apenas a aparência de uma disputa muito maior, cujo prêmio

“(...) era de fato, a biomassa viva das árvores, o leito do chão da floresta, a camada de húmus, (...). Esses recursos vivos, orgânicos e minerais eram tudo que a terra continha e de que se poderia extrair lucro. “Fertilidade é um conceito quase tão reducionista quanto “terra” ou “propriedade”, embora seja também evidência da mesquinhez e ignorância humanas” (Dean, 1996:231).

Roberto Moreira propõe falarmos de uma renda da natureza, como uma roupagem da competição intercapitalista pela apropriação do conhecimento sobre a natureza, e do capitalista agrário como uma fração de classe dominante do capitalismo. Ao reinterpretar a figura do proprietário de terras identifica nos processos de apropriação de saberes científico e tecnológico o eixo das inovações desses elementos-chave da dinâmica social, econômica e cultural da contemporaneidade (Moreira, 1995). Tornando visível a necessidade de se

reinterpretar o significado do monopólio de classe sobre os recursos da natureza e não apenas da terra, cujas características nacionais de apropriação privada são marcadas por um patrimonialismo, por meio da idéia de um capitalismo ecológico que foi “obrigado” a incorporar “constrangimentos ambientais”.

Resgataremos aqui as percepções e usos do termo meio ambiente na fala dos representantes patronais e suas múltiplas vinculações com a agricultura e outras atividades produtivas desenvolvidas nas regiões pesquisadas e às suas organizações classistas, promotoras de uma ordem social e moral. O termo meio ambiente aparece nos depoimentos dentro de um amplo e confuso leque de palavras e termos atualmente utilizados pelos mais diversos meios de comunicação, pelas políticas públicas e por estudos acadêmicos, para se referir às questões e problemas ecológicos, sociais, culturais, políticos e econômicos que envolvem o uso e o controle do acesso à água e ao solo e de outros recursos e potencialidades.

Neste caso, se deseja saber quais as estratégias discursivas e políticas das elites agroindustriais sobre os conflitos ambientais.⁵⁷ Mais que isso, conforme sugere Carneiro (2005), trata-se de identificar os elementos constituintes desse campo e então elencar aqueles dominantes e as relações de poder ali mantidas ou renovadas e sob quais roupagens.

Esta relação social estabelecida entre os homens por meio da apropriação privada da terra passa por um grande debate internacional sobre o futuro das sociedades humanas diante de um eminente esgotamento dos recursos naturais e dos processos de aquecimento global. Interessante destacar nas percepções oriundas dos discursos reunidos com os porta-vozes patronais menção recorrente a uma visão naturalista, de que existe uma *natureza intocada* como identifica Diegues (2000). Tal visão casa com as recorrentes afirmações de que o Brasil ainda tem muita floresta, muita área para a agricultura e pecuária crescerem, que ainda se pode abrir muitas fazendas, criar muitos pastos, etc. Mas esta é sobreposta por uma concepção de natureza ligada à formação das fazendas e as atividades produtivas desenvolvidas, que em certa medida se funde, ao mesmo tempo, com as tensões e disputas postas ao longo de décadas entre as políticas de preservação ambiental e programas de “desenvolvimento” e modernização.

O representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul, ao ser indagado sobre a relação entre a agricultura e o meio ambiente, afirma que o produtor tem uma noção de conservação “forte” e que não é ele que está em contradição com a preservação

⁵⁷ Para uma análise do que se pode chamar de campo ambiental, em construção, ver: Acserald, 2004^a; Acserald, 2004b; Zhouri, 2006; Lopes, 2004; Porto-Gonçalves, 2001; Porto-Gonçalves, 2007; dentre outros.

da natureza nem com o contexto de modernidade e globalização, mencionado como o propulsor desta mentalidade ecológica e ao mesmo tempo tecnológica.

“Olha só, o produtor ele tem uma, o produtor que eu coloco como clássico, por que tem que se entender quando você tem todo tipo de produtor aí. Você tem o tipo empresário, você tem as grandes empresas de produção, e você tem o produtor clássico, que é a grande maioria. Esse, ele ta intrínseco à natureza. Ele conhece a natureza como ninguém. E ele vai estruturando a sua produção exatamente de acordo com aquilo. O problema é que depois você começa a criar um sistema de modernidade que é colocado a ele, e ele acaba pra gerar cada vez mais renda, por que nós somos obrigados, aí vem a tecnologia.” (FAMASUL)

Neste universo resgatamos das falas do representante da Associação dos Criadores de Mato Grosso, a percepção de que a partir dos diferentes modos de inserção social e produtiva, ou seja, na agropecuária, na agroindústria, diferentes visões sobre o meio ambiente são elaboradas como elementos de distinção entre frações de classe dos “produtores” e suas relações com a chamada modernidade.

“... isso ai é uma coisa que é visível e ela é de sentimento. Quer dizer, nós temos proprietários – e a grande maioria deles hoje tem trabalhado de acordo com a legislação ambiental - respeitando o meio ambiente e fazendo até mais do que isso. Agora, nós temos, como em todas as categorias, tem pessoas que ou devastam, degradam – ta certo? Que não estão muito preocupadas com essa questão do meio ambiente; ou até por questões de falta dessa consciência que eu estou te dizendo que é uma consciência que hoje ela tem nos acompanhado muito e tem nos mostrado muito isso.” (ACRIMAT)

Dentre outros, o representante da Associação de Criadores do Mato Grosso do Sul relaciona a trajetória do pantaneiro e do mato-grossense à lida com pessoas e situações diferentes e com a facilidade seja em incorporar novas questões e valores em seu cotidiano e modo de vida, seja no que concerne à noção de preservação ambiental. Seguindo uma lógica determinista do ponto de vista geográfico, seus argumentos remetem a um reconhecimento de que as transformações na relação homem-natureza acontecem e devem ser devidamente consideradas por suas entidades de representação:

“[...] isso aqui no Mato Grosso do Sul, nós temos alguma sorte. A primeira delas é que o mato-grossense, eu falo mato-grossense eu tô falando dos dois estados. Por causa das dificuldades no passado, de comercialização e que tinha que levar o produto pra vender em São Paulo, todo mundo viajava muito, todo mundo ia a cavalo, todo mundo ia aqui a São Paulo a cavalo, então como todo bom viajante, o mato-grossense é aberto, na sua grande maioria a mudanças, aberto as novidades, eu pessoalmente atribuo isso a essas viagens que faz parte da pecuária e da historia

da colonização aqui do estado. E nesse entendimento o mato-grossense via-de-regra gosta dos animais, como gosta do boi ele gosta do animal silvestre também, então, ele é um preservador nato, isso que foi feito, essa preservação que ta aí ela aconteceu pela natureza do mato-grossense.” (ACRISSUL)

Assim, podemos apontar ao menos três perspectivas de orientação do discurso sobre a natureza e o meio ambiente, as quais serão abordadas ao longo do texto: (1) a responsabilização do Estado pelo passivo ambiental nas regiões de expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, desde 1950; (2) há comportamentos excepcionais no meio deste perfil “conservador/protetor” dos produtores, ainda que a maioria esteja de acordo com as regras e normas ambientais; (3) reconhecem que as mudanças acontecem e são necessárias, mas, apontam as mesmas como resultado de uma mudança em suas consciências, ignorando as transformações imputadas pela sociedade e pelo mercado.

Ao ser perguntado sobre suas concepções sobre o meio ambiente observamos sempre uma referência a ambientes construídos baseados em suas trajetórias pessoais. Ou seja, retornam às suas propriedades, plantações e rebanhos pela memória das fazendas. Re-elaboram, hoje, um conjunto de elementos constitutivos das representações produzidas acerca da sociedade e da natureza. Assim, a paisagem re-construída aparece como um elemento natural, vinculando historicamente a noção de meio ambiente às propriedades rurais no Mato Grosso do Sul, e como objeto de disputa legítima de ocupação e uso da terra. O presidente do Movimento Nacional de Produtores expressa bem esse esforço em apropriar-se das críticas, de ambientalistas aos agropecuaristas, e ao mesmo tempo rebater as ações do Estado que outrora os beneficiou, como promotoras e incentivadoras da devastação ambiental.

“A propriedade é perto e eu poderia andar com você, numa propriedade rural para você ver, a 40 km daqui, você vê anta, veado, lobo-guará – eu não tenho mais ovelha na fazenda, porque as onças comem – e é a 40 km de uma capital. Essa consciência de meio ambiente, eu não nasci com ela; fui adquirindo com o tempo.(...) Agora, o próprio Governo é responsável pelo desmatamento que houve no passado. Quando eu estive no Acre – nossa senhora! – nunca ninguém falou que eu podia desmatar 10, 20, 30, 50 ou 100%; que isso; ‘Mete o pau e faz o que você quiser.’” (MNP)

Neste sentido, tanto a idéia de preservação como a de conscientização dos produtores –além de desconsiderar que a “*consciência ambiental*” já é pauta política internacional e que já se tornou questão também para a sociedade brasileira- vêm carregadas de crítica aos setores públicos de proteção ambiental (como o IBAMA e o CONAMA, em nível federal, por exemplo) que, segundo acusam, renegam a história regional e as condições ambientais e

jurídicas enfrentadas pelos proprietários rurais ao chegarem na região de fronteira ou ao iniciarem o processo de “*abertura*” de suas propriedades.

Muitos lançam mão de uma suposta prerrogativa histórica para contestar o processo de regulamentação do uso do território, que aparece como empecilho aos seus interesses e projetos de investimento e sucesso. Misturando lógica de sobrevivência e necessidades básicas experimentadas pelos trabalhadores que abriam as fazendas, anos 60-70 do século passado, com o ímpeto desbravador dos que se auto-intitulam pioneiros na Amazônia, o presidente da Associação Mato-grossense de Produtores de Algodão, corrobora a visão elitista das classes patronais rurais que desconhece, por assim dizer, a presença de outras populações e comunidades na floresta. É a construção permanente de um “*nós*”, em oposição a um “*eles*”, que delimita os termos, os agentes e as propriedades da disputa (Bourdieu, 2005).

“Você imagina num contexto, 50 anos atrás, malária aqui direto – era o campeão mundial de malária, a nossa Amazônia aqui – o cara vai abrir... e é normal que o cara vá até a beira do rio. Hoje os ecologistas e etc., eles não vêm. Vamos ter até que replantar agora, porque na época era questão de sobrevivência – cobra e outros bichos mais – até animais – onças e etc. – então o jeito era limpar tudo. Então, há uma justificativa contextual. Não é ignorância de Lei, de qualquer coisa; era sobrevivência, senão não ficava.” (AMPA)

As alterações da legislação no sentido de regulamentar a ação dos proprietários privados e dos produtores rurais, ou ainda de enquadrar as atividades agroindustriais em novos marcos legais, que considerem novas condições ambientais objetivas do ponto de vista do uso dos recursos naturais e do solo, são sempre entendidas como uma afronta à classe que “*ajudou a desenvolver o País*”, sua competência técnica e poder econômico. E, nesses momentos, reaparece a lógica de responsabilização do Estado por seus erros e fracassos, e a imagem espelhada de si mesmo como a de um grupo social “*perseguido, desvalorizado, maltratado*” pelo Estado, pela imprensa e pela opinião pública (Bruno, Carneiro e Sevá, 2008).

Apesar da resistência dos grupos patronais às mudanças, a idéia de que a conjugação entre preservação ambiental e produção agropecuária abre um processo que na visão de alguns representantes ocorre “*naturalmente*”, seja pela conscientização do produtor seja pela imposição “*da globalização e dos mercados consumidores*”. Esta naturalização dos processos sociais é parte de uma perspectiva evolucionista, cuja trajetória orienta os preceitos do modelo empresarial burguês de organização da produção industrial e de representação política das elites brasileiras. A Organização das Cooperativas do Brasil tem na voz de seu presidente a

mais clara definição do conceito de *sustentabilidade*; definição mais elaborada e melhor enquadrada na linguagem técnica do que outras entidades de representação como as do sistema sindical ou mesmo do associativismo por produto e multiproduto – as quais ainda patinam consideravelmente na trama de termos e nomeações atribuídas neste campo da política ambiental. Para o representante máximo do cooperativismo no Brasil é inexorável se chegar a “*um equilíbrio*” entre desenvolvimento e preservação ambiental.

“Hoje não dá para falar em produção, em desenvolvimento, em crescimento; sem sustentabilidade. Eu acho que isso não existe mais na agenda – não é de cooperativa não! – não existe na agenda de agricultor; agricultores individuais. A grande, grande, universal maioria dos agricultores brasileiros hoje, têm uma noção muito clara de preservação ambiental; de sustentabilidade, de equilíbrio. [...] Então esse processo é um processo que é muito natural” (OCB).

Chama a atenção a constante apropriação e re-significação de críticas e embates colocados por grupos políticos e movimentos sociais populares seja às estruturas de dominação e poder representadas pelo Estado, seja às mazelas geradas pelo sistema capitalista (e seus administradores e operadores) e repartidas invariavelmente entre trabalhadores e camadas pobres da população. O que quer dizer que há a presença constante dessas reivindicações e de seus sujeitos (ainda que fisicamente ausentes) que pauta as estratégias discursivas e institucionais dos setores patronais rurais nacionais. Os obriga, assim, a expor seu pensamento e demonstrá-lo como uma colcha de retalhos tomados oportunamente de empréstimo de outros grupos sociais.

Esse é o caso da fala do “*último dos caciques*”, como se auto-denominou, o presidente da ACRISUL, de família antiga e tradicional na agropecuária e na política regional. Um senhor de experiência e sapiência, cuja visão de mundo corresponde a uma das maiores críticas do movimento sócio-ambientalista aos ecologistas e ambientalistas da corrente preservacionista, que propõem modelos de proteção da natureza voltados para a preservação das espécies ameaçadas pela ação humana na terra. A crítica dos sócio-ambientalistas, como bem destaca Antônio Carlos Diegues, recai justamente sobre uma definição *biocêntrica* de natureza que exclui o homem do equilíbrio ecológico dos ambientes “naturais”, supostamente “*virgens*” e “*intocados*” (Diegues, 1994).

Vejamos como se constrói o argumento do ruralista para provar que eles sabem e praticam ecologia “*sem questões políticas por trás*”. Sua fala tem início num debate político de dentro da ciência da ecologia e culmina numa crítica moral e desqualificante aos que se

mostram, em sua opinião, no cenário atual como os principais adversários do desenvolvimento da agropecuária e do agronegócio no Brasil.

“A nossa preocupação, é primeiro preservar o meio ambiente, nós temos um entendimento de que o homem faz parte do meio ambiente, e o que a gente vê muito principalmente nas grandes cidades os ecologistas todos falando, eles tratam o meio ambiente como se não houvesse o ‘nós’. Temos que conseguir compatibilização das duas coisas e nós temos tecnologia suficiente pra fazer isso. Nós não precisamos e não podemos produzir agredindo o meio ambiente, agora o meio ambiente não é uma religião”.(ACRISSUL)

Ao responder sobre a relação entre agricultura e preservação ambiental, também reagem fortemente ao radicalismo da lei que os regula e limita sua ação (e livre arbítrio) sobre a própria terra. Interessante destacar nestas situações a incorporação de críticas também feitas pelos movimentos sociais às políticas preservacionistas, portadoras de uma visão excludente do homem com relação ao ambiente natural.

“Nós não vamos ter um desenvolvimento sustentável e limpo, sadio, sem um meio ambiente preservado. Mas por outro lado eu também acredito que nós não podemos ter uma paranóia. O ser humano – até diante de Deus – é muito mais importante do que qualquer outra coisa. Se a gente precisar desmatar a Amazônia para se alimentar, nós vamos ter que desmatar a Amazônia e que se (#*+#) o quê que vai ter que acontecer; nós vamos ter que cuidar depois do que vai acontecer. Mas o que não pode é a gente morrer de fome, para não morrer com sei lá o que, com aquecimento global depois de amanhã.”(MNP)

Por outro lado, as situações cotidianas de conflito acirram as diferenças e acentuam as disputas em torno de projetos de desenvolvimento e de preservação e evidenciam as posições tomadas pelos diversos agentes. Um dos resultados desta tensão é a repetida noção de *sustentabilidade*, e a apropriação do conceito de *serviços ambientais*, como um dos caminhos adotados pelo empresariado rural contemporâneo, numa clara menção aos preceitos de responsabilidade social e ambiental das empresas; isso, principalmente, no caso de indústrias de grande porte que produzem muitos resíduos, comprometendo a convivência com outras populações e organizações produtivas em seu entorno.

Isto se explicita, e de forma bem acabada, no seguinte “*resumo da atuação do agronegócio diante da questão social*”, que abaixo transcrevemos:

“Ninguém fala hoje, quer dizer, ninguém vê como viável – como sustentável – uma atividade sem responsabilidade social, sem responsabilidade ambiental;

ninguém vê isso mais como viável. Quem vê isso aliás, como viável, está correndo o mesmo risco daquela pessoa que não se enxerga dentro desse contexto do agronegócio. Uma vez me perguntaram que se pudesse resumir a atuação... olha, qual é a grande palavra do Departamento? É sustentabilidade. Então a gente... essa grande bandeira, Sustentabilidade” (DEAGRO/FIESP).

Ao que parece a idéia de sustentabilidade vem imbricada na garantia de sustentação econômica da atividade produtiva e de retorno financeiro sobre as práticas de preservação. A idéia de “ (...) *linkar o meio ambiente com dinheiro*” está pautada na fala da presidência de uma das instituições mais tradicionais de representação patronal do campo no Brasil, a Sociedade Rural Brasileira, simbolizando a renovação do espírito capitalista agrário - “*o poder do atraso*” nas palavras de José de Souza Martins- incorporado pelo discurso ilustrado e cientificamente balizado.

“Então nós temos que usar nossa inteligência. Por que nós não vamos fazer da recuperação florestal, da recomposição das florestas nativas, não podemos fazer um business? Nós podemos. Vai ser o fomentador, a grande alavanca, para não haver briga. Sem brigar, sem atritar o público com o privado. O privado o empresário e o público a sociedade. A sociedade tem que estar permanentemente interagindo conosco” (SRB).

É clara a reivindicação do “/setor” quanto ao ônus que recai sobre ele pela exigência de cumprimento da função social da propriedade: tanto no aspecto produtivo como no trabalhista e no ambiental, alegam de um modo geral que produzem para alimentar, empregar e proteger o meio ambiente para a sociedade, sacrificando assim seus lucros em benefício de toda a sociedade. Assim, seguem uma lógica de prestadores de serviços para a coletividade e esta deveria retribuir-lhes; a renda que eles poderiam estar apropriando si de suas terras, mas que dela abdicam para preservarem a “*mata nativa*” (sic), deve ser ressarcida, em incentivos e em benefícios fiscais e políticos. Ao mesmo tempo reforça-se o *ethos* utilitário capitalista que valoriza a motivação da consciência (no caso a ecológica) em troca da garantia de vantagens e premiações para o indivíduo; e, ao invés disso, de sanções e regulamentações entendidas como punições da sociedade e do Estado ao “setor”.

“E eu acho que é uma coisa de motivar; a pessoa tem que ter consciência ambiental, tem consciência social para fazer isso em primeiro lugar. Poderia ser motivado melhor, se tivessem vantagens tributárias; se você sinalizar, se você... nós temos uma política muito de punir o cara que faz errado. Se você derruba uma

lobeira⁵⁸ lá na beira do Cerrado, nego vai lá e te taca multa; mas ninguém premia quem faz bem feito, sabe? Se o cara fez uma preservação de nascente... muito mais do que APP...” (OCB)

Assim, para que a floresta tenha valor reconhecido e seja preservada pelo proprietário ela deve adquirir um valor econômico a ser pago pelo Estado que é quem implementa as leis que cerceiam sua atividade econômica. É como se o Estado tivesse o dever de assegurar a renda que o produtor deixa de extrair da terra com a agropecuária e a especulação fundiária, substituindo-a por uma renda da natureza cujo ônus é dos contribuintes como um todo. Reproduzindo aqui a mentalidade paternalista e utilitarista dos tempos coloniais que sobrevivem ainda em alguns casos, apontados por Dean que julga que “*plantar árvore não é coisa ligada à exploração agrícola*”, à exceção do chamado *apelativo* da indústria (agroflorestal) do reflorestamento. Quer dizer, para reverter esta forma arraigada de lidar com a terra, como mercadoria e fonte de riquezas inesgotáveis, é necessário que os interessados pela preservação paguem aos proprietários por isso. Ou seja, além de tergiversar à função social da propriedade, perante a lei e perante a sociedade -simplesmente não mantendo áreas de preservação permanente, não solicitando licenciamento para realização de projetos de médio e grande impacto ambiental, desmatando áreas sem autorização, dentre outras irregularidades - fazem um trabalho altamente qualificado e profissional de *lobby* junto ao Congresso Nacional e às esferas estaduais e municipais de regulação ambiental, para assegurar os mecanismos de incentivos fiscais e retorno financeiro para aqueles que se dispuserem a preservar áreas naturais ou recuperar aquelas já degradadas.

Muitos argumentam que se o governo não fizer política pública para o produtor preservar, ele não vai preservar, ele vai continuar queimando e vendendo madeira. Contradizendo algumas falas que apontam a proteção do meio ambiente como algo inato ao produtor e às entidades representativas do setor.

“Nós tínhamos que montar uma estratégia, não através de instrumentos de comando e controle, de multa e tudo mais, porque isso do ponto de vista de eficácia, já se viu que isso não tem a menor eficácia ambiental. Se você não tiver o comprometimento desse pessoal que está aqui pra tentar preservar isso que está aqui, certo, eles vão deixar isso aqui, igual eles deixaram isso aqui.[...] E aqui eu presto serviços agrícolas, eu produzo e tudo mais e as pessoas pagam, porque que não pagam aqui pra eu prestar serviço ambiental? Aqui eu presto serviço agrícola, aqui eu quero prestar serviço ambiental, eu quero cuidar, não vou deixar entrar

⁵⁸ Arbusto ou arvoreta de até 5 m de altura; copa arredondada e aberta, com distribuição por todo o Bioma Cerrado. Floresce por todo o ano; suas flores são de 5 pétalas lilases com a base soldada umas às outras. Nota do digitador. (Fonte: Internet).

fogo, vou cuidar das águas, das matas ciliares, das encostas, vou cuidar de tudo que for possível aqui, vamos georeferenciar isso, vamos dar, vamos dar nomes até as árvores aqui, pode batizar, cada uma, entra no satélite. Então uma forma é benefício fiscal. A outra forma é transformar isso aqui numa commodity, certo, porque, se eu não ganhar por isso, eu vou ter commodity aqui dentro. No momento que isso aqui pra mim já for uma commodity, então eu não tenho necessidade de fazer algum tipo de intervenção. São três as teses, uma fiscal, outra de serviço ambiental e a outra commodity” (FAMATO)

Mas, enquanto essas teses não se aplicam na prática, podemos perceber um processo de incorporação de *constrangimentos ambientais* por pressões de mercado; nas entrevistas, ficou patente tratar-se de uma adequação requerida para a operação em mercados internacionais. Tanto do ponto de vista da moratória da soja (decretada em 2006) que condena o produtor que “*desflorestar*” áreas na Amazônia, quanto do grupo patronal que procura certificar sua propriedade nos aspectos ambientais e trabalhistas e, com isso, busca desvincular-se da imagem negativa gerada pela adoção de práticas degradantes *vis à vis* da natureza e do homem trabalhador.

A isso se vinculam duas implicações relativas à: (1) pauta de “*modernização do setor*” que passa pelo enquadramento dos “*produtores*” conforme as normas da responsabilidade social e ambiental, lema abraçado pelas empresas (não só multinacionais) na esteira da certificação de produtos exigidos no mundo globalizado e num mercado consumidor *politicamente correto*; e (2) à disputa por esses mercados entre as multinacionais e os exportadores nacionais gerando um clima de guerra econômica que atravessa inúmeras instâncias decisórias, públicas e privadas⁵⁹, dentro do *agronegócio*.

3.3 Legislações e políticas ambientais na fala dos representantes

Vejamos agora como, no trato com os aspectos legais, os porta-vozes do patronato rural constroem sua retórica e seu posicionamento políticos. Assim como para a atuação dos órgãos ambientais, em relação também à legislação ambiental, há um consenso de que estes envolvem um conjunto de normas e práticas anacrônicas, defasadas e inapropriadas para responder às demandas regionais específicas. Entretanto, esta crítica, ou o reconhecimento deste campo legal como um espaço de elaboração de normas -arbitrárias, repressivas e muito

⁵⁹ Esta segunda questão será desdobrada no item 3.3 e é chamado por alguns dos representantes entrevistados de “Colonialismo Verde”.

punitivas, contrárias aos seus interesses - indica ao mesmo tempo uma aceitação quanto a sua importância para o encaminhamento e, principalmente, a realização de seus anseios de classe.

Frisamos aqui não apenas as lutas estabelecidas neste campo jurídico (entendemos o campo jurídico como um espaço de lutas políticas e simbólicas, conforme Bourdieu Thompson, por exemplo), mas os mecanismos de apropriação, por meio da institucionalização das lutas, dos discursos e argumentos em disputa. Identificamos que, apesar de um declarado processo de apropriação e re-significação das lutas, restam inabaláveis os argumentos típicos de um empresariado rural tradicional (Bruno, 2002), cuja principal característica da ação política é a culpabilização do Estado pelos problemas do “setor”, obscurecendo os problemas da sociedade brasileira da concentração e dos conflitos fundiários.

Ressalta-se ainda, complementarmente à culpabilização do outro, a idéia de que apesar de representar a alavanca do crescimento econômico do Brasil a agricultura, a pecuária e a agroindústria são renegados ou mesmo discriminados; e a legislação ambiental prevalece em detrimento dos interesses nacionais, que nas falas colhidas correspondem aos interesses do *agronegócio*. Desta forma, o discurso sobre a legislação ambiental e os órgãos públicos voltados para a questão está embebido do sentimento de patriotismo -já que as idéias e projetos ambientalistas ou ecológicos representam interesses estrangeiros - bem como da expectativa de um gesto protecionista (e benevolente) por parte do Estado, para com a “*classe dos produtores*”. Assim como para a reforma agrária, as críticas aos modelos de reservas extrativistas ou de produção familiar agroecológica ou não mecanizada e industrializada (como as quilombolas e indígenas), recaem sobre a noção de eficácia econômica e se baseiam numa divisão entre o que julgam ser uma questão técnica ou ideológica.

Por fim, veremos aqui também a construção de uma noção de radicalismo, termo permutado dependendo de quem fala e de que posição, aproximando e distanciando no mesmo raciocínio defensores e críticos da política e legislação ambientais, em especial no que diz respeito ao cerceamento que estas impõem aos proprietários de terras e seus (ab)usos sobre a natureza, subordinando-a e aos que vivem nela, a uma “*estratégia calcada exclusivamente no agribusiness exportador*” (Leite, 1995) que se atualiza permanentemente. Este radicalismo é uma das formas explícitas da apropriação de argumentos e críticas feitas por opositores políticos a eles próprios ou às políticas públicas e ações de governo, como veremos adiante.

Começamos pelo argumento que desqualifica ou simplesmente nega a questão. Como forma de tirar do foco do problema ambiental as suas ações e trazer para o lugar a atuação dos órgãos ambientais, tal como á dado entender abaixo:

“É de conhecimento nosso, que a legislação ambiental é muito confusa e cada dia eles complicam mais, para você não entender. E até há desentendimento entre os próprios órgãos; entre eles. IBAMA, SEMA. Veja o caso de uma hidrelétrica! Uma PCH - onde é que eu estou participando desses projetos - cito um exemplo só como referencial. Nós vamos precisar de energia, mas o meio ambiente dificulta a sua implantação! Tem a Lei Federal que reza - um determinado número, você não precisa fazer – a Lei Estadual diz ‘Não! Você vai ter que fazer.’ Mas eu vou brigar? Eu não vou brigar com ninguém”.(AMPA)

Reproduz-se o consenso entre os produtores de que são “*normas e práticas defasadas e inapropriadas para as peculiaridades de cada região*”, consenso este que mobiliza as organizações de classe para reverter o quadro normativo a seu favor.

“Ela precisa de uma revisão urgente! E cada momento que nós atrasamos essa revisão do Código Florestal, os problemas vão se acumulando e vai tendo solução difícil. Por quê? A situação de São Paulo é diferente da situação do Amazonas; como é que você vai fazer com o Paraná? São Paulo hoje, diminuiu o desmatamento; aumentou o percentual de área verde. Foi 0,1 também, mas pelo menos já é algum...” (ABAG)

Argumentos como “*a legislação ambiental é muito boa, mas as instruções normativas é que comprometem sua eficácia*”, ou a “*lei deveria ser educativa e não punitiva*”, permeiam as considerações que ignoram os instrumentos do poder público de ingerência sobre suas propriedades e atividades produtivas.

“A legislação é muito rigorosa, e por isso mesmo, e o governo fez uma legislação muito rigorosa, é difícil de ser cumprida, e não tem fiscalização. [...] coisas absurdas nós temos anos de muita seca em que as queimadas é um fato nas fazendas e grande parte delas surgem na beira das rodovias, cigarro que é jogado na beira da rodovia, aí o proprietário vai lá e recebe uma super-multa do IBAMA” (ACRISSUL)

Apreciações de que as regulamentações são “*muito rigorosas*” e “*agressivas*” ao tratar o produtor “*como um bandido*”, alimentam as críticas quanto à omissão do Estado na elaboração de uma legislação ambiental (e trabalhista também) que possa garantir “*segurança econômica*”, seja para “*fixar*” os investidores de capital estrangeiro, seja para amenizar e evitar “*conflitos ambientais*”.

“Agora, você tem que conciliar o meio ambiente com a produção. (...) Tendo uma fiscalização mais efetiva dos órgãos ambientais, por exemplo, se eu chego num

órgão ambiental e peço licença pra desmatamento, ele não tem que olhar isso com radicalismo não, ele tem que olhar dentro de um equilíbrio. (...) Agora, só não concordo com essas ONGs radicais, que querem travancar o desenvolvimento do país. Eu acho que um país só progride quando ele produz alimento suficiente para o seu povo e o excedente ele exporta.” (APR/MT)

Outro recurso utilizado como complemento da crítica à legislação ambiental, pelos grupos pesquisados, passa pela reconstrução de uma história do desenvolvimento (regional e mesmo nacional) que lhes pertence por terem sido eles, seus pais e avós os responsáveis pela abertura das terras de fronteira no Brasil, e, principalmente, por seu engajamento com a produção de alimentos e a geração de empregos para a população. Um caso exemplar é a reconstituição da história do estado do MT, feita por um representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso (FAMATO), com a finalidade de respaldar a crítica patronal à regulamentação de metade das terras do estado como área pertencente à Amazônia Legal⁶⁰. Interessante perceber que esta prerrogativa suscitada não apenas o legitima para criticar a legislação e apontar o que seria o certo para a região, mas também para tomar posição no enfrentamento direto dos conflitos decorrentes das disputas.

“Embora ele [o estado do MT] esteja na Região da Amazônia Legal, que foi uma lei que fez isso né, no entanto faz parte da Região Centro-Oeste, então nós sempre fomos um lugar de conflito, por que nós somos um estado de contato entre a Região Centro-Oeste, que é caracterizada pelo Cerrado, e nós somos o estado brasileiro que tem a maior parcela de Cerrado, (...), e estamos em contato com a floresta, e a área de contato entre Cerrado e floresta no meio tem uma coisa que não é nem Cerrado nem floresta. Aqui é Cerrado e aqui é Floresta Amazônica, não existe isso, nós temos aqui um meio que a gente considera a área de transição, que é sempre um conflito também né, que pra nós, pra quem quer, pode ser Cerrado, e pra outros que não quer, pode ser floresta né”. (FAMATO)

Ao narrar o processo de colonização daquelas terras resgata a noção de vocação agrícola do MT, que deve continuar sendo uma região produtora de alimentos e não se restringir à legislação ambiental vigente, furtando-se ao debate. Simultaneamente recorre ao conflito como forma de resolução ou caminho de enfrentamento aos impasses da legislação ambiental, no que concerne em especial a definição da área de domínio da Amazônia Legal.

⁶⁰ “Com esse dispositivo legal (Lei 1.806 de 06.01.1953) a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Foi a necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região”. Fonte: Portal do Serviço de Proteção da Amazônia. http://www.sipam.gov.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=58&Itemid=37
Acessado em 19/09/2007.

“(...) Mato Grosso ele tem vocação, para a produção de alimento, as pessoas que pra cá vieram, não veio ninguém pra cá motivado por outra razão que não seja essa, ninguém veio pra cá pra fazer manejo de árvore ou coleta de produtos, agroflorestais, ou coleta de essências nativas, ninguém veio pra Mato Grosso com esse objetivo. E nem os que aqui nasceram, os que aqui nasceram eles também coletavam garimpo de diamante, de ouro e tudo mais né, mas não é essa a característica de Mato Grosso, é uma característica para produção de alimentos e que somos os maiores do Brasil nessa área, tanto produtos de origem vegetal, como produtos de origem animal, então é um ativo que o Brasil não pode abrir mão, do Estado de Mato Grosso, porque ele tem vocação, clima, solo, certo, todas as condições, um produtor jovem, empreendedor, certo, corajoso, que transforma esse serrado inóspito, do ponto de vista de fertilidade, certo, em uma coisa maravilhosa aí de produção, produtividade, tecnologia, assim por diante, então é uma área que pelo fato de estar na Região da Amazônia Legal, sempre nós vamos ter um conflito, nós não vamos conseguir superar isso nunca, esse conflito, salvo se essa área tiver um valor econômico (...)” (FAMATO).

Aqui a atualização do discurso sobre a vocação agrícola do país e do Mato Grosso, justifica a primazia do modelo do agronegócio e confirmaria a elite política da situação como uma boa direção política daquela sociedade. Se nos anos 1970, conforme ressalta Leite (1995), não houve uma intensa exploração política da valorização dos recursos naturais no bojo do processo de acumulação internacional do capital, ao qual o *agronegócio* brasileiro se integrava⁶¹, nos dias atuais e na forma de reprodução deste capital, esta promessa de valorização se explicita no termo dominante do *desenvolvimento sustentável*.

“Olha, eu acho que a Legislação Ambiental está muito solta; nós na realidade, não temos uma Legislação Ambiental. Nós temos um CONAMA – um Conselho – que está legislando a questão ambiental por Instrução Normativa. Não tem uma Lei maior regulamentando a questão ambiental no Brasil. Acho que tem muito discurso, tem muita ONG, tem muito órgão falando nisso e pouca coisa concreta. É por isso que nós temos conflitos ambientais, na minha opinião” (OCB)

Interessante observar como os sujeitos na reconstituição histórica atribuem também a ausência do Estado uma série de práticas violentas e devastadoras que aparecem como as alternativas construídas pelo setor para o desenvolvimento da região. Então se o governo não investe na pecuária e na agricultura, visando minimizar os impactos ambientais das grandes lavouras e da ampliação dos pastos, resta aos proprietários a exploração primária dos recursos e a expansão de áreas de plantio e de criação, em detrimento da cobertura vegetal remanescente.

⁶¹ Subordinadamente, como já foi antecipado, como fornecedor de matéria prima (mineral e vegetal), em escala industrial para o mundo industrializado.

“A legislação hoje, ou ela é perversa para o meio ambiente, ou ela é extremista de conservadorismo. Difícil você fazer uma legislação com equilíbrio, por que ela vem nesse contraponto de interesses. Depende de quem, volto a esse exemplo da nossa Bacia do Paraguai, quer dizer ela só não foi alterada por que chegou ao extremismo de se chegar a uma morte.” (FAMASUL)

São dois os aspectos a serem ressaltados nesta fala. Relativo ao fato de demonstrar um certo desconforto na fala do representante da FAMASUL que se expressa na dificuldade em criar um argumento logicamente encadeado e que se complica ainda mais com a tentativa de utilização de termos que não lhe são próprios, nem de sua atividade profissional nem de suas bandeiras políticas, repercutindo o fato a partir de sua percepção e posição social. Ao mesmo tempo, deixa transparecer, por essa falta de domínio sobre os termos, por exemplo ao alegar que a legislação é muito severa, utiliza a palavra “conservadorismo” não se sabe referindo-se ao que: talvez ao conservacionismo (uma das tendências da ciência da ecologia), talvez ao seu caráter conservador por não acompanhar a modernidade, ou ainda os dois? De fato, não dominar esta temática como dominam as questões de crédito e produção agrícola, evidencia uma insegurança dos entrevistados em relação aos entrevistadores enquanto representantes do saber científico, academicamente reconhecido, sentindo-se limitado para exercer algum tipo de dominação simbólica neste campo, como ocorre diante de outras polêmicas.

Alegar indefinição das leis é uma das formas que os entrevistados constroem para explicar a ocorrência e a permanência dos conflitos. Alguns apontam claramente a estrutura legal vigente como a geradora de conflitos. A adjetivação “*uma legislação bem feita*” deixa no ar a pergunta, “*bem feita para quem?*”

“Então se você não tiver uma Legislação bem feita – eles [os promotores] que são os executores – dá guerra isso. Isso dá guerra civil! [...] Eu vejo [pesquisadora], isso daí vai ser pior do que reforma agrária, se não tomar cuidado”.

Pesquisador: Como um campo – espaço de tensão...

Entrevistado: E de conflito. Sabe?... de milícia. Você já pensou um promotor dá uma sentença para o caso de reserva legal, em que envolve 10 mil hectares, envolve milhões? Isso pode ocorrer! Então você cria um estado aí... Aí que vem o risco Brasil. Então muitas vezes a gente não vê porque que o risco Brasil não cai mais. Porque do ponto de vista de marco institucional, nós somos muito voláteis... é...” (ABAG)

Outra característica denunciada quanto as normas e instâncias ambientais públicas é a de serem restritivas, morosas e esvaziadas de conteúdo técnico, além de excessivamente ideológicas.

“Então é uma Legislação extremamente restritiva. A gente tem algum problema de... tem problema de todos os níveis, não é? Morosidade, tem problema também... às vezes essa discussão sai um pouco também da discussão técnica e vai para a discussão ideológica. Tudo que vai para uma discussão ideológica..”.
(DEAGRO/FIESP)

3.4 A modernização da propriedade: certificação ambiental e responsabilidade social

Vimos que a noção de modernização acompanha a conformação tanto da sociedade brasileira como é mote, também, de projeto civilizatório, ora encampado por regimes políticos, ora pelas classes dominantes no meio rural sob a bandeira da modernização da agricultura como via para a “*ordem e o progresso*”. No caso das entidades de representação patronal que entrevistamos, esta noção vem de longe e hoje, além da questão do crescimento da produção agropecuária por meio da modernização tecnológica -que sempre avança e supera tecnologias recém-criadas, como a questão da manipulação genética de plantas e animais, a mecanização das principais grandes lavouras comerciais, dentre outros exemplos- percebe-se que está articulada à outras duas questões; ambas têm seus contornos delineados pelas lutas sociais e disputas políticas travadas no campo entre trabalhadores e patrões, entre proprietários e não-proprietários. Estamos nos referindo aqui ao processo de “*modernização*” que opera basicamente na esfera política da representação: ou seja, a questão do acesso e da implementação dos direitos trabalhistas e outros direitos sociais, do trabalho na agroindústria, e a questão, mais recentemente *transmutada* em ambiental, do cumprimento da função social da terra pelos proprietários, travando assim com a sociedade em geral uma relação de fato mais respeitosa e moderna do ponto de vista das democracias ocidentais contemporâneas.

Esta última forma da modernização, aquela que incide na relação do proprietário com a atividade produtiva, e conseqüentemente da sua representação política, frente a natureza e ao meio ambiente, é a que nos interessa mais de perto por trazer uma retórica ambiental sobre esses processos. Consideramos que, assim como nos demais temas -a postura e a representação políticas do patronato rural no Brasil- essa face da modernização espelhada na imagem da *responsabilidade ambiental* (e mesmo a social, que a precede no meio empresarial) atravessa, num duplo sentido, as instâncias de representação:

(1) para dentro da classe e na sua relação com suas bases, com o produtor ou proprietário rural filiado a instituição, mas que não necessariamente participa dos espaços políticos constantemente; e,

(2) para fora da classe e na relação com a sociedade em especial com grupos da sociedade que os pressionam no sentido de uma adequação a uma nova e “imperativa” ordem mundial orientada pelos ditames do “*desenvolvimento sustentável*”: os quais concretamente acionam espaços de discussão e decisão política sobre a temática ambiental, para tornar efetiva sua participação social e acessar outros direitos e créditos que possam aparecer ou vir a ser vinculados a causa ambiental⁶².

Assim, ressalta Shelton Davis,

“A privatização e a perspectiva da execução de passivos ambientais não somente têm feito crescer a percepção de novos direitos sociais e ambientais (alguns dos quais incluídos nas novas constituições de países latino-americanos), bem como puseram em evidência novas maneiras pelas quais o meio ambiente pode ser usado para fins políticos, especialmente ao nível local, onde tais esquemas compensatórios (de uma natureza tipicamente social ou de infra-estrutura) fazem sentir seus efeitos mais significativos”

Na problemática em foco, a reação formal / institucional do patronato rural organizado frente a questão ambiental passa necessariamente pelo pressuposto de que houve uma incorporação bem como uma naturalização da questão, recolocada como uma nova questão pública, estando sujeita às já existentes estruturas e mecanismos de participação política, mas que contraditoriamente, também, acarreta nesses espaços uma “*transformação na forma e linguagem de conflitos sociais na sua institucionalização parcial*”. Ainda segundo Lopes, é característico do “*trabalho de construção institucional em torno do meio ambiente [estar] permeado por conflitos sociais*” (Lopes, 2005:38).

Neste contexto, a naturalização da questão ambiental (abordada anteriormente) e sua institucionalização pelas representações patronais rurais e agroindustriais vão no sentido de

⁶² Chamado de “ambientalização” dos conflitos sociais, este processo de reconfiguração de espaços e modos de participação social e política da contemporaneidade, vêm sendo amplamente estudado na academia (Lopes, 2004; Zhouri, 2005, Acselrad, 2004). Como um dos principais argumentos, a idéia de que há um crescimento na participação política de diversos grupos em espaços de debate sobre questões ditas ambientais por estes permitirem a presença do tema da saúde humana e dos danos que os problemas ambientais causam as populações humanas. Ao mesmo tempo, é reconhecido que estes espaços também representam a incorporação destas demandas e questões sociais e ambientais, num processo de institucionalização do tema que no Brasil e na América Latina passam pelo noção de compensação dos danos ambiental, compensação esta orientada por uma lógica de valorização econômica de danos ambientais e sociais decorrentes de poluição e outras formas de contaminação decorrente por sua vez de uma largo processo de globalização especialmente privatista.

uma re-adequação econômica e discursiva sobre a propriedade da terra. Vejamos então como a propriedade fundiária vem sendo re-significada em função de uma conjuntura mundial de adequação e certificação de normas de produção de alimentos e de propriedades produtivas, da regulação e controle sobre a emissão de poluentes e da expansão de *sítios* agroindustriais sobre áreas naturais preservadas. Importante frisar que duas são as lógicas que orientam esta adequação, complementares ao fazer-se da classe para dentro e para fora (como dito acima), que é a da compensação ambiental monetarizando danos ao meio ambiente e a conseqüente restrição ao seu uso; outra é a da certificação ambiental que se enquadra processo de padronização e registro de controle de produção à demandas de mercados consumidores por produtos e sistemas de produção eticamente corretos, que não explorem mão-de-obra degradante e não devastem o meio ambiente, dentre outros elementos da chamada responsabilidade social e, mais recentemente, ambiental das empresas.

Outro ponto de destaque deste quadro analítico-conjuntural é a idéia já amplamente difundida de que está em construção (ou consolidação) um modelo de *ambientalismo empresarial*. Como veremos mais à frente, vários mecanismos institucionais (políticos, administrativos e econômicos) vêm sendo adotados para estimular o desenvolvimento de uma cultura empreendedora no seio da chamada responsabilidade social e ambiental, como forma direta de propaganda cuja idéia central é associar a imagem das empresas à iniciativas “*boas para a sociedade e para o meio ambiente*”; desvinculando-a, necessariamente, das suas práticas reais ao nível local (cf. observado na fala sobre a estratégia do DEAGRO da FIESP)⁶³.

No universo geral dos entrevistados foi unânime uma identificação do tema como sendo uma tendência proveniente de ONGs, em especial as “*estrangeiras*”. Um representante político afirma que toda pessoa pode ser uma entidade promotora da *filosofia* da responsabilidade social, porém, reitera que ela deve partir, sobretudo, dos governos e dos cidadãos que devem cobrar isso dos políticos. Atribui-se, neste sentido, a responsabilidade social ao compromisso maior que deveria ser da sociedade como um todo.

“Bom esse é uma coisa que está começando a aparecer no Brasil, a responsabilidade social, através das ONGs. A pessoa não deixa de ser uma ONG, uma sociedade sem fins lucrativos né. E se nós todos tivéssemos uma participação mais efetiva de cobrança, [...], no caso Mato Grosso do Sul com o tamanho que ele tem já é grave, imagine em São Paulo. Então o eleitor ele não vê, ele não entende bem o papel do vereador, do deputado estadual, do deputado federal, esses

⁶³ Mais adiante será abordada esta questão do “ambientalismo empresarial”.

políticos eles não tem muito a quem prestar conta, diferentemente do voto distrital, o sujeito tem o distrito onde ele tem que prestar as contas.” (ACRISSUL)

Este processo vem sendo percebido e incorporado, com muitas tensões, pelos “*produtores rurais e agroindustriais do agronegócio*”, e vem trazendo ares de renovação ao “*setor*” que inclusive busca criar seus próprios referenciais de modernização e “*integração da propriedade na sociedade nacional*”, numa espécie de reconhecimento, mesmo que oculto, das desigualdades sociais acarretadas pela sua concentração e pela forma excludente como ela vem sendo mantida no cenário produtivo e político nacional.

“A gente está procurando muito... nós não encontramos nesse caso, parceiro ideal ainda, para a gente estar fazendo uma certificação de propriedade, vamos dizer assim. Buscar um selo que comprove que a gente preserva o meio ambiente e tal. [...] Nós percebemos que tem uma coisa comercial muito forte nisso aí. E até logicamente a gente não poderia – como Associação – estar “linkada” numa certificadora só. Nós precisamos é criar um padrão ou pegar os padrões já existentes e levar isso para os produtores, para eles perceberem se eles se enquadram no padrão ou não. Porque o que a gente tem dito é o seguinte: ‘porque se nós não nos adequarmos, o nosso, nós não vamos ter para quem vender o nosso produto.’ (APROSOJA)

Outro aspecto relevante é a freqüente associação desse processo de transformação de *valores e condutas* na gestão da propriedade e da produção do *agronegócio*. Ele aparece como um modelo produtivo no qual responsabilidade social e ambiental são elementos intrínsecos ao desenvolvimento econômico, nos dias atuais. Estão diretamente relacionados com a idéia de “*agregar valores*” ambientais e sociais aos produtos agroindustriais. Ao comentar sobre as tendências do cooperativismo⁶⁴, o porta-voz da OCB entende a responsabilidade social e ambiental como ações de marketing de suas empresas.

“E a 4ª tendência que para mim, ela é muito importante, é a responsabilidade com a comunidade. A preocupação com a comunidade onde a gente está inserido. É o que as empresas chamam por aí de responsabilidade social, mas para nós é um pouquinho mais amplo. Porque isso é um dos princípios do cooperativismo. Quer dizer, não basta você ser responsável pelo seu associado. O seu associado é sócio, ele tem direito, ele cobra; é obrigação você dar resultado para ele! Mas você tem

⁶⁴ As demais tendências do cooperativismo destacadas pelo diretor da OCB são 1) a profissionalização da gestão do negócio e da instância de representação, “*cooperativa é um negócio, uma atividade econômica, não é ação entre amigos, benevolência ou economia solidária*”; 2) a cooperativa é uma sociedade de pessoas, o que a diferencia das empresas, onde o que manda é o interesse do capital, “*o sócio é a pessoa, não o dinheiro, você vale que você é, não o quanto de dinheiro você tem*”, então investe-se em “*valorizar as pessoas, capacitando, educando, comunicando*”; 3) a formação de uma rede de negócios, “*a intercooperação, não é ideologia, é economia. É negócio*”.(OCB).

que dar resultado na comunidade onde você está inserido. E preocupação com a comunidade, é a preocupação com a sustentabilidade, com projetos ambientais, com projetos sociais locais. Então a cooperativa tem hoje um papel de locomotiva do cluster de desenvolvimento local. Seja na comunidade urbana onde ela está localizada, seja no meio rural, seja extrativista na Amazônia, como eu estava com eles lá ontem”. (OCB)

Este processo também é freqüentemente associado pelos entrevistados como parte do processo de globalização e modernização das entidades de representação do patronato do *agronegócio*, além de agregar valores sociais e ambientais aos seus produtos, incorpora-se isso como uma questão de marketing e reconstrução da imagem do produtor. Enquanto novos espaço de atuação política, ou como palavra-chave de novos usos políticos, a questão ambiental é parte do desenvolvimento econômico proposto pelo *agronegócio*, enquanto um sistema moderno, cientificamente e politicamente falando. Ao destacar as prioridades do *agronegócio*, o dirigente explicita textualmente a ambivalência das posições do “*setor*” frente à questão ambiental, deixando claras suas intenções de adequação aos discursos e à alguns fóruns legitimadores de acordos políticos para a preservação ambiental, porém renegando outros espaços politicamente relevantes do ponto de vista das políticas públicas setoriais. Declara-se, assim, a estratégia de ação e de incorporação do tema a sua pauta, mas à sua maneira: delimitando sempre seus adversários políticos na sociedade e no estado⁶⁵.

“Olha, nós temos um S que é o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) que nos começamos a desenhar um projeto de responsabilidade social e até para capacitar o produtor nessa responsabilidade social. A gente percebe que este seja um dos grandes indutores de publicidade nosso. Quer dizer, o social acaba sendo uma matéria publicitária muito forte, mas ainda é um projeto a ser construído.

Pesquisador: E quais seriam as ações?

FAMASUL: Em especial essa questão de melhorar a qualidade de vida no campo, pro trabalhador rural, essa é uma; buscar trabalhar um pouco o jovem em escola mostrar essa realidade, por que pr exemplo, nós somos muito atacados pelas questões ambientais, enquanto o principal preservacionista é o produtor, né. Ele tem uma noção de conservação muito forte, por que ele vive daquilo e às vezes ele é colocado como um extrativista. E a gente quer mostrar isso, o que não é muito simples pra nós ainda, por que o aspecto social tem custo. Está sendo trabalhado, talvez num volume bem menor que o da industria, mas nós tentamos trabalhar.” (FAMASUL).

⁶⁵ “A luta contra as políticas protecionistas, o posicionamento a favor do Protocolo de Quioto e de mecanismos redutores da poluição ambiental, o envolvimento nas discussões das reforma fiscal e da Previdência, que minimizarão as exportações dos gêneros agropecuários, são bandeiras com as quais a Abag se identifica, ciente de que a extensão de tais fronteiras exige um trabalho cada vez mais articulado do setor privado com o governo”.

Mais que isso, a estratégia assumida de organização mais racional de gestão empresarial e profissional de sua representação política busca transformar fazendas em “*sociedade anônima*”, conforme sugere, abaixo, o representante do setor algodoeiro, valorizando a dimensão social da propriedade privada:

“Pois é. Pega ai o Paraná... então é uma atitude que está focando o grande empresário, o valor social; a terra tem o valor social. Ai você começa a analisar porque estão transformando em S.A., as fazendas... É uma coisa que está tendo uma alteração significativa.” (AMPA)

Se, por um lado, a crítica ambientalista ao modelo de desenvolvimento implementado pelos setores agroindustriais, inúmeras possibilidades de re-elaboração de discursos, imagens e práticas institucionais, sobretudo atreladas à idéia de responsabilidade social do empresariado, vêm se delineando com um re-arranjo de forças, tanto no Centro-Oeste (ainda que incipiente) como no Sudeste (alianças já consolidadas pela viabilidade econômica da preservação ambiental). A tendência de transformação das fazendas em empresas parece nortear os processos de inovação nas classes dominantes, é em boa medida pautada pelas pressões sociais e políticas quanto aos usos e abusos da terra por grupos econômicos e grandes proprietários de terras.

“O agronegócio – não só o agronegócio – pneus, pneumáticos. A Pirelli é sócia da ABAG; a Goodyear é sócia da ABAG. Todo mundo hoje está despertando atenção para o meio ambiente.” (ABAG)

Nas palavras de Abramovay, trata-se do *ambientalismo empresarial* ou *corporativo*.

“‘Ambientalismo corporativo’ é o termo usado nos Estados Unidos para descrever uma transformação recente e significativa nas estratégias empresariais dos grandes grupos econômicos. Não se trata apenas de cumprir a legislação ou de evitar os desastres ambientais que marcaram a vida de tantas empresas, sobretudo no setor químico ou petrolífero. O que há de novo é que os temas de natureza ambiental deixam de ser abordados pelas firmas como um limite, como algo exterior a seus interesses, ou (para usar a linguagem dos economistas) como “externalidades”, cuja gestão caberia apenas ao setor público por meio de taxas, proibições ou incentivos. E este não é um fenômeno exclusivamente norte-americano.” (Abramovay, 2007)

Ao ser questionado qual seria o papel dos setores privados neste processo de consolidação da responsabilidade social dos produtores perante a sociedade, o representante

da Sociedade Rural Brasileira indica um caminho que vem sendo seguido por muitas das entidades entrevistadas, como a AMPA e o IAS, a APROSOJA, dentre outras.

Em busca de superar o sentimento de depreciação da agricultura e da pecuária no cenário nacional, a incorporação da questão ambiental (mesmo que negando-a e requalificando-a) passa a ser a via principal de sua integração maior à sociedade nacional. Mais que isso, salienta que há sinais e possibilidades reais de mudança sem, porém, abdicar de sua posição social (e de sua crença de que está no centro político da sociedade e que esta deve estar interagindo com o setor privado). Ou seja, a manutenção do poder de concentrar terras, riquezas e privilégios, re-configurado em mecanismos de suposta “coesão” social, resulta de equilíbrios possíveis nas negociações que podem gerar as políticas e iniciativas de preservação ambiental, no lugar dos conflitos por terra, água, comida e direitos essenciais no campo.

Capítulo IV - Disputas políticas em tempos de ambientalismo: entre velhos e novos dilemas da representação patronal rural

4.1. Atuação e estratégias das lideranças patronais rurais nas instâncias do Estado brasileiro na atualidade

As análises recentes sobre a questão ambiental por nós consultadas indicam que, apesar de sua origem crítica ao capitalismo e ao seu intenso ritmo de degradação das riquezas naturais, o acirramento da questão ambiental passou recentemente, como ocorre com a maioria das lutas por direitos nas sociedades democráticas, por um amplo e detalhado processo de institucionalização. O que significa, certamente, o reconhecimento político da importância do assunto e dos problemas, pelo Estado e pelas forças sociais dominantes; mas o que também indica um processo de enquadramento dos movimentos e das bandeiras de luta em um conjunto de textos constitucionais, legais e normativos, acionando por sua vez, uma nova estrutura jurídica, que vem se somar às existentes. Em alguns casos marcantes, essa institucionalização pode ocasionar também uma operação refinada: por exemplo, uma reconfiguração da crítica em benefício; de uma imagem arranhada da empresa em uma peça de propaganda.

Em análise sobre as políticas ambientais, Carneiro (2005) identifica que esse campo de embate em torno da questão ambiental, se consolidou sobretudo nos espaços institucionais tendo como eixo o “desenvolvimento sustentável” (ou a sua ideologia) como instrumento de legitimação de um *status quo*⁶⁶. Enquanto um campo de forças, tomado pelo autor em sua expressão institucionalizada, o desenvolvimento sustentável serve como orientador de posturas e formas de participação social e política, que consolidam a presença de alguns atores sociais e excluem a de outros. Nesta seletividade, os critérios legitimados por uma “*administração científica*’ da compatibilidade entre os diferentes usos dos recursos naturais e o ‘desenvolvimento’”, ao mesmo tempo em que tendem a afastar a atuação dos que visam a

⁶⁶ O autor afirma isso, dentre outros por pressupor que o desenvolvimento sustentável não passa de uma abstração em relação ao seu próprio conteúdo, já que, “advoga a necessidade de que o desenvolvimento do capitalismo seja redirecionado de forma a promover a progressiva diminuição das desigualdades sociais e assegurar o acesso aos recursos naturais apesar da sustentabilidade de uma forma de vida derivar diretamente da propriedade e das formas de produção vigentes” (Carneiro, 2006:36).

ruptura com os limites do próprio desenvolvimento sustentável deslocam do debate aqueles que não estão preparados lingüística ou cognitivamente criando um monopólio dos especialistas sobre as discussões e mesmo decisões (Carneiro, 2005:27-47).

Destacamos por fim a problemática da consensualização da alternativa institucional para a *crise ambiental* como sendo o desenvolvimento sustentável⁶⁷, que passa por uma tomada de posição do Estado em relação aos conflitos sociais, reconhecendo-os e incorporando-os (aos já existentes e) aos novos espaços institucionais. Neste sentido, ao identificarem que temas levantados nos anos 1990 por movimentos sociais e organizações da sociedade civil vêm sendo tratados na esfera pública, outros agentes então menos dependentes da regulação do Estado, por serem economicamente autônomos, se vêem obrigados a ceder e ir disputar junto ao Estado, dentro dele, o encaminhamento das questões e reivindicações sociais e ambientais destes grupos organizados. A questão que nos interessa neste processo é justamente como o patronato rural apreende a questão ambiental a partir de suas facetas institucionais e, se participa, como participa desses debates.

Por tudo isso, consideramos no nosso estudo os espaços institucionais da política como *locus* privilegiado para observar este processo, mas teremos nosso foco sobre as instâncias em que estavam participando, à época da pesquisa de campo, os representantes políticos das classes patronais rurais, como o CONAMA⁶⁸, as Comissões parlamentares, entre outras, como veremos a seguir.

Começamos pelo Congresso Nacional. A representação política, por excelência, dos interesses das classes dominantes rurais e agroindustriais do Brasil, é assegurada pela Bancada Ruralista. Percebemos anteriormente, como parte do processo de retomada da mobilização política patronal rural nos anos 1980, as tentativas de recomposição de força expressiva e atuante na representação de seus interesses no Congresso Nacional. Composta por aproximadamente 100 parlamentares, a Bancada Ruralista é a maior frente parlamentar no

⁶⁷ Não apenas para a crise ambiental, mas como apontados em estudos anteriores em que “tecnologias sociais” e o “processamento institucional” de conflitos (Zhou, 2005) têm sido a marca da incorporação dos conflitos sociais e demandas de movimentos populares nas instâncias públicas de debate e decisão políticas. Maria da Gloria Gohn identifica uma marca dos anos 1990 na incorporação dos conflitos sociais pela agendas de negociação pública e privada como resultado da ação dos movimentos sociais no mundo e suas organizações civis ou não-governamentais e como forma de estados e mercados minorarem o potencial explosivo das massas excluídas de seus processos de desenvolvimento (Gohn, 2006:302).

⁶⁸ O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90. O Conselho é um colegiado representativo de cinco setores, a saber: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil. Fonte: <http://www.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm>

Congresso Nacional, e possui características como a grande diversidade interna de seus membros, observada quanto à ocupação, à formação profissional e à extração social.

Bruno e Carneiro apontam basicamente três perfis de atuação dos seus membros: um é o parlamentar especializado em um tema e representante de um determinado setor, geralmente atuante, se faz presente em diversas Comissões parlamentares, Projetos de Emenda Constitucional (PECs) e Projetos de Lei (PL), além de inúmeras viagens e homenagens institucionais relacionadas aos interesses da classe a que representam. Os autores destacam deputados ligados à agropecuária (como por exemplo, à cafeicultura e ao arroz), bem como à comissões sobre a Amazônia, o meio ambiente ou os recursos hídricos. Outro perfil se caracteriza pela diversificação dos campos de atuação, em que o parlamentar tanto participa das Comissões sobre temas ligados aos setores produtivos (agropecuária e temas sobre o meio rural), como se fazem presentes nas discussões de temas mais diversos consideradas “politicamente estratégicas” (Bruno e Carneiro, 2007:13), como forma de estabelecer o diálogo entre a Bancada e outros grupos sociais. Há ainda o perfil que os autores denominam de “fiel”, por estar sempre vinculado à Bancada, mesmo que não tratando de temas específicos de seu interesse, o que caracteriza o poder de agenciar a adesão e o alcance para além de seus interesses de classe. Interessante perceber que em meio a esta diversidade de condutas, conforme demonstrado no relatório de pesquisa, há eixos comuns e unificadores dos membros da Bancada Ruralista, conforme se destaca no trecho a seguir.

“Contudo, por mais diferenciada que se seja a atuação desses parlamentares, cada um e todos se encontram inseridos e fazem parte, de um modo ou de outro, de alguma comissão, atividades, atuação ligada à agricultura: o que os torna ‘ruralistas’.”(Bruno e Carneiro, 2007: 14)

Outro dado importante desta pesquisa é a identificação das comissões mais freqüentadas pelos deputados da Bancada listada por ordem decrescente: Comissão Mista Especial Projeto Calha Norte, Comissão Mista ITR (Imposto Territorial Rural) e Pagamento dos Títulos da Dívida Agrária, Comissões sobre Ocupação Racional da Amazônia e Doações, Venda e Concessão de Terras Públicas (Bruno e Carneiro, 2007:19). Segundo levantamento realizado no mesmo período foi possível observar a atuação dos ruralistas na Comissão Permanente de Meio Ambiente e constatar que é significativa por ter ao menos um terço de seus membros, entre titulares e suplentes, participando da mesma. Como veremos adiante, esta é uma estratégia declarada de mapear assuntos, pessoas, instituições e interesses que possam vir de encontro aos seus.

Para além da participação de deputados e senadores da Bancada Ruralista em Comissões relativas à questão ambiental e nas instâncias deliberativas do CONAMA por meio da CNA, há uma forte e crescente presença destes na Frente Parlamentar Ambientalista, a maior do Congresso Nacional com mais de 300 parlamentares.

Um espaço importante de interlocução dos interesses da Bancada no Congresso Nacional, mas que reúne diversos grupos da sociedade civil e grupos de interesse representantes dos outros setores produtivos do país, é o CONAMA. Neste caso, a representação dos interesses das classes patronais rurais e agroindustriais está vinculada à CNA. Por outro lado, vejamos o que isso gera internamente nas instâncias de representação, como destacam alguns entrevistados (especialmente representantes vinculados ao sistema sindical em níveis estaduais). A atuação da CNA no CONAMA gera incômodos e descontentamento alegados pelos representantes por julgarem que não defendem interesses específicos de cada ramo produtivo interno à própria Confederação; esta, por sua vez, trabalha nesses espaços participativos, mistos, com a perspectiva de produzir um consenso que os favoreça e, portanto, o faz geralmente mediante concessões em detrimento dos interesses específicos de sua própria base sindical. Ao ser questionado sobre qual a sua avaliação da atuação da CNA como representante da classe no CONAMA, a liderança de uma associação de criadores do estado de MS denuncia seus limites tanto pela condição minoritária da entidade dentro do Conselho, quanto pela composição dos membros e representantes da sociedade, aos quais julga serem “*radicais, contra o desenvolvimento e a favor da preservação pela preservação*”.

“O CONAMA é muito, vamos dizer assim, é como o tal da CTNBio lá, que botaram um mundo de cadeiras e pessoas que não tem, são pessoas contra o desenvolvimento, a preservação pela preservação. A CNA [no CONAMA] é minoria. Participa, tenta envolver várias reuniões, chama as entidades todos pra ir lá, discute os problemas antecipadamente né, mas, infelizmente no CONAMA tem muitas pessoas que são, é o meio ambiente é uma religião, não é conservação, aquilo é religião. É isso que eu sou contra” (ACRISSUL).

Além da tradicional desqualificação do outro, questionam a presença no debate do que classificam como religião, possivelmente em oposição ao que julga ser a conservação em termos científicos e não políticos. Pontos de tensão, como as ONGs e um “*ambientalismo de interesses ocultos*”, apareceram em grande parte das falas a respeito da atuação das instituições públicas ambientais, bem como dos espaços de discussão e decisão pública criados pelo atual Governo. Tomemos como exemplo o pragmatismo do dirigente sindical em MS.

“Pesquisador: Qual sua opinião sobre a ação do IBAMA, dos institutos estaduais de florestas, secretarias de meio ambiente?

FAMASUL: Para mim são todos de alguma forma manipulados por órgãos ambientais. Como um Estado” (FAMASUL)

Fica evidente que toda a discussão das formas de representação acaba se diluindo sob a acusação de que há interesses ocultos - os quais ele desvenda para os pesquisadores - e que a questão ambiental pode ser uma causa chamativa, mas serve a grupos internacionais; não se propõe ser um espaço democrático efetivamente, denunciando assim o ambientalismo como um campo de conflitos gravíssimos que se cria em torno das ONGs em sua maioria tachadas como “radicais” ou “religiosas”, por não levarem o debate nos seus termos técnicos e sim nos termos ideológicos e políticos, como vimos acima. Ao mesmo tempo em que os representantes políticos da classe no Congresso negam a eficácia das instâncias governamentais que estão pautando as questões ambientais da gestão da propriedade e da atividade agrícola, mas não deixam de estar presentes para acompanhar os debates e saberem de que se trata.

“Primeiro, o Conselho Nacional do Meio Ambiente, eu acho que é uma entidade extremamente antidemocrática, não paritária, ela é totalmente desequilibrada e com uma tendência ideológica clara de você ter uma maioria entre governo e ambientalistas pra tentar criminalizar o setor produtivo. Então quando você tem uma entidade dessa forma, você participa muito mais como informante, pra absorver informação. Se você analisar os anais do CONAMA, você vai observar que nunca teve ali algum embate equilibrado que a posição dos produtores pudesse ter sido considerada, via de regra é um rolo compressor que só passa ali pra homologar”. (FAMATO)

Na correlação de forças interpretada pelo representante da Organização das Cooperativas no Brasil (OCB), tanto patrões como trabalhadores da agropecuária, tem suas posições vencidas por entidades que defendem interesses estrangeiros, suprimindo na verdade interesses nacionais. Nesta perspectiva a OCB se coloca como uma entidade apta para reverter esta correlação com os interesses estrangeiros na agricultura e para atenuar as diferenças políticas entre patrões e trabalhadores, entre grandes e pequenos. Evocando a ideologia do cooperativismo, que agrega grandes, médios e pequenos produtores,

“A CNA tem a rede de produtores e tal – como a CONTAG tem a rede dela – mas às vezes ela senta lá e tem um voto anulado por uma entidade – normalmente baseada em capital estrangeiro – que tem interesse aqui, que você não sabe muito

bem qual é a representação. É uma causa bonita, é uma causa que vende bem. Normalmente está ligada a algumas entidades que têm bom impacto de mídia... Se eu falar que o Presidente da WWF no Brasil é o Irineu Marinho lá... como é que chama? O Zé Roberto.... não sei se vocês sabiam disso? Como é o Príncipe Charles, da mundial. Então são ONG's que têm alguns impactos... capacidade de impacto na mídia (...)" (OCB).

Destacamos a opinião do presidente da OCB que além de não ter representação própria no CONAMA, fica numa posição intermediária de negociação de seus interesses naquele espaço pela atuação da CNA como representante empresarial ou pela CONTAG, que representa os trabalhadores e sociedade civil, em geral.

"A OCB não tem [assento no CONAMA]; eu tentei conseguir, não consegui. [...]Não me deram vaga. Não estão querendo a gente.

Pesquisador: Alegaram o quê?

OCB: Ah, que já tem muita gente participando, que já tem representação do setor – já tem a CNA, já tem a CONTAG – então não tem sentido as cooperativas estarem participando. Me deixaram de fora. [...] Consigo negociar bem isso com a CNA. Acho que a OCB seria mais flexibilizadora. A OCB está numa posição um pouco mais flexível, mas não me... não tem problema com isso não. Eu acho que a gente estaria num meio termo aí, entre uma CONTAG e uma CNA, vamos falar assim." (OCB)

A respeito da atuação do IBAMA e das secretarias estaduais de meio ambiente registramos ainda a presença de fortes acusações e reclamações de serem vítimas de uma conduta agressiva, desqualificadora e autoritária em relação a "classe dos produtores". A imagem é de que "*o ambiente criminaliza o setor*" e "*trata como bandidos aqueles que geram renda e emprego para a Nação*". Nesta construção, aglutinam-se os traços históricos da classe patronal rural de se sentirem abandonados e perseguidos, ou ainda incompreendidos pelo Estado e pela sociedade.

"Então, quer dizer, são muitas, são agressões – você ta entendendo? – no sentido de... hoje, o proprietário ele fica muito... ele se sente muito agredido, quando você – ta certo? – as policias ambientais elas são muito reprimidas, não é? Você chega lá e o aparato dele... é muito pesado; o cara chega de metralhadora na mão, na sua fazenda; chega de helicóptero. Então o cara nunca viu – você ta entendendo? – quando baixa o helicóptero do IBAMA ou da SEMA lá 'Pô, e isso aqui? Como é que é isso? Porque que pôs fogo nisso? Porque fez aquilo?'" (ACRIMAT)

Destacamos ainda outro elemento fortemente ligado aos mecanismos tradicionais de representação patronal no Brasil, que se referem à construção do poder com base em alianças

locais e os esforços de trazer as decisões judiciais e práticas regulatórias para estas esferas regionais de poder, em franca oposição ao poder central e a suas esferas distanciadas de decisão. A frase do presidente da Sociedade Rural Brasileira é emblemática deste sistema político construído em redes de poder local, ao considerar o secretário de meio ambiente de São Paulo um parceiro do setor produtivo, em detrimento do que acontece em esfera nacional. Claro que a este argumento corresponde uma conjuntura específica, em que o MMA era dirigido pela senadora acreana, a ambientalista Marina da Silva, que fazia forte oposição à expansão do desmatamento sobre áreas de floresta seja para a criação de pasto ou para o plantio de soja, algodão ou cana-de-açúcar. Ainda referindo-se aos posicionamentos da ex-ministra, numa clara menção de que seriam radicais, o presidente da SRB evoca uma retórica tipicamente patronal e prega pelo “meio termo” no encaminhamento do impasse travado entre “meio ambiente” *versus* “agronegócio” e numa proporção mais ampla entre “ambientalismo” *versus* “desenvolvimento”.

“Interagimos com o Secretário aqui. Temos dificuldades com o Ministério do Meio Ambiente, é um ministério que procura interromper as coisas. Por que nós precisamos ter um meio termo sabe. (SRB)”

No sentido de uma “*oligarquização da política ambiental*”, como sugere Carneiro, é que vemos delineada na fala das direções patronais a predisposição em incorporar a questão ambiental e enfrentá-la em suas práticas políticas, como forma de se modernizar e manter-se afinado com as mudanças na sociedade. Mas, em verdade, acabam por endossar o necessário mapeamento dos adversários, e de suas respectivas presenças em espaços que garantam sua legitimidade perante outros grupos sociais e possíveis aliados políticos, com o intuito de disseminar sua visão conservadora e a retórica de um “colonialismo verde” internacional contrário ao desenvolvimento nacional. Por fim destacamos que a partir destas análises fica evidente numa visão sobre as políticas ambientais (assim como para as políticas sociais) de que são anti-democráticas por contrariarem seus interesses e permitirem (não por garantirem a presença) eventualmente uma conquista de seus opositores. Ou seja negam os princípios democráticos da participação a partir do momento em que agem como entraves aos interesses de classe, ao mesmo tempo que reconhecem a necessidade de participação nesses conselhos ao menos como forma de legitimação política.

4.2 “Reforma agrária, se faz na cama”

Inúmeros são os argumentos e justificativas para o posicionamento contrário as políticas fundiárias, em especial, a reforma agrária. Os temas da reforma agrária e da política fundiária são sempre assuntos tensos, que muitas vezes começam ou acabam em “causos” de “invasão” de fazendas e conflitos armados que mexem com o sentimento de proprietário, de chefe de família e com o orgulho de classe dos dirigentes entrevistados. Uma recorrência é a presença de elementos marcantes da classe nos depoimentos sobre os assentamentos rurais, tais como a retórica modernizante em detrimento de formas ultrapassadas de agricultura; o discurso técnico e científico em oposição ao ideológico e político; a desqualificação do outro e o preconceito de classe (que aparece também na forma de preconceito racial contra os povos indígenas); a idéia de que a sua experiência é a que deve ser universalizada ou tomada como referência, ou ainda que eles são os portadores desta capacidade de morar no campo e torná-lo produtivo; dentre outros, como veremos a seguir.

Expressões visivelmente ofensivas e pejorativas tinham o claro intuito de desmoralizar a reforma agrária e seus agentes sociais, particularmente aos movimentos sociais de trabalhadores rurais e os executores das políticas públicas do atual governo petista. “Assentamentos para darem certo devem ser tocados de uma maneira empresarial” dizia o líder do MNP, “nos moldes do agronegócio” indicava o presidente da OCB; “*Fora isso é uma terra de ninguém ou de gente que não quer trabalhar*” desqualificava o diretor da APR/MT. O trecho da entrevista como presidente da SRB que afirmou que da “*Reforma Agrária falta só fechar a lápide do túmulo*”, sintetiza essas opiniões e remete ainda a uma visão linear e evolucionista de história, em que só há um destino social correto, cuja sociedade ideal está na cidade e não no campo.

“Tratamos da reforma agrária de forma técnica, sem paixão. Nós entendemos que a reforma agrária de migração para o campo é uma inversão da tendência natural do mundo. No mundo inteiro, que teve condições, meu avô, veio para a cidade, em 1930. Os que não vieram ,vieram em 40, em 50, e por aí em diante. Por que o campo, a fazenda é difícil morar, o indivíduo não quer morar lá, ele quer morar na praça, uma sorveteria, uma farmácia.”(SRB)

Ao considerarem uma questão ultrapassada a reforma agrária e os projetos de assentamentos rurais são adjetivados e desqualificados de várias formas, inclusive por meio da apropriação de falas de representantes do INCRA. Abordaremos na seqüência as narrativas

dos representantes patronais rurais a propósito da reforma agrária, dos assentamentos rurais, da política fundiária e dos assuntos imediatamente associados como a questão indígena e as áreas protegidas.

Inicialmente, sobre a reforma agrária chamou a atenção uma frase, uma expressão lingüística, repetida ao menos três vezes e cuja idéia ecoava ainda, em outras falas: “*a reforma agrária se faz na cama*”, ou “*foi feita na cama*”. Em meio a um relato sobre sua história de vida ou sobre as questões fundiárias, em especial a reforma agrária, o termo se referia à sucessão dominial e à repartição das propriedades por meio de herança que geravam um desequilíbrio na propriedade, afetando a organização produtiva e, conseqüentemente, política. A propriedade privada passa longe da questão social, sendo, para nossos entrevistados, um problema “*da família*” que se resolve “*na cama*”.

“Eu estou no estado de São Paulo – no Nordeste do estado de São Paulo; é a minha região de origem – e ali é uma região aonde as terras são caras, são disputadas e que a divisão da terra já foi feita até por via do aumento das famílias; da distribuição de terras dentro das famílias. A gente brinca aqui que é a reforma agrária feita na cama. Pelos meus avós, pelos meus pais, que vão dividindo a terra para os filhos. Aí nós já tivemos problemas de tamanho, de ponto de equilíbrio e aí a cada geração tem que se voltar a um re-estudo de equilíbrio. Então há alguns esforços para você manter o mínimo de propriedades, para poder você ter um ponto de equilíbrio” (OCB).

Interessante perceber que há referências a uma lógica clássica das sociedades camponesas, e da agricultura familiar em que sua reprodução social e econômica está constantemente confrontada com o imperativo do parcelamento da terra, a cada nova geração, entre os herdeiros, diminuindo a parcela e separando o núcleo familiar (mas ao mesmo tempo criando outros menores) e, portanto, inviabilizando a própria sociedade camponesa. Uma disputa em torno da categoria social e política da agricultura familiar, agora então empresarial e moderna, sem conflito e sem tensão.

Ela tem um duplo sentido de que se refere à lógica de reprodução social da família e da propriedade rural, bem como se refere a uma visão da política que se resolve familiarmente, sem a interferência do Estado e sob poder de um patriarcado.

“A política fundiária que virou moda no Brasil, principalmente a que começou no governo Fernando Henrique, eu principalmente nunca me preocupei com ela porque eu me baseio pela história do Mato Grosso do Sul em que a reforma agrária feita na cama é muito eficiente. Todo mundo tem muito filho então as divisões, se você olhar aí há 30 anos e comparar o tamanho médio das propriedades de 30 anos atrás com as de hoje, a diminuição é brutal. Hoje no estado agente consegue contar

as grandes propriedades, coisas que há um tempo atrás não conseguia. [...] não digo que foi a média do estado, mas meu avô foi um grande proprietário rural, mas ele teve 12 filhos, esses 12 filhos tiveram 46 netos, então não tem nada grande que suporte ser dividido por 46, então minha família na terceira geração já é feita de médios produtores. Então é muito rápida a divisão, a quarta geração já é de pequenos produtores” (ACRISSUL).

Outro argumento se refere à ilegitimidade da reforma agrária. Geralmente considerada como um assunto ultrapassado - “*enterrado*”, pelo diretor da ABAG - por ser uma questão sem valor científico, puramente “*ideológica*” e socialmente irrelevante, portanto, desmerecedora das atenções do poder público. As críticas e posicionamentos, extremamente irônicos, vêm sempre acompanhados de uma desqualificação das políticas fundiárias baseadas em projetos de assentamentos rurais e na redistribuição “*gratuita*” de terras, marcando, assim, uma fortíssima oposição aos governos e em especial, ao governo petista.

“[...] Por que você tem um viés ideológico também no país hoje, muito em cima desse governo do PT que a solução pro país é a produção em escala de regime familiar. Quer dizer, num país que é tradicionalmente agrícola você cria dois ministérios, veja a dicotomia do pensamento. Você tem um Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura, todo mundo produz alimento, qual a diferença, e por que essa separação? É ideológico! E acaba sendo o Ministério da Agricultura trata dos médios e grandes vamos dizer assim, então esses não precisam ser assistidos por que ‘eles tem a sua sustentação econômica’ e dos outros não ‘são pequenos então o Estado tem que tutelar’ e acaba gerando um grande curral eleitoral. E mesmo quando você olha assentamentos, não existe assentamentos no país que é auto-sustentável. Tem que estar tutelado pelo Estado, você dá a terra, dá um pouco de assistência técnica e acho que é muito ruim por parte do Estado, e depois você manda cesta básica e o pessoal morrer de fome lá, em cima de terras, né.” (FAMASUL)

Como se vê, alternativas já estão delineadas, tanto pela disputa dentro do campo do agronegócio das categorias da agricultura familiar - aqui “*polivalência*” e “*multifuncionalidade*”-, como pela adequação aos imperativos da “*sustentabilidade*”.

“De repente você pelo menos, você leva para o necrotério determinadas teses. As teses camponesas; as teses de reforma agrária; as teses do MST. São teses que... morreu! Não enterraram, estão enterrando, está sendo feito o velório! Eu estou! Até a pessoa fala: ‘Mas é uma visão empresarial, não é uma visão...’ É uma visão do que já aconteceu com os Estados Unidos há 10, 15 anos atrás; é uma visão do que está acontecendo na Europa. A Europa está na polivalência, está na multifuncionalidade, está em outros questionamentos. É por isso que a gente está apanhando na sustentabilidade. Eles vêm sobre nós e nós estamos completamente desarmados” (ABAG)

Até mesmo num sentido positivo a reforma agrária aparece como eixo da tensão presente na construção das representações do agronegócio. Numa perspectiva absolutamente relacional, os argumentos são carregadas de visões e imagens bem delimitadas, dos seus adversários políticos.

“[...], mas nós estamos passando por uma transformação, principalmente... Eu acho que a pressão do INCRA por reforma agrária foi uma coisa importante no desenvolvimento da tecnologia do agronegócio; muito importante. As pessoas passaram a correr atrás do prejuízo, porque iriam ser desapropriadas. Então aí, nós começamos a ter muita produtividade na agricultura, na pecuária, novas tecnologias e tal.” (MNP)

Insistindo, assim como o presidente do MNP acima, na inadequação das políticas fundiárias, inúmeros representantes se queixam que a assistência social feita pelo Governo Lula (2003) aos assentamentos e comunidades rurais é, na verdade, uma tutela exercida pelo Estado sobre os assentados e trabalhadores rurais, assim como aos índios e quilombolas. Alegam ainda que este é um ‘modelo’ que causa dependência dos agricultores em relação ao Estado, não pode ter futuro, concluindo que ‘os modelos’ empresariais e cooperativos são os ideais. Em termos de políticas públicas para o campo no Brasil propõem uma “política de resultados”, com “base técnica e científica” e não política ou ideológica.

“Põe as pessoas morando numa vila todos trabalhando coletivamente. Não dá pra produzir unidades num mercado de commodities. Quando você diminui o tamanho da área, ou você aumenta a rentabilidade, aumenta a produção, verticaliza ela, ou você agrega para a horizontal. No Brasil, tudo é horizontal, você pega um terreno desse tamanho, ele produz mil, você divide em dez ele produz um. Então você tem que dividir por dez e ele produzir o mesmo. Mas isso é tecnologia, crédito e assistência, e o governo a única coisa que dá pra eles é a cesta básica.

Pesquisador: Então tem um papel fundamental do governo?

FAMASUL: Fundamental, e não é para tutelá-los e sim para criar políticas específicas pra isso. Senão falar em Reforma Agrária é fazer ideologia, política, e em geral currais eleitorais e nada além disso.” (FAMASUL)

Esta argumentação baseada numa oposição entre ‘modelos’ agrícolas “modernos” (com crédito, tecnologia, assistência) e aqueles desenvolvidos em áreas de assentamento rural acaba servindo de base para as críticas voltadas às reservas e populações indígenas. Na definição dos representantes, política fundiária e política indígena convergem muitas vezes, no tocante à relação dessas comunidades com o Estado, à competição econômica entre o agronegócio nacional e o mercado internacional (situação para a qual o Estado deveria olhar

ao invés dos assentados e populações indígenas, nas suas suposições), e à visão elitista, além de preconceituosa, sobre os indígenas, como “*uma contingência*” do estado do Mato Grosso do Sul. Assim, uma população originária da região passa a ser considerada pelo representante sindical um contingente negativo para o estado do MS e a demarcação de suas reservas um entrave não apenas ao desenvolvimento da agropecuária mas uma via de imobilizar terras de alto valor comercial.

“FAMASUL: A política fundiária? Não dá resultado. Tanto a política fundiária quanto a indígena, também está muito semelhante. A indígena com algumas outras características. [...] Por que o índio ele ainda é tutelado, tem mais esse detalhe, né, pela FUNAI e pelo CIMI e por organismos governamentais com dedos de internacionais. E os índios, coitados, sinceramente eles não se dão conta do que tão ali, tem uma cultura muito estruturada em que manda o cacique e o resto obedece, então basta ir lá, controla o cacique, controla a aldeia. Não funciona. Você coloca esses assentamentos essas aldeias nos lugares mais estratégicos do país, nas fronteiras, onde se tem grandes reservas minerais, riquezas a serem exploradas. Nós temos aldeias indígenas na Amazônia onde a língua que se fala é francesa, americana, inglesa onde vc não tem inclusive a possibilidade sequer de entrar com o Estado brasileiro lá. Então qual o interesse disso, é do índio? O MS tem o segundo maior contingente de indígenas, 70% dessas aldeias estão na fronteira, principalmente do Paraguai. Somos a maior porta de entrada de tráfico internacional, passa por onde, pela minha fazenda? Difícil né? Lá não entra polícia, só federal, por que eles não podem ser gerenciados dentro dessa estrutura de Estado” (FAMASUL).

Além do preconceito e desqualificação em relação às populações indígenas e aos assentamentos rurais, numa adjetivação permanente de “*aqueles que não querem trabalhar*”, “*as terras por onde entra o contrabando no Brasil e a Febre Aftosa*”, as acusações de corrupção e crimes de venda de lotes reportam as entrevistas às páginas policiais do noticiário. Assim como nos depoimentos anteriores, nos que seguem percebe-se nas falas recheadas de ironias, termos de baixo calão e grosseiros que deixam aflorar o lado mais impenetrável da cultura patronal: o achincalho como forma de se relacionar com os problemas e de se referir sobretudo aos ausentes e a criminalização da política fundiária e das populações beneficiárias, sejam elas indígenas, quilombolas ou assentados rurais.

“AMPA: Eu queria deixar registrado com você... os assentamentos, todos eles são deficitários; toda hora está colocando... é um problema social, você entrar dentro de um assentamento. Nova Brasilândia – que eu tenho uma área de terra – falou ‘O fulano, compra aquela terra lá, porque vai ter um movimento para fazer reforma agrária, e ela é improdutivo. E vai ser uma miséria aqui na nossa cidade...’ Campo

Verde também. Falei ‘Ah, deixa que isso ai. Eu não quero mexer com isso ai não. Deixa lá que fazem.’ Mas não traz aquela relação, aquela qualidade de vida... remuneração, o ganha-ganha... enfrentar uma atividade empresarial como uma atividade... então não existe...” (AMPA)

Ainda do ponto de vista dos impactos dos assentamentos na organização produtiva local e regional, do ponto de vista do controle das áreas públicas e privadas, como estradas, fronteiras, e da própria organização social e política das vilas e cidades, chamou atenção reclamação quanto aos problemas gerados no mercado de trabalho, para as fazendas, após a implantação do assentamento. Interessante perceber que há um reconhecimento, de importante mudança nas relações de poder, o que confronta a autoridade do proprietário que passa a conviver com um grupo de pessoas que não vive a partir de seus investimentos no agronegócio, mas das suas próprias vidas.

“Eu falo que nós fomos prejudicados, porque você tinha nos assentamentos... por exemplo: quando você tinha precisava de roçar um pasto, fazer qualquer trabalho - uma cerca, qualquer coisa – esses assentados trabalhavam para a gente. Você ia, pagava a diária para ele, pagava por dia. Hoje, quando você chega num assentamento, você sabe o que ele fala para você? ‘ih, vou trabalhar para você o quê, rapaz! O Governo me dá uma cesta básica e me dá R\$ 80,00 de bolsa-família por coisa. Eu quero R\$ 30,00 por dia’. É humanamente impossível para o produtor pagar. Então com isso, nós estamos muito preocupados com o quê que vai virar isso ai.” (APR/MT)

Destaque-se também as narrativas sobre vocação para a atividade agropecuária e rural, alegando que as populações assentadas não tem condições culturais para permanecer e consolidar-se comercialmente, sendo levadas a vender os lotes, acostumando-se a viver de “venda de lotes de reforma agrária”. Como vimos em outro momento, o presidente da SRB evoca, pelo menos dois dos elementos-chave com que se auto-legitimam e legitimam sua própria experiência social, extremamente elitizada: a vocação, calcada na imagem de um proprietário rural nato e “orgânico”, porque herdou dos pais a terra, com suas dificuldades e especificidades; e com ela a capacidade e inteligência de “conseguir plantar”, que aparecem ao mesmo tempo naturalizadas e depois como coisa não, das classes e grupos dominantes, mas das lideranças e direções.

“Porque a terra dentro desse conceito, ela é produto daquilo que você põem nela. Então, não adianta eu mandar um filho meu pra lá. Ele não tem vocação, ele não vai conseguir plantar a planta do jeito que deve ser plantada, ele não vai conseguir adequar o adubo correto, ele não vai conseguir trabalhar uma coisa orgânica, por

exemplo, que exige mais trabalho, mais dedicação, mais inteligência e mais preparo, né! Então, eu acho que nós temos que ter, nós estamos pensando isso daí, num é! Acho que as lideranças, evidentemente outros liderados aí, mas que pensam um pouco mais pra frente, nós estamos pensando muito nisso. Como que vai ser o campo?” (SRB)

Outros representantes acusam haver um “comércio de assentamento”, de conhecimento de autoridades públicas do INCRA, com declarações em jornais etc. Denunciam como inadequado o fato do assentamento servir de meio, gancho para a política social, de servir como meio de sobrevivência. Negam o princípio básico da política pública desde que voltada para interesses adversários ou simplesmente de outros cidadãos.

“Olha, deixa eu te dizer. Primeiro o Governo precisava fazer um levantamento e ter um cadastro das pessoas que realmente tivessem vocação para a agricultura e para a pecuária, tá? O que a gente tem visto ai, é que o Governo tem feito uma propaganda de política fundiária, de assentamentos e que não condiz. Na maioria dos assentamentos que você vai, nós temos ai pessoas que já passaram por 2 ou 3 ou 4 assentamentos. Isso virou um comércio de assentamento. Porque o Governo não tem um cadastramento dessas pessoas que tenha o critério aonde a pessoa tenha realmente o tino para aquilo ali. Quer dizer, ele tem na atividade rural uma coisa que ele quer, que ele quer ir para lá, que ele quer melhorar, que ele quer levar, que ele quer constituir a sua família. A maior parte hoje está sendo feito para a comercialização. Inclusive para as pessoas que estão paradas ai, marginalizadas pela sociedade, que encontram nos assentamentos, um meio de sobrevivência para pelo menos, para ser alimentado.” (ACRIMAT)

Temas como a regularização fundiária e os índices de produtividade estão presentes nas entrevistas em diversos momentos e repercutem em indagações levantadas pelos depoentes contra as legislações fundiária e ambiental, estadual e federal; contra a atuação das entidades nos processos legislativos de elaboração e regulamentação de leis, como as relativas à desapropriação e aos índices de produtividade. As considerações resvalam para os “desencontros” entre as ações de governo (notadamente entre ministérios, como o Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Desloca-se o centro do problema: qual seja, o fato de se as fazendas estão, ou não, produzindo e cumprindo com a função social da propriedade da terra. O diretor sindical da FAMASUL identifica a origem dos conflitos no Estado e em sua atual orientação ideológica:

“Sim, veja só como é que as coisas estão, a questão fundiária fala o seguinte, ‘olha, se a função social da terra não for cumprida, você tá passível de reforma agrária. Ao mesmo tempo o MAPA coloca índices de produtividade que o produtor tem que explorar ainda mais a terra para alcançar o índice. Se você explora ainda mais

vc se torna um infrator. Se você não explora você ta passível de reforma agrária. Daí fica pra mim mais do que evidente de que isso tem um cunho muito mais ideológico do prático de resolver e solucionar o problema. Você não pode por índices que vão afetar até esse tipo de meio ambiente e, ao mesmo tempo, cobrar um conservadorismo de meio ambiente. É esses contrapontos que...” (FAMASUL)

Uma vez identificado o lugar da questão fundiária nas disputas políticas do patronato rural, vimos que apesar de “*enterrada*” a reforma agrária, permanece viva em seus discursos e documentos institucionais, estes voltados para a comunicação social do grupo e para a construção de sua representação política orientada, supostamente, pela tendência à modernização. É uma questão que permanece clássica, ou cada vez mais “*arraigada*”, porém em constante atualização, já que os movimentos sociais de luta pela terra e suas conquistas não os deixam jamais esquecer-la. Veremos agora, como as disputas políticas destas classes e grupos dominantes estão se contornando por um novo espectro de alianças e oposições estratégicas na conjuntura atual de ambientalistas *versus* agronegócio.

4.3 “Esses do contra... agora são os verdes”

“Então esses do contra até algum tempo atrás eram comunistas, depois viraram socialistas, depois viraram verdes.” (ACRISSUL)

Destaca-se logo de início nas falas dos entrevistados a presença de temas relacionados à natureza e seus usos, bem como a regulamentação formal dos aspectos ambientais da propriedade rural e da atividade agropecuária, antes mesmo que sejam questionados a respeito. Juntamente com o debate sobre o trabalho escravo e as relações de trabalho no ramo, o tema do meio ambiente e do respeito à natureza aparece como justificativa e tomada de posição por parte dos “*produtores*” frente aos questionamentos feitos pela sociedade (entenda-se opinião pública), pelos movimentos sociais populares e pelas restrições do mercado consumidor (sobretudo o europeu).

O caráter conjuntural das afirmações feitas em relação a temas polêmicos (como os citados acima) se afirma frente à natureza relacional destas narrativas e ações práticas da “*classe dos produtores*”. Se pudermos falar num *ethos* patronal, baseado nos argumentos de direito absoluto da propriedade privada, na defesa do recurso à violência como prática de

classe e na construção de um projeto do setor patronal que se propõe nacional⁶⁹, percebemos também a preocupação permanente destes setores em responder aos questionamentos feitos pela sociedade e, sobretudo, por adversários históricos como os movimentos de luta pela terra e mais recentemente pelos movimentos ambientalistas nacionais e internacionais. Ao mesmo tempo, perante a situação da entrevista e num diálogo com a universidade os dirigentes não se opõe abertamente às políticas fundiárias (como a reforma agrária e a demarcação de terras indígenas), mas ao deixarem sua opinião a respeito fica evidente a tentativa de desvincular ou deslegitimar estas políticas de qualquer efeito social e econômico positivo (seja para as populações alcançadas seja para a sociedade em geral). Esta postura carrega a característica de ser contra tudo aquilo que aparece como forma de regulação pública sobre terras (públicas ou privadas), as quais - não fosse a presença do movimento social e a demanda por terra para reforma agrária - representa desde de sempre uma limitação sobre a ação individual dos grandes proprietários rurais e uma ingerência do poder público sobre seus “*negócios*”.

Apesar de estarem atentos a novos fatos e questionamentos, como a questão ambiental e as novas tecnologias de produção agropecuária, os mecanismos de resposta e reação passam pela desqualificação dos argumentos contrapostos e des-legitimação dos espaços públicos criados para a discussão dos problemas em jogo. Ao mesmo tempo em que não negam a importância dos temas como a preservação ambiental⁷⁰, construindo um discurso politicamente correto, atribuem às ações do Estado e à pressão de movimentos sociais e organizações não-governamentais (ONG) ambientalistas um caráter ideológico e político que “*deturpa*” qualquer iniciativa do setor neste sentido. Um entrave ao desenvolvimento que eles propõe.

Seguindo esta análise, identificamos inúmeras falas em que os representantes patronais entrevistados apontam esses constrangimentos ou como uma imposição de outros setores produtivos, como a indústria e o comércio, que “não conhecem as necessidades e possibilidades do campo” ou como uma visão colonialista das grandes potências econômicas mundiais (Estados Unidos e Europa basicamente), as quais acabaram com seus estoques de florestas, terras e água, e agora vêm no terceiro mundo o seu “*jardim*”. Por trás desta afirmativa há uma competição por mercados e por modelos de desenvolvimento, competição esta atrelada à noção de que o Brasil sempre teve uma posição dependente no cenário

⁶⁹ Tal como “Brasil tem vocação rural” nos primórdios da industrialização em meados do século XX; “Brasil o celeiro do mundo” nos anos 1990; a idéia de um só agronegócio nos tempos recentes que gera empregos e equilibra a balança comercial, além de tornar o país competitivo e tecnologicamente inserido internacionalmente; entre outros.

⁷⁰ Tal como ocorreu historicamente com a reforma agrária, que os setores patronais não se diziam contra, mas disputavam os modelos possíveis de serem implementados e por que atores políticos deveriam ser conduzidos.

internacional, seja na a produção e no comércio, seja nas políticas sociais e agora nas as questões ambientais.

“(...) vamos falar da Amazônia; a Amazônia, ela sempre foi 50% para ser preservada. Lei: toda a vida você só pode desmatar 50%. Então você deixa 50% da floresta em pé. Hoje ela passou para 80%; você só pode 20. Economicamente, isso é inviável. Agora, porquê que isso ai acontece? Por interesse de países de primeiro mundo, países ricos. Porque nós temos um potencial muito grande. E se nós usarmos o nosso potencial, nós vamos ser o país mais rico do mundo; porque nós temos tudo: nós temos clima, nós temos solo, nós temos tudo. Então, por exemplo, os países ricos, eles não permitem isso. Então eles começam a fazer entrave. ‘Ah, vocês não querem assim? Então não vou arrumar dinheiro para vocês fazerem isso, aquilo...’ Então esse que é o grande problema (...)” APROSOJA

Para o representante da Associação de Produtores de Soja do Estado do Mato Grosso (APROSOJA) o próprio movimento ambientalista representa uma nova face do que designa por “*novo colonialismo*”, conforme vem sendo divulgado no livro “Máfia Verde. Ambientalismo, novo colonialismo”⁷¹ (Lino *et all*, 2005). Analogamente à relação que as elites estabelecem com o Estado⁷², os depoimentos apontam simultaneamente interesses e alianças com empresas e organismos internacionais, além de repudiar ONGs e políticas econômicas voltadas para o monitoramento ambiental da Amazônia.

Interessante perceber como os argumentos e críticas atuais são construídos com base numa visão de passado, sob a primazia de seus modelos de exploração agrícola, ambos reivindicados como princípios de suas práticas históricas. Sempre as falhas e “desvios” à lei e à ordem (evocada permanentemente pelos representantes patronais) são atribuídos a ineficácia do Estado, reforçando, para certos efeitos, a visão liberal da política.

“Nós tivemos que abrir o Brasil e naquela época não tinha essa política, se nós não pudéssemos derrubar uma árvore, nós não tínhamos soja, arroz, feijão, nós não tínhamos nada. Agora, tudo isso com respeito. Primeiro não há um respeito a isso, segundo que a legislação ambiental brasileira é muito boa, mas precisa de fiscalização, precisa ação de governo. Isso é o que o Governo deve fazer e tem que fazer. É o que o Presidente falou do meio ambiente, para a Ministra, que ela tirou

⁷¹ Este livro encontra-se no segundo volume, e foi visto na mesa da diretoria da Associação Mato-grossense de Produtores de Algodão (AMPA), por ocasião da mesma pesquisa. Na contra-capla lê-se: “ Sob disfarce de uma causa nobre, o movimento ambientalista-indígenista internacional e seu exército de organizações não-governamentais representa hoje um dos maiores entraves ao progresso da humanidade, visando projetos de infraestrutura, novas tecnologias e avanços científicos fundamentais para o desenvolvimento e o bem-estar. Com este livro, pretendemos ajudar a conscientizar a cidadania sobre tal agenda anti-humana, anti-desenvolvimentista e ditada do exterior, como uma nova forma de colonialismo”.(Lino *et all*, 2005).

⁷² Ora relegam o Estado a uma posição de coadjuvante ou de testemunha, ora exigem do Estado um papel ativo e estratégico.

do IBAMA uma determinada alçada. Por que será que nós vamos ter que ficar sem energia para construir uma usina? Não pode. Essa energia significa milhares e milhares de empregos, agora você não pode fazer isso num manancial onde seja totalmente reserva. A serra do mar, ela tem que estar preservada. Aqui nós temos em cada propriedade, aqui no sul, 20% de área preservada... e além do mais são milhares e milhares de reservas, e como que o estado vai fiscalizar tudo isso, como que vai, em cada gleba de assentamento são 3 hectares de reserva. Como é que vai, isso é muito oneroso e inviável. Então as pessoas estão começando a ver essa demagogias. Essa questão dos assentamentos ela vai chegar” (UNICA)

No mesmo bojo, a crítica e a desqualificação aos adversários, assim como aos projetos de assentamentos e seus ocupantes, não provém estritamente de uma visão liberal qualquer. Como indicamos em trechos desta pesquisa, esse esforço de identificação do adversário corresponde a re-elaboração de um discurso cientificizado e tecnificado; o que redobra as disputas políticas e econômicas pelo embate subsequente que se trava dentro da ciência e entre perspectivas distintas de conhecimento. A ciência aparece inúmeras vezes como aquilo que respalda a crítica do “setor”, atribuindo-se às decisões políticas e legislações ambientais e trabalhistas o caráter ideológico e falseador dos “verdadeiros” propósitos humanos.

“O quê que é bioma?... Por exemplo, o quê que é, quando a turma fala em região Amazônica, famosa região Amazônica? Quando teve isso, isso foi um conceito da Superintendência da Amazônia em 1953, que criou a área amazônica; que é 60% do território nacional e era incentivos fiscais. Até São Paulo se pudesse entrava; Rio Grande do Sul. Porque você tinha incentivos fiscais! Mas agora uma coisa é aquela lá, a mata amazônica e outra coisa é o bioma amazonas. Então nós temos, em primeiro lugar, fonte confiável de dados; fonte confiável de dados. O quê que é? Estamos entrando no bioma? Não estamos? Moram 25 milhões de pessoas no Amazonas? Como é que esses caras vão viver? Nadando? Ta entendendo? Então você tem que criar uma atividade econômica para essas 25 milhões de pessoas, você ta entendendo? Agora, de repente está diminuindo o desmatamento? A Marina conseguiu diminuir o desmatamento? Até ontem, ela era... sabe? A gente não é mais bobinho, não é? Então, o assunto está muito politizado; pouco científico. Então eu acho que a gente tem que buscar fontes confiáveis; trabalhos; estudos.” (ABAG)

No plano internacional também são evidentes os esforços de se construir o adversário do ponto de vista das disputas econômicas que barram as iniciativas das entidades patronais voltadas para projetos “ecológicos” de exploração dos recursos ambientais:

“Mas eles implicam – e ai tem um fundo de competição internacional; há muito interesse oculto de países que usam ONG’s – a gente já tem documentação, informação da Inglaterra mesmo, de países europeus – que os próprios... até a família real, tem subsidio de agricultura. E então eles não querem perder esses

subsídios, então eles falam assim ‘A carne brasileira foi produzida na Amazônia com...’ a gente sabe lá, por exemplo, que a soja produzida na Amazônia – que é um absurdo a não ser a vizinhança da Amazônia, que nem é Amazônia; é Mato Grosso – precisa redividir, não é Puppín? Então tem uma coisa oculta aí atrás; não é só legislação; não são princípios ambientais. Há um grande jogo de interesses de mercado, entendeu? Um país – quando a França lá, perdeu subsídios não lembro agora de que produto – mas no caso da carne – que é muito subsidiada, etc., e tal – eles jogam... as ONG’s vão lá e ‘Não compra a carne brasileira, porque é produzida na Amazônia...’” (AMPA)

Outro elemento tensionador da identidade deste patronato rural, com toda sua diversidade interna, são as guerras econômicas travadas internacionalmente nos centros financeiros e também na justiça, mas com forte presença no cotidiano das entidades representativas e na sua atuação junto aos segmentos políticos e jurídicos do poder público. O Colonialismo verde, como é chamado, é um dos principais adversários políticos desta fração patronal brasileira e aparece aglutinando, nas imagens construídas nas entrevistas, de uma só vez comunistas, socialistas e ambientalistas, estes últimos acompanhados de alguns missionário e ONGs estrangeiras que seriam marionetes nas mãos de interesses econômicos internacionais, como as multinacionais de produção e comercialização de produtos agropecuários.

Destacamos a fala do presidente da ACRISSUL, “o último dos caciques” ao explicar aos entrevistadores do que se trata a questão ambiental, em seu entendimento pessoal:

“Nós temos uma coisa que faz parte da natureza humana, uma percentagem importante da sociedade que é contra. Então esses do contra até algum tempo atrás eram comunistas, depois viraram socialistas, depois viraram verdes. Porque na verdade a personalidade deles é sempre do contra, eles são assim, eles não são verdes por ser verdes, por amar o meio ambiente, eles são verdes por serem do contra, por problemas de personalidade.” (ACRISSUL)

Em âmbito nacional, é explícita a percepção de que quem se opõe aos interesses de agropecuária e do agronegócio é petista, opositor político histórico e declarado, que além de apoiar a agricultura familiar ocupa a posição de governo e representa uma ameaça concreta aos interesses dos grupos dominantes no campo.

“Na política anterior – não sei se tem petista aqui, tá certo? – mas há um jogo contra o grande produtor; é para a agricultura familiar e etc. ‘É esse o negócio. Vamos encher de pequenas agriculturas.’ E essas não exportam; essas não produzem qualidade, não produzem... assim, quantidade para exportar. Tem que

conviver; respeitar o empreendedor; o empresário do negócio, como a agricultura familiar. Isso é subsistência para o cara se manter; é coisinha pequena, sem significado econômico; é uma coisa diferente” (AMPA).

Neste contexto, se percebe os esforços para além da crítica rasa aos adversários históricos, baseada em mecanismos de produção de uma imagem do agronegócio perante a sociedade por meio de uma relação de alteridade e da disputa por políticas e recursos públicos.

“Levar ao conhecimento da população, o que essas empresas da região estão fazendo. Porque existia uma pressão muito grande da sociedade lá em Ribeirão, contra, por exemplo, queimada da cana, o agronegócio, sempre com aquela visão de que o agronegócio quando se fala... tem um amigo meu, que estava falando que estava numa missa lá em Copacabana e daí o padre começou a falar ‘A gente tem que combater o agronegócio; esse demônio que tomou conta da sociedade. Então quer dizer, era passar para a população uma visão – eu não sei se menos distorcida – mas falar um pouquinho do que o agronegócio representa para a região, em termos de geração de emprego, em termos de responsabilidade social, ambiental” (DEAGRO/FIESP).

Em várias situações de pesquisa e em fontes documentais analisadas observa-se a construção de uma oposição moral e política por parte de representantes de sindicatos patronais rurais, de associações de produtores e de entidades e movimentos em defesa da propriedade, em relação a bandeiras históricas de camadas populares da sociedade nacional (como a reforma agrária, a demarcação das terras indígenas e o combate ao trabalho degradante) e também ao ambientalismo por um lado e a legislação ambiental por outro. Podemos citar dois exemplos de constituição de grupos de interesses reunidos em torno da construção de uma imagem negativa de movimentos que se opõem ao modelo da grande propriedade e das relações de dominação decorrentes, tais como o “Movimento Nacional de Produtores” e o “Paz no Campo”. Nas suas páginas da Internet⁷³ e em suas publicações, é possível identificar quem eles consideram como inimigos do desenvolvimento: a reforma agrária, o ambientalismo e outras formas de expressão de direitos sociais e lutas populares. Nestes documentos fica patente a idéia de um fazer-se das classes absolutamente atrelado a desconstrução da imagem dos grupos opositores. Assim, é possível perceber como estes “setores” respondem de pronto a certas temáticas, como a reforma agrária e, atualmente, a questão ambiental, e nestas respostas se re-posicionam no campo político, uns em relação aos outros, numa dialogicidade e reflexividade das disputas políticas, da elaboração das leis, na

⁷³ <http://www.mnp.org.br/>; <http://www.paznocampo.org.br/>

dinâmica de mercado e na ação política de movimentos sociais organizados na interação conflituosa destes com outros grupos de pressão.

Considerações finais

Consideramos que, para se tratar das classes patronais e grupos dominantes no campo no Brasil, deve-se ater para as dinâmicas das transformações sociais mais amplas as quais estão inseridas, assim como procurar entender a construção de suas referências políticas, morais e culturais, suas concepções de mundo, sobre si e sobre o outro, são passos fundamentais de pesquisa.

Partimos do princípio de que no período da Nova Republica (1985-1988), motivado pelo aumento de conflitos sociais no campo e pelas demandas organizadas de grupos populares e trabalhadores rurais por reforma agrária e justiça social no campo, houve - também por conta da consolidação de associações por produto e multi-produto e cooperativas em curso, que culminou na formação de lideranças patronais no campo - a emergência de novas formas de representação das elites agrárias e agroindustriais nacionais. Neste processo de retomada das lutas sociais e do recrudescimento do enfrentamento político, agora numa arena democrática, eclodem as organizações classistas e aquelas mobilizadas por um conjunto de direitos cerceados até então pelo regime militar. Movimentos sociais pautados por reivindicações de grupos populares trazem novamente a cena a bandeira da reforma agrária e a denúncia como arma contra a concentração de terras e poder que culminavam no aumento da violência no campo e da miséria e da fome nas cidades.

É neste cenário que as classes patronais rurais e agroindustriais irrompem suas novas facetas política e institucional. Com elas, uma nova retórica de legitimação e novas estratégias de ação que atualizam velhas concepções e antigas práticas, como forma de reprodução da dominação patronal. Tendo como mote a modernização conservadora da agricultura, que gerou um ambiente favorável ao aparecimento de novos agentes sociais e de novos horizontes políticos, os velhos arranjos institucionais e econômicos foram reconfigurados em uma economia globalizada e um mercado internacionalizado. Seguindo as inovações técnicas e tecnológicas desta nova agricultura, os padrões de representação política e institucional do patronato rural adequam-se às modernas regras do jogo neoliberal, projetando uma imagem de si como uma geração política progressista que se preocupa com o social e está atenta as exigências do mercado empresarial criativo, competitivo e competente (Bruno, 1997).

Como vimos ao longo desta dissertação, inúmeras são os elementos constitutivos da retomada da cena política pelo patronato rural brasileiro. Além dos conflitos sociais no campo

e na cidade, o aparecimento de novos espaços de discussão política com a abertura democrática na transição dos anos 1970 para os 80 é um dos catalisadores destas mobilizações patronais pelo esforço de fazer-se presente e reconhecido. Assim, a criação de uma série de entidades de representação de classe de produtores rurais, desvinculadas do sistema sindical, e mais voltadas para cada tipo de produto agropecuário, surge como alternativa a um modelo desgastado de representação política, o velho sindicalismo assistencialista e preso na barra saia da viúva. Como ressaltou Regina Bruno, novas práticas e a re-inserção no jogo político implicam em instituir novos códigos de condutas mantendo, entretanto, outros tradicionais da classe.

Na década de 1990, dando continuidade ao lema da modernização de sua retórica, o patronato rural e seus dirigentes seguem com esta característica de manter elo profundo com a tradição e com o conservadorismo. Isto significa que o exercício de (re)construção de uma identidade, como *“nós, os produtores e empresários rurais”*, passa pela tanto pela *“organização e ampliação da representação que lhes possibilite um maior poder de barganha junto ao Estado e perante a sociedade; construção de um novo discurso político e ideológico”* como pela prioridade *“na definição de novas estratégias de política agrícola mais favoráveis a seus interesses e; na defesa absoluta do monopólio fundiário”* (Bruno, 1997:17)

Identificadas ao termo agronegócio, corroborado no Brasil com a criação da ABAG, as elites rurais enquadravam-se novamente como empresários rurais, porém desta vez, com um discurso e ação mais próximos de outros setores da economia, como a indústria e o comércio, e com uma visão de integração de sua atividade num sistema econômico e social mais amplo, que se denomina um projeto que corresponde aos anseios da sociedade em geral e não apenas do meio rural. Já era presente nesta ocasião a presença dos termos *desenvolvimento sustentado* - mas geralmente atrelado a sustentação econômica e social (e neste sentido o social aparece como um efeito ameaçador da ordem econômica, o qual deve ser por ela controlado) - *ecologia e preservação do meio ambiente*. Ainda nos anos 1990, apareciam separados e hoje, como apontado ao longo desta pesquisa, a idéia de *“responsabilidade social e ambiental”* agrega não apenas o social com o ambiental, mas todas as iniciativas do empresariado que busca se inserir numa nova ordem econômica, regida por mecanismos de controle da qualidade e das normas de produção, estipulados internacionalmente.

Nesta dissertação estamos em busca do que há dez anos se chamava ainda de questões sociais e que hoje, em tempos de agronegócio se convencionou chamar de questões ambientais (quando percebidas enquanto problema a ser enfrentado) e de desenvolvimento sustentável (quando se trata de modelos propositivos de encaminhamentos de conflitos e

ações institucionais). No atual momento de enaltecimento da sua (nem tão) nova porém forte bandeira política, o agronegócio, identificamos dois eixos de análise para o estudo da representação patronal rural e agroindustrial:

1) A existência de uma ambivalência contraditória ou uma duplicidade de lógicas discursivas e práticas em traços constitutivos do *hábitus* de classe como um tradicionalismo e conservadorismo convivendo com a idéia de pioneirismo, empreendedorismo e mesmo de modernidade científica e tecnológica; e que por tanto está apta a mudanças e a assimilação de alguns novos hábitos, reconhecendo mesmo que de forma contrariada a presença de outras forças sociais de peso político e econômico nas decisões nacionais e internacionais que envolvem questões ambientais como em casos emblemáticos no Brasil, a Floresta Amazônica e o Pantanal.

2) O fazer-se da classe baseado num antagonismo político com outros grupos e na defesa da propriedade privada da terra e da renda fundiária. Ou seja, o campo adversário se compõe dos que criticam e combatem abertamente a concentração fundiária, o descumprimento da função social e ambiental da propriedade privada, e as formas de trabalho degradante em inúmeras fazendas de grandes empresas e de políticos Brasil afora. Já o leque de alianças varia de acordo com as necessidades a) de defesa dos interesses mais imediatos por um lado (como demanda de crédito, renegociação de prazos de pagamento e redução de juros de crédito, perdão de dívidas, subsídios para safras, questões sanitárias etc.) e b) de articulação de ações políticas de médio e longo prazo visando a construção de espaços e estruturas institucionais que garantam a presença de seus interesses na pauta dos centros de poder das sociedades contemporâneas (destacamos desde a atuação nos sindicatos patronais rurais, nas associações de proprietários rurais ou de produtores e criadores rurais, nas cooperativas de produção ou crédito agrícolas; como a participação direta na política partidária em todas as instâncias da representação e, mais recentemente, na formação de organizações não governamentais e fundações privadas voltadas para a promoção do que se chama “responsabilidade social” das empresas).

Entretanto, identificamos neste processo peculiaridades da classe patronal rural em relação ao que se define por agronegócio e em relação a outros grupos empresariais, especialmente no que diz respeito à questão ambiental e no processo de enfrentamento-adesão-apropriação deste debate pelas instâncias de representação política da classe. Para chegarmos a estes dados, percorremos ao longo da dissertação, alguns eixos norteadores da representação patronal.

Primeiramente, começamos pelo elo que consideramos central tanto na conformação de um sentimento de classe como na elaboração de suas percepções sobre si e sobre o conjunto da própria classe: a propriedade privada. Percebemos, neste sentido, que, se há grandes divergências internas na classe traçadas a partir dos diferentes ramos produtivos aos quais se vinculam os produtores, há uma congregação dos diversos interesses quando se trata de defender o direito de propriedade e de defendê-lo e à propriedade privada a qualquer custo. Mas, é evidente, que chegar as vias de fato nesta disputa é a última opção do patronato rural que se pretende moderno e desvinculado da imagem do caipirão truculento ou do coronel senhor de escravos. Por isso, e por não ser de seu interesse político demonstrar seu conservadorismo, por que se pretendem progressistas, buscam outras vias de ação e mesmo de convencimento de que o direito de propriedade deve ser respeitado enquanto um direito individual, absoluto, sobre o qual não se deve mexer. Uma das principais formas de atuar neste sentido é evocar as recorrentes noções de tradição, vocação, pionerismo e empreendedorismo.

Interessante perceber que a concepção de propriedade privada é tão forte que por vezes, a propriedade aparece como extensão do proprietário, do indivíduo, do seu corpo, de sua família e de sua casa. Os proprietários se sentem agredidos quando sua fazenda sofre intervenção estatal, controle legal ou ocupações por movimentos sociais rurais, indígenas, seringueiros ou quilombolas, ou quando seu direito de propriedade é ameaçado, como se fosse uma ofensa pessoal a sua condição natural de proprietário. Um dos recursos utilizados na defesa deste direito absoluto de propriedade delimita-se a partir da idéia de vocação, utilizada para se referir ao proprietário rural em geral, como um tipo ideal, que tem uma vocação para a agropecuária, para a vida no campo, para o trabalho rural; assim como as terras do Brasil, da região amazônica, do Cerrado e do Pantanal, também são terras de vocação agrícola e sua modernização significa a modernização da classe bem como da nação. Ou seja há uma projeção do ser proprietário sobre a propriedade da terra, e um sentimento de propriedade privada que define o ser proprietário. Como se fossem uma só coisa, um a extensão do outro.

Num segundo momento, marcou a idéia de uma naturalização das identidades sociais evocadas pelo patronato rural, mecanismo através do qual procura se legitimar historicamente e politicamente perante a sociedade. Esta naturalização está embebida pela posição de poder que ocupam socialmente, enquanto proprietários de terras que são e pelo que isso significa histórica e politicamente. Aqui, os representantes patronais re-significam práticas e discursos e remetem a conjunturas regionais anteriores, como forma de se re-inserir na história vista hoje através da questão ambiental e dos embates que ela aporta para a reprodução das classes

e grupos dominantes e grandes proprietários de terras no Brasil. De modo exemplar estabelecem uma sobreposição e uma complementaridade da agricultura e da pecuária aos ecossistemas e às áreas naturais, construindo uma relação quase simbiótica entre o produtor e a natureza, “o produtor é um preservador nato” afirmou uma liderança dos “criadores” do Mato Grosso do Sul.

Mas não param por aí as iniciativas voltadas para ampliar o diálogo com a sociedade com intuito de associar sua imagem ora com o desenvolvimento do país, ora como vítimas de uma política ambiental que gera entraves a este processo, do qual se julgam portadores. É na sua crítica a legislação ambiental que afloram traços da classe que, tradicionalmente, reclama proteção de suas atividades produtivas pelo Estado contra os mercados estrangeiros ou internacionais, ao mesmo tempo que não aceita qualquer forma de regulação sobre suas atividades. Ao contrário, as toma como punição indevida ao “setor produtivo”, e torna esta chantagem via de negociação com os governos sobre as políticas públicas.

Merece destaque a idéia de “modernização da propriedade” como atualização dos interesses da classe diante da questão ambiental. Veiculada pelos entrevistados como uma das formas de incorporação das demandas ambientais legais e desvendada aqui como uma apropriação e inversão do que é *constrangimento ambiental* em incentivo à propriedade privada, ao produtor e a produção agrícola. Mais uma vez combinam-se práticas econômicas neoliberais com condutas conservadoras no terreno político. Como exemplo temos a noção de desenvolvimento sustentável, que é tomada como uma cartilha pela maioria dos representantes marcadamente no que diz respeito a construção de uma imagem positiva da classe perante a sociedade. Entretanto, do ponto de vista do cumprimento da legislação ambiental, até mesmo as Áreas de Proteção Permanente e a Reserva Legal são classificadas como “*radicais*”, “*inadequadas*” e “*impraticáveis*” e, por isso, continuam o raciocínio, geram conflitos, a corrupção dos fiscais e agentes públicos, a crise na agricultura, insegurança econômica e “até guerra”. Neste sentido, combatem os argumentos legais, os científicos e os políticos dos ambientalistas e os econômicos das agências de financiamento e crédito internacionais; mas, atuam diretamente no Congresso Nacional, por meio da Bancada Ruralista, na alteração de leis – como a proposição de redução da área de Amazônia Legal ou reduzindo o percentual de desmate permitido na propriedade de 80% para 50% - ou mesmo na proposição de instrumentos legais que bonifiquem os proprietários que cumprirem a legislação ou que promoverem iniciativas de preservação de ecossistemas em suas terras – como é o caso de iniciativas que premiam ou isentam de impostos e tributos o proprietário que mantiver parte de floresta em pé dentro de sua propriedade.

Ou seja, como demonstramos no capítulo final, a questão ambiental se tornou um dos principais eixos de confronto das elites rurais e ao mesmo tempo de disputa pela sua condução. Tomado como um processo relativo também a globalização, é incorporado desde que possa converter em bônus o que se coloca como ônus. Reifica sua condição de proprietário rural, antes (e ainda) vinculada a imagem do produtor de alimentos para o Brasil e para o mundo, agora na condição de prestador de serviços ambientais esta mesma sociedade. E por isso exige reconhecimento. Em entrevista concedida a Revista Carta Capital o emblemático representante da classe patronal rural e agroindustrial, ou do agronegócio nacional, o governador do estado de MT Blairo Maggi⁷⁴ brada contra a ofensiva do Ministério do Meio Ambiente, da imprensa e da sociedade, cuja “visão” sobre o desmatamento da Floresta Amazônica aponta para os produtores do seu estado como os maiores responsáveis:

“Isso não é uma visão, isso é preconceito. É injustificável. Por que mesmo os que criticam essa atividade agrícola se alimentam dela. Não existe vida sobre a terra sem a agricultura nem a tão gostosa cervejinha no final do dia. As pessoas vieram para o Mato Grosso, para Rondônia, dentro de programas de governo ou empregos em grandes incorporadoras que receberam terras gratuitamente para vir aqui e começar a ocupar, e que eram obrigadas a abrir 50% de suas áreas na época. Éramos os novos bandeirantes e agora somos os bandidos da humanidade. Não dá para entender e eu jamais vou aceitar” (Maggi, 2008)

Finalmente, consideramos a questão ambiental como um novo campo de luta deste patronato rural e que se acentua de acordo com o crescimento do agronegócio e seu fortalecimento político na sociedade nacional. Apesar de haver uma disputa declarada entre ambientalistas e os defensores do agronegócio, ou ainda apesar de esta disputa expressar uma das facetas das lutas sociais em tempos de agronegócio, percebemos que é um espaço frutífero para ação política do patronato rural. Isto por que, como falamos anteriormente, ao incorporar a questão ambiental, mesmo que a seu modo, nas suas agendas que institucionais e no seu discurso oficial, o patronato em questão se aproxima de outros grupos e classes sociais, assim como de um empresariado moderno e “ambientalmente responsável”. Por outro lado, deixa as claras que esta adesão é, efetivamente, um enquadramento de suas atividades produtivas em normas internacionais de concessão de crédito para agricultura e a pecuária e as normas políticas neoliberais do mercado globalizado. É também uma apropriação interessada em neutralizar as críticas vidas de grupos de ecologistas da sociedade civil, política e acadêmica, e dos movimentos sociais, ambientalistas e indigenistas; assim como de se tornarem os

⁷⁴ Maior sojicultor do Brasil e do mundo, e centro da polêmica com a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, sobre o avanço do desmatamento em seu estado. (Carta Capital, Ano IV, n498)

condutores desta política e de um certo “capitalismo ecológico”, ou “ambientalismo empresarial”, como ressaltou Loureiro (2006), invertendo a natureza crítica da questão ambiental e tornando moeda de troca na redefinição das regras do jogo.

Observamos, contudo, que toda esta mobilização em torno da questão ambiental está para o agronegócio assim como a reforma agrária se apresentou para as elites agrárias na história recente do Brasil. Toda a movimentação política originada por ambientalistas e ecologistas, de um lado, e populações tradicionais, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, além dos sem terra, por outro, vêm dando a tônica do embate e fizeram emergir os espaços institucionais e as esferas de discussão e regulamentação de direitos sociais ligados à questão ambiental ou por ela catalisados. Ao mesmo tempo em que os dirigentes patronais rurais e agroindustriais se esforçam para se atualizar e atualizar seu discurso na direção de um ambientalismo empresarial, sua retórica desenvolvimentista, a defesa absoluta do direito de propriedade, o uso da violência como prática de classe e os danos ambientais cada vez maiores gerados pelo modelo agro-exportador, os desnudam diante de seus pares empresários e industriais.

Bibliografia

Abramovay, R. Ambientalismo empresarial. *Lê Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, nº10, 2007. (pp.:21)

Acserald, H. *Apresentação*. In: Acserald, H. (org.) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

Alentejano, P. R. R. - *Reforma Agrária, Território e Desenvolvimento no Rio de Janeiro*. RJ: CPDA/UFRRJ, Tese de Doutorado, 2003.

Barreto Fº, H. T. *Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. São Paulo: USP, 2001.

Binsztok, J. *Capitalismo autoritário e a questão ambiental no Vale do São João*. In: Carneiro, Maria José et al. (orgs.) *Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

Bourdieu, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

Bourdieu, P. *O Poder Simbólico*. 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Brito-Pereira, M.C. *Mediação de conflitos agrários e ambientais: um estudo sobre o Vale do Rio São João*. Rio de Janeiro/RJ, UFRRJ, 2006 Tese de Doutorado.

Bruno, R. A. L. UDR: os 'sem terra' dos patrões. Trabalho apresentado no 12º encontro do PIPSA, Campinas/SP, Abril de 1987.

_____, R. A. L. *O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto*. UFRRJ, Rio de Janeiro. *Revista ESA*, nº 5, novembro, 1995.

Bruno, R. A. L. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra, a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____, R. A. L. *Com a boca torta pelo uso do cachimbo. Estado e empresários agroindustriais no Brasil*. In: Moreira, R. J. *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____, R. A. L. *O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República*. Campinas/SP: Unicamp, Tese de doutorado, 2002.

_____, R. A. L. *A grande propriedade fundiária ontem e hoje. Quais as razões para tanto poder e tanta intolerância dos proprietários?* In: Melo, J. A. T. (org.) *Reforma agrária quando?* Brasília: Senado Federal, 2006.

_____, R. A. L. e Carneiro, O. B. *Relatório Parcial, contendo a sistematização e uma primeira análise sobre os sítios eletrônicos patronais e o PENSA/USP/FEA. Relatório Parcial. Pesquisa: Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação*. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo. Convênio Redes-NEAD/MDA, 2007ª.

_____, R. A. L., Carneiro, O. B. e Sevá, J. T. *Relatório Final de Pesquisa: Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação*. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo. Convênio Redes-NEAD/MDA, 2008.

- Carneiro, M.J. Agricultura familiar e pluriatividade: tipologias e políticas. In Costa, L.F.C., Bruno, R.L. e Moreira, R.J. (org.) *Mundo Rural e Tempo Presente*. RJ: Mauad, 1999.
- Carneiro, E. J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In Zhouri, A., Laschefisk, K., Pereira, D.B (orgs). *A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- _____. A oligarquização da política ambiental mineira. Zhouri, A., Laschefisk, K., Pereira, D. B. (orgs). *A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- Dean, W. A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo, 1996.
- Delgado, G. Capital financeiro e agricultura. São Paulo: Ícone-UNICAMP, 1985.
- _____, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. In *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 2001.
- _____, G. “O agronegócio: realidade e fantasia rondando o país”. 2004. Disponível em www.ufsm.br.
- Diegues, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2001.
- Dreifuss, R.A. O jogo da direita. São Paulo: Vozes, 1989.
- Fernandes, F. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Ed. Globo, 2006 (5ª edição).
- Garcia Jr., A.R. e Palmeira, M. Transformação Agrária. In Sachs, I., Willien, J. E Pinheiro, P.S. (org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- Godard, O. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In Castro, E. e Pinton, Florence. *Faces do trópico úmido*. São Paulo: CEJUP, 1997.
- Gohn, M. da G. Teoria dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 2006.
- Graziano da Silva, J. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- Graziano da Silva, J. As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia. In: XXIX Congresso Brasileiro de Economia Rural. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia Rural*. SOBER: Campinas, 1991.
- Grynszpan, M. Conflitos agrários e acesso à terra. In Carneiro, M. j. et al. (orgs.) *Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- Foster, J. B. e Wood, E. M. Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- Kageyama, A. e Graziano da Silva, J. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. São Paulo: Estudos Econômicos, 1983.
- Lakatos, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. SP: Ática, 1985.
- Leal, G. F. “Guardiões da propriedade. Organizações da burguesia agrária e reforma agrária - um estudo sobre a Confederações da Agricultura e Pecuária no Brasil”, CNA (1955-2001). Dissertação de Mestrado - IFCH da UNICAMP, 2002. (150 pp.)
- Leite, S. P. *Padrões de desenvolvimento e agricultura no Brasil: Estatuto da Terra, dinâmica agrária e modernização conservadora*. In: Reforma Agrária: Campinas, 1995.

- Linhares, M. Y. L. e Teixeira da Silva, F. C. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- Lopes, J.S.L. (coord.). A ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.
- Loureiro, C. F. O movimento ambientalista e o pensamento crítico. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.
- Madeira Fº, W., Ribeiro, A.M.M. et all (org). Laudo multidisciplinar em conflito sócio-ambiental. O caso da reforma agrária no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas. Niterói: PPGSD/UFF, EDUFF, 2007.
- Malinowski, B. "Baloma: los espiritus de los muertos en las islas Trobriand, in Magia, Ciencia, Religión. Barcelona, Ariel, 1974. In: Magnani, Discurso e representação, ou de como os Baloma de Kiriwna podem reencarnar-se nas atuais pesquisas.
- Martins, J. de S. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo: Pioneira, 1973.
- _____, J. de S. Capitalismo e tradicionalismo. Estudo das contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____, J. de S. O Cativo da Terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- _____, J. de S. Expropriação e violência (a questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____, J. de S. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____, J. de S. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____, J. de S. O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____, J. de S. (org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____, J. de S. Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. J. de S. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Hucitec, 2000.
- Medeiros, L. S. de A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964 (Dissertação de Mestrado), 1983.
- _____. Historia dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- _____. Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISSD, 2002.
- _____. Movimentos sociais, mudanças políticas e culturais. Uma leitura a partir dos trabalhadores rurais. Projeto de pesquisa. Cientistas do Nosso Estado - Faperj, 2002.
- Marx, K. O capital: critica da economia política. Sant'Anna, Reginaldo (Tradutor). 4. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1975.
- Mendonça, S. R. de. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da Organização das Cooperativas Brasileiras à Associação Brasileira do Agribusiness. Antítese - Marxismo e Cultura Socialista. nº. 02, maio de 2006.

- Motta, M.M. O Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.
- Moraes, A.C.R. Ideologias Geográficas. Espaço, Cultura e Política no Brasil. Ed. Hucitec. São Paulo, 1988.
- Moreira, R.J. *Renda da natureza e territorialização do capital. Reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista.* In: Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1995.
- _____, R.J. *Cultura e sustentabilidade e poderes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade.* In: Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2004.
- _____, R.J. e Mejia, M.R.G. *Tensões entre diferentes ruralidades na comunidade Taquari.* In: Moreira, R.J. Identidades Sociais. Ruralidades no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A ed., 2005.
- Motta, R.P.S. *Do outro lado da cerca. Os conservadores e a reforma agrária.* In: Paula, D.G, Starling, H.MM. et all (org.) Sentimento de reforma agrária, sentimento de república. Motta, 2006
- Neves, D.P. *Exposições agropecuárias: redimensão social dos pecuaristas.* In: Carneiro, M. J. et al. (orgs.) Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- Offe, C. Dominação Política e Estruturas de Classes: contribuição à análise dos sistemas sociais do capitalismo tardio. In: Vogt, W., Frank, J. e Offe, C. Estado e Capitalismo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980. – série estudos alemães.
- Palmeira, M. e Leite, S. P. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In Costa, L.F.C. e Santos, R. (org.) Política e Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- Porto-Gonçalves, C. W. Os (dês)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2001.
- Porto-Gonçalves, C. W. A Globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- Santos, W.G. Regresso. Máscaras institucionais do liberalismo oligárquico. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.
- Sevá, J. T. A reforma agrária não pode pagar este mico. Um conflito fundiário e seus desdobramentos agrário e ambiental. Monografia de graduação, UFF, 2003.
- Severino, C. F. “Novas estratégias de organização política dos empresários: o caso da ABAG”. XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 2004.
- Silva, L. O. Terras Devolutas e Latifúndio (Efeitos da Lei de 1850). 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- Tavares-dos-Santos, J. V. Colonos do Vinho (Estudo Sobre A Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital). São Paulo: HUCITEC, 1978.
- Vainer, C. O caso dos atingidos por barragens. In IBASE. Conflitos Sociais e Meio Ambiente. Desafios políticos e conceituais/ equipe do Projeto Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.
- Zhour, A., Laschefisk, K., Pereira, D.B (orgs). A insustentável leveza da política ambiental. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Outras fontes consultadas

Entrevistas

Todas as entrevistas foram realizadas no ano de 2007, nas cidades onde se localizam as sedes das entidades.

Diretor da ABAG

Presidente da ACRIMAT

Presidente da ACRISSUL

Presidente da AMPA

Diretores da APR-MT

Presidente da APROSOJA

Superintendente técnico CNA

Superintendente do DEAGRO/FIESP

Presidente da FAMASUL

Presidente da FAMATO

Presidente do MNP

Presidente da OCB

Presidente da SRB

Assessora da ÚNICA

Blairo Maggi, *Maggi detona*. Revista Carta Capital, junho de 2008, ano XIV, n °498.

Sítios eletrônicos

Confederação Nacional de Proprietários de RPPN : www.cnrppn.org.br

ABAG: http://abag.sites.srv.br/images/pdfs/Abag_15_anos.pdf

APR-MT: <http://www.aprmt.com.br/aprmt/index.asp>

APROSOJA: <http://www.aprosoja.com.br/novosite/index.php>

CNA: <http://www.cna.org.br/>

MNP: <http://www.mnp.org.br/index.php>

OCB: <http://www.ocb.org.br/ramos/index.asp>

SRB: <http://www.srb.org.br/>

Instituto do Algodão Social: <http://www.algodaosocial.com.br/>

ANEXO

Lista de instituições e suas divisões internas (comissões, câmaras técnicas e conselhos) a partir dos temas meio ambiente, questão fundiária e movimentos sociais.

ABAG - Criou em 2007 um instituto específico para lidar com o tema da responsabilidade social e ambiental.

Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES) lançado em Setembro de 2007, segundo o presidente do conselho deliberativo, Carlo Lovatelli, “Ele proporá políticas públicas e setoriais, difundirá boas práticas agrícolas e industriais e fornecerá respostas técnicas para geração pró-ativa de conteúdo”

CNA - Conta com as comissões nacionais ligadas a questões ambientais, fundiárias e sociais. Estas comissões assessoram tanto as federações quanto seus representantes políticos da Bancada Ruralista no Congresso Nacional.

*Assuntos da Amazônia Legal
Assuntos da Pequena Propriedade
Assuntos do Nordeste
Assuntos Fundiários e Indígenas
Meio Ambiente
Relações do Trabalho e Previdência Social*

SRB - Além das diretorias, está estruturada em departamentos temáticos. Destacamos o seguinte departamento ligado à questão ambiental e à questão social:

*Departamento de Meio Ambiente e Conservação do Solo
Departamento de Serviço Social Rural e Feminino*

Identificamos na página inicial da instituição, uma chamada para “*Questão agrária*” com inúmeros artigos e produção intelectual de diretores e pesquisadores ligados a SRB, a ABAG e a CNA, dentre outros.

MNP - Não tem na sua estrutura uma composição em departamentos ou comissões. Na sua página inicial apresenta além de sua história membros da diretoria, os “*Serviços do MNP*” ao produtor e uma série de informações sobre “*Reforma Agrária*”.

*Serviços do MNP
Biblioteca do Agronegócio
Cotações
Dicas
Legislação sobre Agronegócio
Orientações Técnicas
Vídeos da Internet
Vídeos Técnicos do Agronegócio*

Reforma Agrária
Áreas Invadidas
Cálculos e Tabelas de Produtividade
Consequência dos Assentamentos
Índices do INCRA
Plano Nacional de RA

APROSOJA - Formada por uma diretoria e por comissões temáticas, tem como uma das suas prioridades a noção de “*sustentabilidade sócio ambiental*”.

Comissão de Sustentabilidade Sócio ambiental

AMPA - Criou em 2005 um instituto principal de “*como uma reação pró-ativa direcionada para sensibilizar e conscientizar o produtor rural do setor algodoeiro a desenvolver os princípios da responsabilidade empresarial social, congregando a classe em torno de objetivos comuns como a regularização das relações do trabalho, a gestão ambiental e a busca da certificação de seus produtos para a correta adequação as novas exigências do comércio interno e internacional*”.

IAS - Instituto do Algodão Social

OCB - Divida entre diretoria (composta por representantes das regiões administrativas) e ramos de atuação, conta com um Conselho Especializado do Ramo Agropecuário, no qual sub-divididas em câmaras técnicas, encontra-se o tema meio ambiente associado a questão hídrica e aos recursos naturais.

Conselho Especializado do Ramo Agropecuário
Câmaras temáticas:

- *Recursos naturais, ambiente e agroquímicos*
- *Aspectos legais*